



Ministério da Educação
Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ
Direção de Ensino



Projeto Pedagógico de Curso
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA
EM GESTÃO DE TURISMO

Nova Friburgo, janeiro, 2025

Estrutura Organizacional

Diretorias Sistêmicas e Chefias pertinentes da Unidade Maracanã (sede)

Diretor-Geral

Mauricio Saldanha Motta

Vice-Diretora-Geral

Gisele Maria Ribeiro Vieira

Diretora de Ensino

Dayse Haime Pastore

Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação

Ronney Arismel Mancedo Boloy

Diretora de Extensão

Renata da Silva Moura

Diretora de Administração e Planejamento

Bianca de Franca Tempone Felga de Moraes

Diretora de Gestão Estratégica

Célia Machado Guimarães e Souza

Revisão Pedagógica

Diretoria de Ensino

Divisão de Acompanhamento e Desenvolvimento de Ensino

Allane de Souza Pedrotti

Ana Letícia Couto Araujo

Cristiane do Nascimento Gomes Borges

João Antonio Miranda Tello Ramos Gonçalves

Estrutura Organizacional – Unidade Nova Friburgo

Diretor

André Queiroz Ferreira de Mello

Gerente Acadêmico

Guilherme Guedes de Almeida

Gerente Administrativa

Jacqueline Nidecker Thurler Pinto

Núcleo Docente Estruturante (NDE) Portaria nº313, de 22 de março de 2024

Prof. D.Sc. Ambrozio Correa de Queiroz Neto – Coordenador do Curso

Prof. M.Sc. Edvar Fernandes Batista

Profª M.Sc. Gabriele Cardoso Martins

Profª. D.Sc. Isabela Roque Loureiro

Prof. D.Sc Juliano Pessanha Gonçalves

Profª. D.Sc Suellen Alice Lamas

Profª. D.Sc. Suzana de Carvalho Barroso Azevedo

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo (Cefet/RJ-UnED Nova Friburgo) é apresentado em detalhes neste documento, que é o instrumento norteador para implementação e consolidação do curso. Ele é resultado de uma discussão com o corpo docente do curso para nortear a formação acadêmica dos alunos, bem como definir os objetivos do curso, perfil dos egressos, matriz curricular, conteúdos relativos à formação básica e da formação específica, estrutura do curso e sistema de avaliação, previstos para a graduação, ressaltando as especificidades de atuação profissional dos alunos do curso. Essa nova versão contempla as exigências estabelecidas nas resoluções institucionais Resolução CNE/CES 07/2018 nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e da Resolução CEPE nº 1, de 16 de março de 2023 referentes à curricularização da extensão.

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo está estruturado em sete seções que fazem a apresentação da instituição e do curso em si, com um breve histórico, inserção regional e planejamento estratégico institucional. Demonstra como o curso está organizado em termos de concepção, dados do curso, estrutura curricular e procedimentos didáticos e metodológicos; descreve o sistema de avaliação adotado, os recursos humanos e instalações disponíveis; e as ações de incentivo à permanência do corpo discente.

Lista de Ilustrações e Tabelas

Mapa 1 – As sete Unidades e polos de Educação a distância do Cefet/RJ inseridos no Estado do Rio de Janeiro	15
Figura 1 – Organograma Funcional do Cefet/RJ.....	18
Figura 2 – Organograma dos Conselhos Sistêmicos do Cefet/RJ	19
Figura 3 – Identidade Visual do CATUR.....	81
Quadro 1 – Corpo docente do curso superior de Tecnologia em gestão de Turismo	60
Quadro 2 – Professores de outros departamentos que atuam no Curso	61
Quadro 3 – Docentes integrantes do NDE	62
Quadro 4 – Laboratório de Turismo (LabTur).....	65
Tabela 1 – Disciplinas do Núcleo de Conteúdos Básicos	33
Tabela 2 – Disciplinas nas do Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes	34
Tabela 3 – Disciplinas do Núcleo de Conteúdos Específicos	35
Tabela 4 – Disciplinas Eletivas Curriculares.....	35
Tabela 5 – Disciplinas de Projeto Final.....	36
Tabela 6 – Distribuição de carga horária total do curso	36
Tabela 7 – Disciplinas com Cargas explícitas de Extensão.....	46
Tabela 8 – Estrutura Curricular GTUR (2025).....	48
Tabela 9 – Docentes, quantidade e percentual	61

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	7
2. APRESENTAÇÃO DO PPC E LEGISLAÇÃO	8
3. A INSTITUIÇÃO	11
3.1. Breve Histórico	11
3.2. Inserção Regional	14
3.3. Filosofia, princípios, missão, visão e objetivos	15
3.4. Gestão Acadêmica da Instituição e do Curso.....	17
4. ORGANIZAÇÃO DO CURSO	22
4.1. Concepção do Curso	22
4.1.1. JUSTIFICATIVA E PERTINÊNCIA DO CURSO	22
4.1.2. OBJETIVOS DO CURSO	24
4.1.3. PERFIL DO EGRESSO.....	25
4.1.4. COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	26
4.2. Dados do curso	27
4.2.1. FORMAS DE INGRESSO	27
4.2.2. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	28
4.2.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	28
4.3. Estrutura curricular	32
4.3.1. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	32
4.3.2. ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA.....	36
4.3.3. ESTÁGIO SUPERVISIONADO	37
4.3.4. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	41
4.3.5. AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	41
4.3.6. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	44
4.3.7. ATIVIDADES DE EXTENSÃO	47
4.3.8. GRADE CURRICULAR	48
4.3.9. EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS	52
4.4. Procedimentos didáticos e metodológicos.....	53
5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO	56
5.1. Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.....	56
5.2. Avaliação do Projeto do Curso.....	57
5.3. Autoavaliação realizada pela CPA.....	58
5.4. Ações decorrentes dos processos de avaliação	59
6. RECURSOS DO CURSO	60
6.1. Corpo docente	60
6.2. Núcleo Docente Estruturante	61
6.3. Coordenação do Curso.....	62
6.4. Setores de atendimento administrativo e acadêmico	64
6.5. Instalações	64
6.5.1. INSTALAÇÕES ESPECÍFICAS.....	64
6.5.2. INSTALAÇÕES ESPECÍFICAS.....	64
6.5.3. LABORATÓRIOS.....	65
6.5.4. BIBLIOTECA.....	66
7. INCENTIVO À PERMANÊNCIA DO CORPO DISCENTE.....	68

7.1 Seção de Articulação Pedagógica (SAPED)	68
7.2 Serviço de psicologia.....	69
7.3 A formação do discente para além da sala de aula.....	70
7.3.1 PROJETOS DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA	71
7.3.2 MONITORIA.....	71
7.3.3 PROJETOS E PROGRAMAS DE EXTENSÃO E ATUAÇÃO EXTENSIONISTA	72
7.3.4 PROGRAMA CELI	72
7.3.5 PROJETO OLHOS MEUS	73
7.3.6 PROJETO CELISUSTENTÁVEL.....	74
7.3.7 FACILITADORES DE APRENDIZAGEM.....	75
7.3.8 PROGRAMA JOVENS TALENTOS PARA A CIÊNCIA	76
7.3.9 PROMOÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE EVENTOS	76
7.3.10 ENACTUS CEFET/RJ.....	77
7.3.11 PROJETOS MULTIDISCIPLINARES	78
7.3.12 VISITAS TÉCNICAS.....	78
7.3.13 INTERCÂMBIOS.....	78
7.3.14 CATUR-CEFET/RJ – CAMPUS NOVA FRIBURGO	80
REFERÊNCIAS	82
ANEXOS	84
Anexo I - Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo	84
Anexo II - Estatuto do Cefet/RJ	86
Anexo III – Catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologia	95
Anexo IV - Fluxograma do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo...	100
Anexo V - Ementas e Bibliografias das Disciplinas do Curso	101

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação: Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo

Modalidade: Presencial

Habilitação: Graduação

Titulação conferida: Tecnólogo em Gestão de Turismo

Autorização: Resolução Nº 15A/08 de 15 de agosto de 2008

Ano de início do funcionamento do Curso: 2008

Tempo de integralização: 5 semestres

Tempo máximo de integralização: 8 semestres

Reconhecimento: 02/05/2012 (Anexo I)

Resultado do ENADE: Não se aplica

Regime acadêmico: Semestral

Número de vagas oferecidas: 40

Turno de oferta: Noturno

Carga-horária total do Curso: 1680

Carga-horária mínima estabelecida pelo MEC: 1600

Conceito Preliminar de Curso (CPC) 3,0

Conceito de Curso (CC): 4.0

Endereço:

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ

Av. Roberto Silveira, 1900 – Prado, Nova Friburgo/RJ

CEP: 28635-000

Contatos:

E-mail: gabin.novafriburgo@Cefet/RJ.br

Telefone: (22) 2519-8906

www.Cefet/RJ.br

2. APRESENTAÇÃO DO PPC E LEGISLAÇÃO

O Projeto Pedagógico de um Curso deve contemplar o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam a prática pedagógica do curso, sua estrutura curricular, as ementas, a bibliografia, o perfil dos concluintes e outras informações significativas referentes ao desenvolvimento do curso, obedecidas as diretrizes curriculares nacionais, estabelecidas pelo Ministério da Educação. Além disso, as políticas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) devem sustentar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que por sua vez devem sustentar a construção do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

O Projeto Pedagógico do curso de Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, da Unidade de Ensino Descentralizada de Nova Friburgo (UnED), do Cefet/RJ, foi desenvolvido com base no Estatuto e no Regimento próprios da instituição e considerando o seguinte embasamento legal:

- Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional;
- Resolução CNE/CES nº 2, de 18/06/2007, que estabelece o Parecer do CNE/CES nº 08/2007 de 31/01/2007, o qual dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024;
- Resolução CEPE /Cefet/RJ nº 01/2015, aprova o tempo máximo de integralização dos cursos presenciais oferecidos pelo Cefet/RJ;
- Resolução CEPE/Cefet/RJ nº01/2016, aprova as normas para criação de cursos técnicos de nível médio e de graduação no âmbito do Cefet/RJ;
- Resolução N° 02/2023, aprova a proposta de Resolução que dispõe sobre a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Engenharia no âmbito do Cefet/RJ, e dá outras providências.
- Resolução CNE CP 001 de 2021 – Cursos Tecnólogos em Gestão Ambiental, Gestão de Turismo, Sistemas para Internet;
- Resolução nº 03/2007 de 2/07/2007, baseada no Parecer CNE/CES nº 261/2006, que estabelece o conceito de hora-aula; além disso, com relação à estrutura curricular, são contempladas as exigências dos seguintes documentos:
- Decreto 4.281 de 25/06/2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27/04/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 17/06/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

www.Cefet/RJ.br

- Decreto nº 5.626, de 22/12/2005, que Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24/04/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Tal decreto estabelece, em seu Capítulo II, que a disciplina Libras é optativa para alguns cursos, como o de Tecnologia em Gestão de Turismo, e é obrigatória para outros, como o de licenciatura.
- Lei 11.645/08, que torna obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30/5/2012, que apresenta as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Lei nº 12.764, de 27/12/2012, que trata da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Lei Nº 13.146/2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- Portaria Nº 2117 de 06 de dezembro de 2019, regulamenta a oferta de disciplinas na modalidade a distância nos cursos de graduação presencial;
- Parecer CNE/CES nº 146/2002, aprovado em 3 de abril de 2002 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design.
- Parecer CNE/CES nº 288/2003, aprovado em 6 de novembro de 2003 - Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo.
- Resolução CNE/CES nº 13, de 24 de novembro de 2006 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo e dá outras providências.
- Resolução nº 7, de 18 de dezembro DE 2018 – Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014;
- Resolução CEPE /Cefet/RJ nº 01/2023, aprova as diretrizes para curricularização da extensão no ensino superior;
- Portaria MEC nº 514, de 04 de junho de 2024, que aprova a 4ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia - CNCST e a incorporação de Áreas Tecnológicas aos Eixos Tecnológicos do CNCST e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT;
- Resolução CNE/CP nº2, de 04 de abril de 2024, que dispõe sobre a incorporação aos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos (CNCT) e de Cursos Superiores de Tecnologia (CST), de Áreas Tecnológicas aos respectivos Eixos Tecnológicos;
- Resolução 68/2024 - CODIR/ Cefet/RJ, de 27 de setembro de 2024.

Com relação à constituição de comissões ou núcleos, são contempladas as exigências dos documentos a seguir:

- Lei nº 10.861, de 20/12/2004, que em seu Art.11 estabelece que cada Instituição deve constituir uma CPA (Comissão Própria de Avaliação) com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações.

www.Cefet/RJ.br

- Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

As propostas apresentadas neste projeto estão em consonância com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e o PPI (Projeto Pedagógico Institucional), considerando a articulação entre estes três documentos, e com as orientações estabelecidas pelo MEC na elaboração das Diretrizes Curriculares. Dessa forma, as presentes propostas:

- Demonstram a preocupação com a qualidade do Curso de Graduação de modo a permitir o atendimento das contínuas modificações do mercado de trabalho;
- Ressaltam a necessidade da formação de um profissional generalista que irá buscar na Educação Continuada conhecimentos específicos e especializados;
- Apontam a necessidade de desenvolvimento e aquisição de novas habilidades para além do ferramental técnico da profissão;
- Valorizam as atividades externas;
- Discutem a necessidade de adaptação do conteúdo programático às novas realidades que se apresentam ao Cefet/RJ, passando estas adaptações inclusive pela criação de novas disciplinas ou modificação das cargas horárias já existentes.

Posto isto, o Projeto Pedagógico aqui apresentado é resultado de um trabalho em conjunto, organizado pela direção da Unidade de Ensino Descentralizada de Nova Friburgo/RJ juntamente com a coordenação do curso. Todo corpo docente também foi convidado a participar, revisando o programa de suas disciplinas, atualizando a bibliografia e adequando a metodologia de ensino e o sistema de avaliação de forma a estruturar o curso conforme as Diretrizes Curriculares e as recomendações do MEC.

Vale observar que no processo de Construção do Projeto Pedagógico, em virtude da rápida evolução tecnológica em que os cursos de Tecnologia em Gestão de Turismo estão sujeitos, é de fundamental importância assinalar que o Projeto Pedagógico do Curso seja constantemente reavaliado, discutido e ajustado.

3. A INSTITUIÇÃO

3.1. Breve Histórico

Situada na cidade que foi capital da República até 1960, a Instituição ora denominada Cefet/RJ teve essa vocação definida desde 1917, quando, criada a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, pela Prefeitura Municipal do Distrito Federal – origem do atual Centro –, recebeu a incumbência de formar professores, mestres e contramestres para o ensino profissional. Tendo passado à jurisdição do Governo Federal em 1919, ao se reformular, em 1937, a estrutura do então Ministério da Educação, também essa Escola Normal é transformada em liceu destinado ao ensino profissional de todos os ramos e graus, como aconteceu às Escolas de Aprendizes Artífices, que, criadas nas capitais dos Estados, por decreto presidencial de 1909, para proporcionar ensino profissional primário e gratuito, eram mantidas pela União.

Naquele ano de 1937, tinha sido aprovado o plano de construção do liceu profissional que substituiria a Escola Normal de Artes e Ofícios. Antes, porém, que o liceu fosse inaugurado, sua denominação foi mudada, passando a chamar-se Escola Técnica Nacional, consoante o espírito da Lei Orgânica do Ensino Industrial, promulgada em 30 de janeiro de 1942. A essa Escola, instituída pelo Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, que estabeleceu as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, coube ministrar cursos de 1º ciclo (industriais e de mestria) e de 2º ciclo (técnicos e pedagógicos).

O Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959, traz maior autonomia administrativa para a Escola Técnica Nacional, passando ela, gradativamente, a extinguir os cursos de 1º ciclo e atuar na formação exclusiva de técnicos. Em 1966, são implantados os cursos de Engenharia de Operação, introduzindo-se, assim, a formação de profissionais para a indústria em cursos de nível superior de curta duração. Os cursos eram realizados em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, para efeito de colaboração do corpo docente e expedição de diplomas.

A necessidade de preparação de professores para as disciplinas específicas dos cursos técnicos e dos cursos de Engenharia de Operação levou, em 1971, à criação do Centro de Treinamento de Professores, funcionando em convênio com o Centro de Treinamento do Estado da Guanabara (CETEG) e o Centro Nacional de Formação Profissional (CENAFOR).

É essa Escola que, tendo recebido outras designações em sua trajetória – Escola Técnica Federal da Guanabara (em 1965, pela identificação com a denominação do respectivo Estado) e Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca (em 1967, como homenagem póstuma ao primeiro Diretor escolhido a partir de uma lista tríplice composta pelos votos dos docentes) –, transforma-se em Centro Federal de Educação Tecnológica, pela Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.

Desse modo, desde essa data, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ, no espírito da lei que o criou, passou a ter objetivos conferidos a instituições de educação superior, devendo atuar como autarquia de regime especial, nos termos do Art.4º da Lei nº 5.540, de 21/11/68, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar.

www.Cefet/RJ.br

Em 06/10/78, através do Parecer nº 6.703/78, o Conselho Federal de Educação aprovou a criação do Curso de Engenharia, com as habilitações Industrial Mecânica e Industrial Elétrica, sendo esta última com ênfases em Eletrotécnica, Eletrônica e Telecomunicações. No primeiro semestre de 1979, ingressaram no Cefet/RJ as primeiras turmas do Curso de Engenharia nas habilitações Industrial Elétrica e Industrial Mecânica, oriundas do Concurso de vestibular da Fundação CESGRANRIO.

Em 29/09/82, o então Ministro de Estado da Educação e Cultura, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15/08/79, e tendo em vista o Parecer nº 452/82 do CFE, conforme consta do Processo CFE nº 389/80 e 234.945/82 do MEC, concedeu o reconhecimento do Curso de Engenharia do Cefet/RJ, através da Portaria nº 403, publicada no D.O.U. do dia 30/09/82.

A partir do primeiro semestre de 1998, iniciaram-se os cursos de Engenharia de Produção e de Administração Industrial, bem como os Cursos Superiores de Tecnologia. No segundo semestre de 2005, teve início o Curso de Engenharia de Controle e Automação. Dois anos depois, no segundo semestre de 2007, deu-se início o Curso de Engenharia Civil. Mais tarde, no segundo semestre de 2012, um novo curso de graduação passou a ser oferecido no Maracanã: Bacharelado em Ciências da Computação. Em 2018, no segundo semestre, começou a ser ofertado o Bacharelado em Física e Licenciatura em Matemática, em 2020.

Desde 1992, o Cefet/RJ passou a ofertar, também, cursos de mestrado em programas de pós-graduação *stricto sensu*. Atualmente, o Cefet/RJ possui os seguintes cursos de Mestrado: 1. Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas (antigo PPTEC) iniciado em 1992, Mestrado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais (início em 2008), Mestrado em Engenharia Elétrica (início em 2009), Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação (início em 2010), Mestrado em Relações Étnico-Raciais (início em 2011), Mestrado Profissional em Filosofia e Ensino (início em 2015), Mestrado em Ciência da Computação (início em 2016) e o Mestrado em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (início em 2019).

Em 2013, começou o primeiro curso de Doutorado da instituição, em Ciência, Tecnologia e Educação (PPCTE). Em 2015, começou o curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Instrumentação e Óptica Aplicada (PPGIO). Em 2016 começou o Doutorado em Engenharia de Produção e Sistemas e, em 2016, o Doutorado em Engenharia Mecânica e Tecnologia de Materiais.

Em 2020, iniciaram os cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*. Os cursos iniciados nesse ano foram o de Práticas, Linguagens e Ensino na Educação Básica e Patrimônio Cultural. Em 2022, iniciaram-se os cursos de Relações Étnico-Raciais e Educação: Sociedade, Linguagem e Relações Internacionais.

A Instituição insere-se no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e, no âmbito interno da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, mantém um Banco de Projetos de Pesquisa, com projetos oficialmente cadastrados, que abrangem atividades desenvolvidas nos grupos de pesquisa e nos Programas de Pós-graduação, alguns deles com financiamento do CNPq, da FINEP, da FAPERJ, entre outras agências de fomento. Programas institucionais de iniciação científica e tecnológica beneficiam, respectivamente, os cursos de graduação e os de nível de Educação Básica, aí compreendidos o Ensino Médio e, em especial, os cursos técnicos.

Trazendo em sua história o reconhecimento social da antiga Escola Técnica, o Cefet/RJ expandiu-se academicamente e em área física. Hoje, a instituição conta com a unidade sede

www.Cefet/RJ.br

(Maracanã), além de sete Unidades de Ensino Descentralizadas (UnEDs). A primeira destas sete Unidades foi inaugurada em agosto de 2003 e está localizada em outro município, trata-se da UnED de Nova Iguaçu, situada no bairro de Santa Rita desse município da Baixada Fluminense. A segunda UnED foi inaugurada em junho de 2006 e corresponde à UnED de Maria da Graça, bairro da cidade do Rio de Janeiro. No segundo semestre de 2008, surgiram as Unidades de Petrópolis, Nova Friburgo e Itaguaí. Em 2010, foram inaugurados o Núcleo Avançado de Valença e a UnED de Angra dos Reis.

Desde 2011, o Cefet/RJ, juntamente com a UERJ, UENF, UNIRIO, UFRJ, UFF e UFRRJ integra um consórcio, em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Fundação Cecierj, com o objetivo de oferecer cursos de graduação à distância, na modalidade semipresencial, para todo o Estado. Ao iniciar o ano letivo de 2012, o Cefet/RJ passou a oferecer o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, nessa modalidade, visando atender a uma demanda latente de mercado regional, com base nos arranjos produtivos locais dos Polos do Consórcio CEDERJ do Estado do Rio de Janeiro e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia 2011.

A atuação educacional do Cefet/RJ inclui, então, a oferta regular de cursos de ensino médio e de educação profissional técnica de nível médio, cursos de graduação, incluindo cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas, cursos de mestrado e de doutorado, além de atividades de pesquisa e de extensão, estas incluindo cursos de pós-graduação *lato sensu*, entre outros. A educação profissional técnica de nível médio é ofertada em nove áreas profissionais, que atualmente resultam em dezessete habilitações e trinta e cinco cursos técnicos. No nível superior, a Instituição conta com dezenove habilitações, que resultam em trinta e três cursos superiores.

Esse breve histórico retrata as mudanças que foram se operando no ensino industrial no país, notadamente no que diz respeito à ampliação de seus objetivos, voltados, cada vez mais, para atuar em resposta aos níveis crescentes das exigências profissionais do setor produtivo em face do avanço tecnológico e da globalização econômica. Os Centros Federais de Educação Tecnológica, por sua natural articulação com esse setor, são sensíveis à dinâmica do desenvolvimento, constituindo-se em agências educativas dedicadas à formação de recursos humanos capazes de aplicar conhecimentos técnicos e científicos às atividades de produção e serviços.

O Cefet/RJ é desafiado e se desafia a contribuir no desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e da região, atento às Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior do país. Voltado a uma formação profissional que deve ir ao encontro da inovação e do desenvolvimento tecnológico, da modernização industrial e potencialização da capacidade e escala produtiva das empresas aqui instaladas, da inserção externa e das opções estratégicas de investimento em atividades portadoras de futuro – sem perder de vista a dimensão social do desenvolvimento –, o Centro se reafirma como uma Instituição pública que deseja continuar a formar quadros para os setores de metal e mecânica, petroquímica, energia elétrica, eletrônica, telecomunicações, informática e outros que conformam a produção de bens e serviços no país.

3.2. Inserção Regional

Segundo dados estimados pelo IBGE para o ano de 2022, o Estado do Rio de Janeiro, com 43.780,172 km², abriga uma população de cerca de 16 milhões de habitantes (16.055.174). É a unidade da Federação de maior concentração demográfica, 366,72 habitantes/km², especialmente na Região Metropolitana, constituindo-se, assim, em um grande mercado consumidor de bens e serviços. Encontra-se em posição geográfica privilegiada, no centro da região geoeconômica mais expressiva do País, sendo o segundo Estado em importância econômica do Brasil.

Em 2021, a região Sudeste respondeu por 52,3% de participação de cada estado no PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais foram responsáveis, sozinhos, por 50,2% do PIB do Brasil, ou seja, estes três estados concentraram mais da metade do PIB do país.

Admitindo-se um raio de 500 km, a partir da cidade do Rio de Janeiro, atingindo São Paulo, Belo Horizonte e Vitória, identifica-se uma região geoeconômica de grande importância sob o ponto de vista abastecedor/consumidor. A prestação de serviços e a indústria exercem papel fundamental na economia fluminense. Áreas como telecomunicações e tecnologia da informação são áreas de grande interesse para a prestação de serviços.

O setor industrial do Rio de Janeiro é o segundo mais importante do País. Indústrias como a metalúrgica, siderúrgica, gás-química, petroquímica, naval, automobilística, audiovisual, cimenteira, alimentícia, mecânica, editorial, gráfica, de papel e celulose, de extração mineral, extração e refino de petróleo, química e farmacêutica comprovam a diversidade da estrutura do setor industrial do Rio de Janeiro e sua potencialidade econômica.

O Estado do Rio de Janeiro destaca-se pela expressiva representatividade de suas indústrias de base, como por exemplo, a Petrobras (petróleo e gás natural), líder mundial no ramo, com tecnologia própria na extração de petróleo em águas profundas. O Estado do Rio de Janeiro é o maior produtor de petróleo e gás natural do País, respondendo, em 2022, por 69% da produção nacional. A Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (aços planos), por exemplo, é a maior da América Latina. Entre as diversas indústrias existentes estão a Vale S.A., uma das maiores mineradoras do mundo, a Cosigua (aços não planos), a Valesul (alumínio), a Ingá (zinco) e a Nuclep (equipamentos pesados). No setor energético, completam a lista a Eletrobrás, maior companhia latino-americana do setor de energia elétrica, Furnas Centrais Elétricas, Eletronuclear, entre outras.

Na indústria naval, uma das atividades econômicas mais antigas do Brasil, onde o Rio é pioneiro, o estado detém expressiva capacidade instalada, inovando na construção de grandes plataformas de petróleo e em sofisticadas embarcações de apoio *offshore*.

O Polo Automotivo - com a Peugeot-Citröen, as empresas do tecnopolo e a Volkswagen Caminhões (MAN Latin America) - é um dos mais modernos do mundo, exporta para os principais mercados e consolida a liderança tecnológica do país neste setor.

Em decorrência principalmente de sua base tecnológica, o Estado do Rio de Janeiro tem gerado inúmeras oportunidades para indústrias de alta tecnologia, como a química fina, novos

www.Cefet/RJ.br

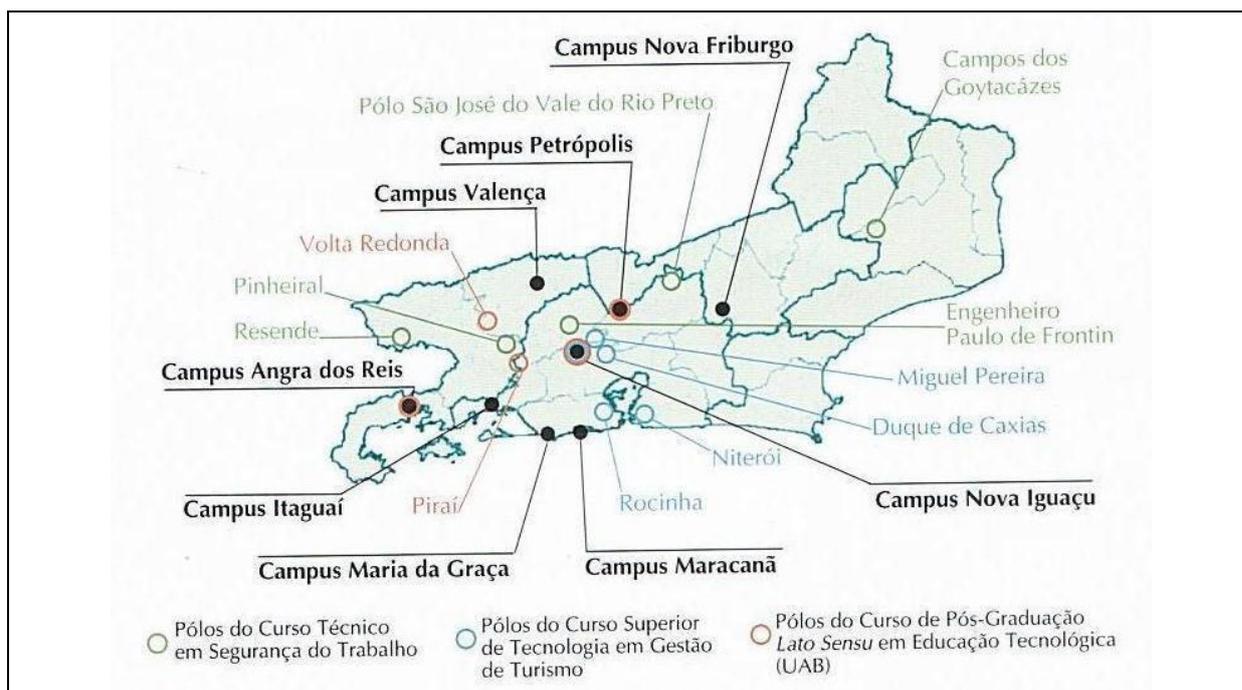
materiais, biotecnologia, mecânica de precisão e eletroeletrônica, onde o Polo Tecnológico é o grande centro deste segmento industrial.

A expansão da demanda interna, notadamente observada em gêneros como Bebidas e Perfumaria, Sabões e Velas, ressalta-se também o desempenho dos setores produtores de Material Plástico e de Materiais não Metálicos.

O Estado apresenta um comércio dinâmico e uma atividade financeira intensa somados a um pujante setor de turismo. Também representa uma alternativa disponível para projetos agropecuários modernos, intensivos em tecnologia, dentro do atual modelo agrícola brasileiro de cada vez mais buscar o crescimento da produção através do aumento da produtividade.

Dessa forma, o Cefet/RJ, com sede situada no bairro Maracanã, há mais de um século de existência, com suas sete Unidades e diversos polos de Educação a distância inseridos no Estado do Rio de Janeiro, conforme o Mapa 1, observando as demandas do mercado de trabalho, atua na formação de profissionais capazes de suprir as necessidades da Região, em diversas áreas e segmentos de ensino.

Mapa 1 – As sete Unidades e polos de Educação a distância do Cefet/RJ inseridos no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Cefet/RJ (2023)

3.3. Filosofia, princípios, missão, visão e objetivos

Conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (Cefet/RJ, 2020, PDI 2020-2024, p. 25), o Cefet/RJ tem por **missão**: “Promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral

www.Cefet/RJ.br

(humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade”.

Corresponde à filosofia orientadora da ação no Cefet/RJ compreender a instituição educacional como um espaço público de formação humana, científica e tecnológica. Busca igualmente entender que:

- Todos os servidores são responsáveis por esse espaço e nele educam e se educam permanentemente;
- Os alunos são corresponsáveis por esse espaço e nele têm direito às ações educacionais qualificadas que ao Centro cabe oferecer;
- A convivência, em um mesmo espaço acadêmico, de cursos de diferentes níveis de ensino e de atividades de pesquisa e extensão compõe a dimensão formadora dos profissionais preparados pelo Centro (técnicos, tecnólogos, engenheiros, administradores, docentes e outros), ao mesmo tempo em que o desafia a avançar no campo da concepção e realização da educação tecnológica.

A filosofia institucional se expressa, ainda, nos princípios norteadores do seu projeto político-pedagógico, documento (re)construído com a participação dos segmentos da comunidade escolar (servidores e alunos) e representantes dos segmentos produtivo e outros da sociedade. Integram tais princípios:

- Defesa da educação pública e de qualidade;
- Autonomia institucional;
- Gestão democrática e descentralização gerencial;
- Compromisso social, parcerias e diálogo permanente com a sociedade;
- Adesão à tecnologia a serviço da promoção humana;
- Probidade administrativa;
- Valorização do ser humano;
- Observância dos valores éticos;
- Respeito à pluralidade e divergências de ideias, sem discriminação de qualquer natureza;
- Valorização do trabalho e responsabilidade funcional.

Orientados pela legislação vigente, constituem objetivos prioritários do Cefet/RJ:

- Ministrar a educação profissional técnica de nível médio de forma articulada com o ensino médio, objetivando proporcionar habilitação profissional para diferentes setores da economia;
- Ministrar o ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*;
- Ministrar cursos de licenciatura bem como programas especiais de formação pedagógica nas áreas científica e tecnológica;
- Ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;

www.Cefet/RJ.br

- Realizar pesquisas nas diversas áreas do conhecimento, estimulando o desenvolvimento de soluções e estendendo seus benefícios à sociedade;
- Promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, por meio de ações interativas que concorram para a transferência e o aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada;
- Estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico bem como o pensamento reflexivo, com responsabilidade social.

3.4. Gestão Acadêmica da Instituição e do Curso

Segundo o Estatuto do Cefet/RJ aprovado pela Portaria nº 3.796, de novembro de 2005 (Anexo II), do Ministério da Educação, a estrutura geral do Cefet/RJ compreende:

- I. Órgão colegiado: Conselho Diretor;
- II. Órgãos executivos:

Diretoria Geral:

- i. Vice-Diretoria Geral;
- ii. Assessorias Especiais;
- iii. Gabinete;
- iv. Corregedoria;
- v. Ouvidoria;
- vi. Procuradoria

Diretorias Sistêmicas

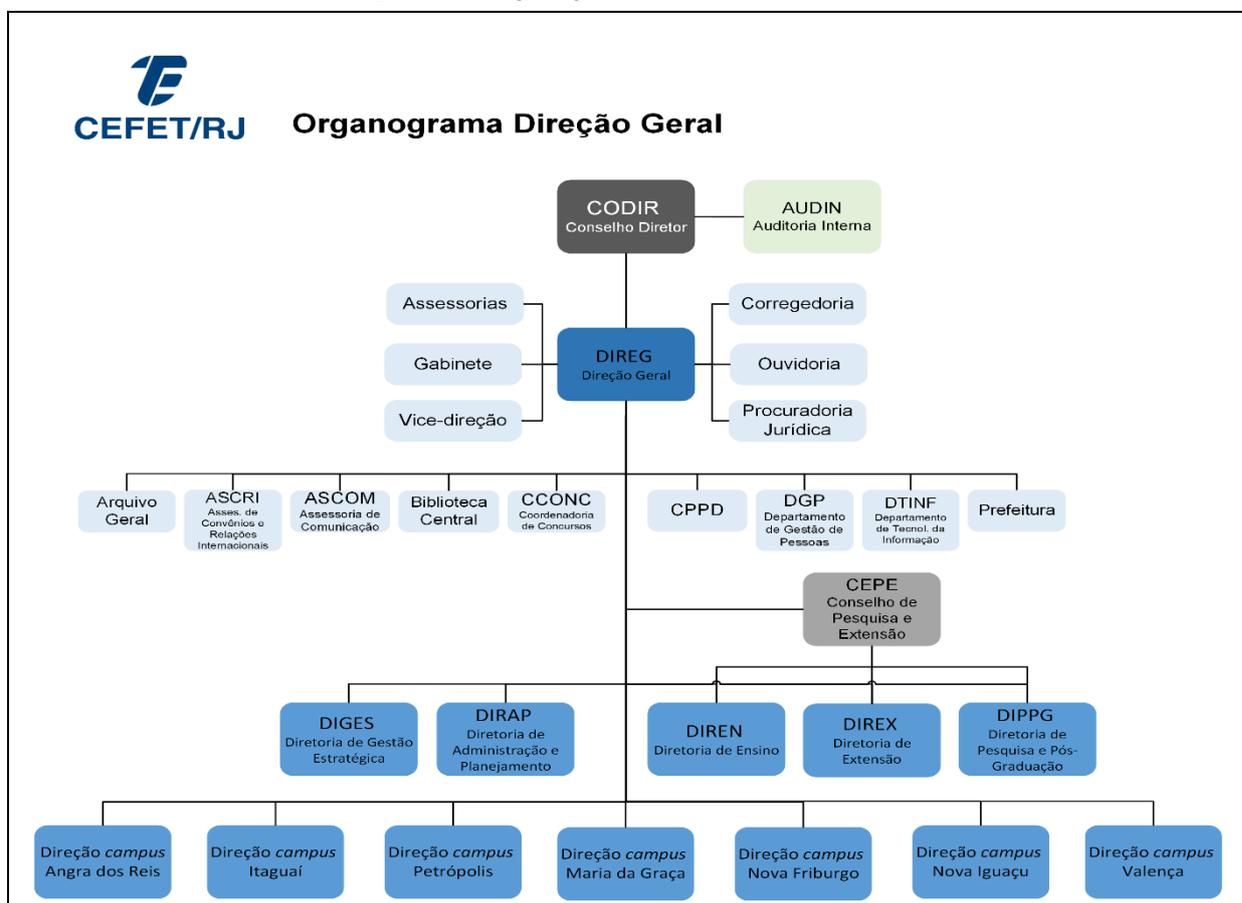
- i. Diretoria de Administração e Planejamento
- ii. Diretoria de Ensino
- iii. Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
- iv. Diretoria de Extensão
- v. Diretoria de Gestão Estratégica

Diretorias de Unidades de Ensino

- III. Órgãos de controle:
Auditoria Interna

A Figura 1 ilustra o organograma funcional do Cefet/RJ, com todas as suas diretorias sistêmicas e Unidades.

Figura 1 – Organograma Funcional do Cefet/RJ



Fonte: Cefet/RJ (2023)

À Direção-Geral (DIREG) compete à direção administrativa e política do Centro. A Assessoria Jurídica compete desenvolver trabalhos e assistência relacionados a assuntos de natureza jurídica definidos pelo Diretor-Geral e de interesse do Cefet/RJ.

A Diretoria de Administração e Planejamento (DIRAP) é o órgão encarregado de prover e executar as atividades relacionadas com a administração, gestão de pessoal e planejamento orçamentário do Cefet/RJ e sua execução financeira e contábil.

A Diretoria de Ensino (DIREN) é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino do Cefet/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Diretoria de Extensão.

A Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG) é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação do Cefet/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Ensino e da Diretoria de Extensão.

www.Cefet/RJ.br

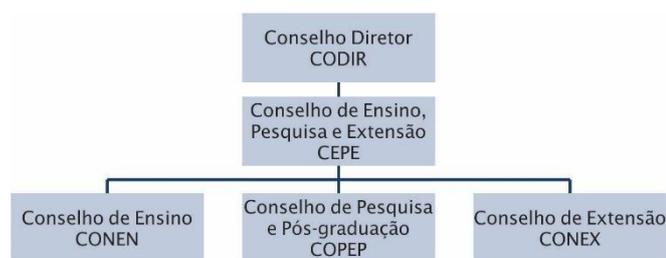
A Diretoria de Extensão (DIREX) é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da extensão do Cefet/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Ensino e Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

A Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES) é o órgão responsável pela coordenação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, acompanhamento da execução dos planos e projetos e fornecimento oficial das informações sobre o desempenho do Cefet/RJ.

As Unidades de Ensino estão subordinadas ao Diretor-Geral do CefetRJ e têm a finalidade de promover atividades de ensino, pesquisa e extensão. O detalhamento da estrutura operacional do Cefet/RJ, assim como as competências das unidades e as atribuições de seus dirigentes estão estabelecidas em Regimento Geral, aprovado pelo Ministério da Educação, em 1984.

A estrutura dos Conselhos Sistêmicos do Cefet/RJ está representada na Figura 2.

Figura 2 – Organograma dos Conselhos Sistêmicos do Cefet/RJ



Fonte: Cefet/RJ (2023)

Cada Unidade possui um Conselho local, que corresponde a um órgão consultivo e deliberativo. O Colegiado é o órgão consultivo de cada Departamento Acadêmico ou Coordenação para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as diretrizes do Centro.

Na Unidade Sede, o Conselho local consultivo e deliberativo, que trata dos assuntos da graduação, é o Conselho Departamental (CONDEP). Tal conselho é a instância colegiada da Graduação no campus Maracanã. Os membros desse conselho são chefes dos departamentos/coordenações da Graduação e a representação discente. A chefia do DEPES, que também preside o CONDEP, é responsável pela supervisão e coordenação das atividades acadêmicas e administrativas do DEPES.

O DEPES é um órgão executivo da Diretoria de Ensino do Cefet/RJ, que trata das questões relativas ao planejamento e a execução das atividades de ensino superior no Maracanã (Sede). Cabe ao DEPES o planejamento e a implementação dos cursos sob sua supervisão, assim como os respectivos programas de graduação.

O Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Cefet/RJ UnED Nova Friburgo é parte integrante do DEPES. O coordenador do curso auxilia no planejamento, execução e supervisão do ensino, pesquisa, extensão e demais atividades do

www.Cefet/RJ.br

curso. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) vem a contribuir neste sentido, uma vez que é responsável pela contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

O Cefet/RJ mantém uma estrutura acadêmico-administrativa, dando suporte aos discentes e docentes dos cursos de graduação do Maracanã através dos seguintes setores, além da Diretoria de Ensino, do DEPES e do próprio Departamento Acadêmico:

- Departamento de Registros Acadêmicos (DERAC): responsável pela vida escolar e atendimento aos alunos: fluxo curricular, matrículas, trancamentos, frequências, notas, aprovação/reprovação, colação de grau, diplomas.
- Secretaria Acadêmica (SECAD): responsável pelo apoio ao docente na condução de suas atividades acadêmicas e ao discente com informações sobre salas, docentes e avisos. Interage com os Departamentos e com o DERAC.
- Coordenadoria dos Cursos de Graduação (COGRA): é subordinada à Diretoria de Ensino (DIREN) e desenvolve atividades sistêmicas de atendimento às demandas dos cursos superiores de todos as unidades que compõe o Sistema Cefet/ RJ. As atividades da COGRA, incluem:

Processos de Transferência:

Interna - Semestral e sistêmico, presencial e EaD: Planejar e confeccionar editais, coordenar e supervisionar as demandas referentes à realização do processo para preenchimento de vagas remanescentes em cursos de graduação do Cefet/RJ

Externa - Semestral e sistêmico: Planejar e confeccionar editais, coordenar e supervisionar as demandas referentes à realização do processo para preenchimento de vagas remanescentes em cursos de graduação do Cefet/RJ;

Ex-Offício: Avaliar e emitir parecer para a Diren;

Especiais: Avaliar e emitir parecer para a Diren.

Processo para Portadores de Diploma:

Semestral e sistêmico: Planejar e confeccionar editais, coordenar e supervisionar as demandas referentes à realização do processo para preenchimento de vagas remanescentes em cursos de graduação do Cefet/RJ;

Processos de Mobilidade Acadêmica:

Entre as Unidades do Cefet/RJ: Planejar os trâmites, verificar as conformidades dos processos, encaminhar aos setores responsáveis, tendo em vista o preenchimento de vagas em disciplinas;

Nacional: Planejar e confeccionar editais, coordenar e supervisionar as demandas referentes à realização do processo para preenchimento de vagas remanescentes em disciplinas; receber e encaminhar documentações aos setores e instituições responsáveis.

Recebimento e Guarda das Ementas dos Cursos de Graduação do Cefet/RJ:

Recebimento e verificação dos trâmites institucionais para criação de código de disciplinas;

Inclusão da disciplina no SIE;

www.Cefet/RJ.br

Envio aos alunos, de ementas solicitadas.

- Setor de Estágio Supervisionado (SESUP): disponibiliza aos alunos todas as informações necessárias para a realização do Estágio Supervisionado da Graduação dos cursos do Maracanã. Este setor fica situado na SECAD.
- Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários (DEAC): atua no sentido de viabilizar as condições de infraestrutura para a realização dos programas, projetos e atividades de extensão, de forma articulada com a comunidade interna e a sociedade.
- Seção de Recursos Didáticos (COTED): responsável pelos recursos audiovisuais disponibilizados aos docentes e discentes para a operacionalização e apoio às atividades acadêmicas, dentre eles: TV's, vídeos, projetores multimídia, microsystem, DVD, etc.
- Comissão de Acompanhamento de Desempenho Discente (CAAD, possui as seguintes atribuições: acompanhar e orientar alunos que tenham apresentado baixo desempenho acadêmico de tal forma a orientá-los para a finalização do curso e assessorar o seu respectivo coordenador acerca de assuntos relativos à situação dos alunos em acompanhamento e orientação.

4. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

4.1. Concepção do Curso

4.1.1. Justificativa e pertinência do Curso

A importância da implementação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro se verifica diante da baixa oferta de cursos públicos superiores em Turismo na Região, paralela à notória demanda por profissionais para atuar no novo, complexo e promissor mercado de trabalho em turismo. O Curso visa, em médio prazo, a formação de profissionais diferenciados para atuar neste setor.

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo (Cefet/RJ-UnED Nova Friburgo) é apresentado em detalhes neste texto, que é o instrumento norteador para implementação e consolidação do curso.

As propostas apresentadas neste projeto estão em consonância com as orientações estabelecidas pelo MEC na elaboração das Diretrizes Curriculares, uma vez que:

- I. Demonstram a preocupação com a qualidade do Curso de Graduação de modo a permitir o atendimento das contínuas modificações do mercado de trabalho;
- II. Ressaltam a necessidade da formação de um profissional generalista que irá buscar na Educação Continuada conhecimentos específicos e especializados;
- III. Apontam a necessidade de desenvolvimento e aquisição de novas habilidades para além do ferramental técnico da profissão;
- IV. Valorizam as atividades externas, pleiteando para elas valores a serem quantificados na formação do graduando em Gestão de Turismo;
- V. Discutem a necessidade de adaptação do conteúdo programático às novas realidades que se apresentam ao Cefet/RJ, passando estas adaptações, inclusive, pela criação de novas disciplinas ou a modificação das cargas horárias existentes.

O Projeto Pedagógico do Curso Tecnologia em Gestão de Turismo do Cefet/RJ, UnED Nova Friburgo, é resultado de uma discussão com o corpo docente do curso para nortear a formação acadêmica dos alunos, bem como definir os objetivos do curso, perfil dos egressos, matriz curricular, conteúdos relativos à formação básica e da formação específica, estrutura do curso e sistema de avaliação, previstos para a graduação, ressaltando as especificidades de atuação profissional dos alunos do curso. Os alunos também têm oportunidade de participar de forma efetiva, através de seus relatos, questionamentos e solicitações realizadas junto à Coordenação de Curso.

Em todo o mundo, o setor de serviços tem importante papel na dinâmica econômica, seja pela participação no produto da economia (PIB) ou pela preponderância na geração de empregos. As atividades ligadas ao turismo se encontram no âmbito do setor de serviços.

O turismo é uma atividade diretamente interligada a outros setores da economia e sua organização, relacionada aos campos da segurança, dos transportes e da infraestrutura. Deve

www.Cefet/RJ.br

estar em pleno funcionamento e alinhada com as políticas públicas de turismo estabelecidas pelo estado, para que possam ser efetivamente implementadas.

No Estado do Rio de Janeiro, foram destacadas seis regiões consideradas estratégicas para o desenvolvimento do turismo no estado, sob a perspectiva do curto prazo, por apresentarem produtos e roteiros já consolidados ou por conta de eminente potencial de consolidação. Entre as seis regiões estratégicas, encontra-se a região Serra Verde Imperial, constituída por Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Guapimirim e Cachoeiras de Macacu. As belezas da Região Serrana, que se encontra em meio a uma das mais vastas áreas de Mata Atlântica do Brasil, as festividades, os atrativos naturais, seu patrimônio histórico e seus equipamentos turísticos atraem turistas de diversas localidades. Assim, o setor do turismo movimentava a economia local.

Nesse sentido, o Comércio de Bens, Serviços e Turismo é o setor mais forte da região responsável por 72% do Produto Interno Bruto. A participação do setor de serviços é maior que 50% do PIB em todos os municípios. Petrópolis tem o maior PIB de serviços da região, R\$ 3,4 bilhões, representando 44% do total, seguido por Nova Friburgo, com mais de R\$ 1,7 bilhão e Teresópolis, com produto de serviços de mais de R\$ 1,5 bilhão. Com a crescente visibilidade alcançada pelo Brasil e, conseqüentemente, pelo aumento do número de turistas a visitarem nosso país, temos certamente muito trabalho pela frente, mas também uma oportunidade única seja no que se refere ao turismo interno, como também ao internacional de fomentar a atividade e propiciar uma gestão pública efetivamente competitiva, profissional e que fortaleça as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento e consolidação da atividade do turismo.

O turismo em Nova Friburgo está dividido em diferentes áreas de interesse voltadas para públicos diversos, de modo a ampliar o quantitativo de turistas que visitam a cidade. Dentre essas áreas destacam-se:

- **Ecoturismo:** Nova Friburgo está localizada em uma das maiores reservas da fauna e da flora do país. Os turistas são atraídos pelo patrimônio natural e pela possibilidade de interpretação do ambiente.
- **Turismo Cultural:** Nova Friburgo possui exemplos significativos de arquitetura eclética e moderna, contando com obras de arquitetos como o renomado Lúcio Costa. O município conta com museus, centros de documentação, feiras de artesanato, festivais de poesia, encontros de folias de reis entre outras manifestações culturais.
- **Turismo de Compras:** Nova Friburgo destaca-se nacionalmente como polo de moda íntima, com centenas de lojas de lingerie, oferecendo qualidade e preços acessíveis.
- **Turismo de Aventura:** Nova Friburgo possui diferentes circuitos rurais onde são desenvolvidas caminhadas, prática de esportes radicais, trilhas, *trekking*, rapel, *mountain bike*, cavalgadas, enduros, passeios de *jeep*, escaladas e canoagem, *rafting* e boia cross.

Nova Friburgo conta ainda com circuitos turísticos já conceituados, como o Circuito da Ponte Branca, Circuito Tere-Fri, Circuito Lumiar e São Pedro da Serra, Circuito Sabor Mury, Circuito Cão Sentado, Circuito Caledônia, Circuito Moda Íntima de Olaria e Circuito Caminhadas do Centro.

O Calendário de Eventos do município também merece destaque. Nele se destacam, dentre outros eventos: a Festa das Colônias, o Friburgo Festival, a Fevest, o Fri-Flor, o Festival

www.Cefet/RJ.br

da Truta, os Jogos Florais, o Festival do Morango com Chocolate, o Encontro de Dança, o Encontro Nacional de Motociclistas e o Festival de Inverno realizado em parceria com o SESC e o Nova Friburgo *Country* Clube.

4.1.2. Objetivos do Curso

O Objetivo Geral do Curso está em consonância com os objetivos do Cefet/RJ, o objetivo geral do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo é o de formar profissionais, com perfil generalista, humanista, crítico e reflexivo, acerca do fenômeno turístico e seus desdobramentos na sociedade, de modo a serem capazes de contribuir para o desenvolvimento do turismo regional e nacional, com ética e responsabilidade profissional, e colaborando para a sua formação contínua.

Para além da formação profissional, o curso também objetivo considerar como princípio e política as premissas da acessibilidade e da inclusão, comprometendo-se com a difusão de tais premissas como valores para toda a sociedade.

Objetivos específicos do Curso estão abaixo listados:

- Formar um profissional generalista, que atenda às necessidades deste mercado regional e nacional;
- Formar profissionais que atuem como gestores em órgãos públicos (municipais, estaduais e federais), na iniciativa privada, nas organizações do terceiro setor ou como empreendedores;
- Oferecer uma mudança de perspectiva para o graduando e sua família;
- Fornecer embasamento sólido que permita ao aluno dar prosseguimento a seus estudos em pós-graduação;
- Possibilitar o conhecimento de técnicas de gestão que promovam a integração de elementos componentes das diversas empresas ligadas ao setor turístico;
- Possibilitar a total compreensão de elementos componentes do planejamento sustentável de localidades;
- Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão;
- Sensibilizar para a pesquisa na área do turismo como elemento importante na promoção do desenvolvimento local, regional e nacional de forma responsável e sustentável;
- Incentivar a implementação de modelos de gestão inovadores voltados para inclusão social, geração de emprego e renda;
- Estimular processos de sensibilização coletiva, relacionados à preservação patrimonial de recursos naturais e culturais nos destinos turísticos;
- Trabalhar a dimensão humana, cidadã e ética do graduando através de disciplinas específicas e de maneira holística ao longo do curso;

www.Cefet/RJ.br

- Habilitar o aluno a compreender, de forma respeitosa e sem preconceitos, as necessidades das pessoas com deficiência;
- Ser um curso flexível, promovendo a participação do aluno em programas de mobilidade acadêmica e através do oferecimento de um amplo elenco de disciplinas optativas.

4.1.3. Perfil do Egresso

Pretende-se que o profissional egresso do curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do Cefet/RJ UnED Nova Friburgo apresente uma sólida formação técnico-científica que possibilite a aplicação dos conhecimentos adquiridos de forma efetiva e coerente em soluções de demandas da sociedade. O seu perfil incluindo suas habilidades e capacidade é definida com base nos objetivos propostos e na consideração de que este profissional deve ser um agente da consolidação desses objetivos na sociedade. Conforme as Diretrizes Curriculares dos cursos de Tecnologia, a formação do Tecnólogo em Gestão de Turismo tem por objetivo capacitar o egresso do curso dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades:

- Capacidade para integrar as diferentes áreas de conhecimento do turismo, identificando os limites e contribuições de cada uma delas;
- Planejar, supervisionar, elaborar e coordenar projetos e serviços de turismo;
- Desenvolver e/ou utilizar novas ferramentas e técnicas;
- Capacidade para incorporar técnicas, instrumentos e procedimentos inovadores;
- Comunicar-se eficientemente nas formas escrita, oral e gráfica;
- Atuar em equipes multidisciplinares;
- Avaliar o impacto das atividades do turismo no contexto social e ambiental;
- Capacidade para utilizar subsídios de pesquisa na geração de inovações;
- Compreender e aplicar a ética e responsabilidades profissionais;
- Assumir a postura de permanente busca de atualização profissional;

O campo de atuação profissional do turismo no mercado de trabalho regional e nacional é bastante diversificado, compreendendo desde grandes empresas públicas e privadas, empreendimentos próprios ou atuação autônoma.

O Tecnólogo em Gestão de Turismo é formado para atuar em organizações de variados tipos e portes, podendo estas estarem inseridas tanto na área pública, privada ou mesmo no terceiro setor. Mais do que ser mão de obra para o vasto campo de atuação em turismo, o profissional egresso do curso é instruído para ser um agente promotor de desenvolvimento socioeconômico local, apto a replicar a orientação empreendedora que faz parte de sua formação, e um agente de transformação e inclusão social, apto ao atendimento de todas as pessoas independente das condições biopsicossociais, gênero, orientação sexual e demais atributos características da diversidade humana.

Dentro das especificações que sugere o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (Anexo III), podemos dizer que o nosso egresso está apto a desenvolver ações no âmbito do planejamento turístico (seja vinculado às destinações ou mesmo às organizações), agenciamento de viagens e turismo (isto para viagens emissivas e receptivas, além de serviços para operadoras de turismo), transportadoras turísticas e consultorias voltadas para o planejamento e gestão de políticas públicas para a comercialização e promoção dos serviços relativos à atividade turística.

O tecnólogo em Gestão de Turismo também poderá atuar junto à identificação dos potenciais turísticos da localidade receptora, considerando a diversidade cultural e os aspectos socioambientais para o desenvolvimento local e regional.

As disciplinas curriculares, em conjunto com as atividades complementares, permitem conjugar flexibilidade curricular à formação do tecnólogo em Gestão de Turismo. Como atividades de síntese e integração dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso há o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e o Estágio Supervisionado.

O profissional deve ser capaz de identificar as necessidades da sociedade e as oportunidades relacionadas, o que requer uma sintonia com o meio em que vive e um bom nível de informação (olhar crítico sobre o panorama atual, capacidade de busca e interpretação de informações). Uma vez identificados os problemas e oportunidades, o profissional deve ter a capacidade de articular e implementar soluções otimizadas (quanto a custo, complexidade, acessibilidade, manutenção e outros). Essa etapa pode envolver o planejamento, a captação de recursos, motivação de parceiros, a execução do projeto em si e a manutenção de seus resultados.

4.1.4. Competências, habilidades e atividades desenvolvidas

Especificamente o curso desenvolverá competência profissional, habilidades e atitudes comportamentais, tais como:

I - Conhecer, interpretar e aplicar:

- a) legislação turística, legislação ambiental e código de defesa do consumidor;
- b) políticas públicas de turismo;
- c) códigos, siglas e sinais usados na comunicação turística;
- d) pesquisas, sondagens e indicadores socioeconômicos;
- e) mediante critérios prévios e adequados, os estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;
- f) Acessibilidade comunicacional, comunicação interpessoal, intercultural, usando expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social.

II - Planejar, gerenciar e operar:

- a) agências de viagens e operadoras de turismo receptivo e emissivo;

www.Cefet/RJ.br

- b) empresas de transporte turístico;
- c) negócios e serviços turísticos;
- d) marketing e vendas de produtos e serviços turísticos;
- e) Planejar e executar projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento.
- f) Demonstrar conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, equidade, empatia e ética.

III - Integrar, atuar e lidar:

- a) equipes multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais, exercendo uma postura acessível e inclusiva;
- b) planos, programas e projetos relacionados ao patrimônio natural, histórico e cultural;

VI – Utilizar e dominar:

- a) técnicas de elaboração de programas, roteiros e itinerários;
- b) modelos matemáticos de avaliação de gestão econômica e financeira;
- c) técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;
- d) métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista;
- e) diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;
- f) adequadamente a informática, a tecnologia assistiva e outros recursos tecnológicos.

4.2. Dados do curso

4.2.1. Formas de ingresso

O ingresso no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Cefet/RJ, UnED Nova Friburgo/RJ, se dá através de diferentes mecanismos. Alguns desses mecanismos são gerenciados pelo Ministério de Educação (MEC) e outros são regidos por editais próprios. Em total existem 6 (seis) mecanismos usados para seleção de candidatos ao curso, eles são:

Classificação junto ao SiSU – ENEM: por classificação junto ao Sistema de Seleção Unificada – SiSU, com base nas notas obtidas pelo candidato no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A Instituição oferece 100% de suas vagas de primeiro período por meio deste sistema. O cronograma das etapas de inscrição é o estabelecido no SiSU. O número de vagas ofertadas, as pontuações mínimas, o peso atribuído à nota de cada área de conhecimento do Enem, a confirmação do interesse para constar na Lista de Espera do SiSU, os procedimentos

www.Cefet/RJ.br

para matrícula, bem como todos os critérios do Cefet/RJ para esse processo seletivo constam em edital divulgado em “notícias” no Portal da Instituição¹.

A Transferência Externa é o processo seletivo aberto a alunos regularmente matriculados em Instituição de ensino superior (IES), oriundos de estabelecimentos reconhecidos, de acordo com a legislação em vigor, sendo, contudo, limitado às vagas existentes, de acordo com edital específico divulgado em “notícias” no Portal da Instituição⁸. O processo é composto pelas seguintes etapas: inscrição, realização de provas discursivas e de uma redação, análise da documentação mínima e dos pré-requisitos exigidos no edital. Não é permitida a mudança de curso, em qualquer época, aos alunos transferidos para o Cefet/RJ.

A Transferência Interna se configura como o Remanejamento Interno, obedecendo a normas estabelecidas em edital específico, no qual um aluno, regularmente matriculado em um curso de Graduação do Cefet/RJ, muda para outro da mesma Instituição, dentro da mesma área de conhecimento. Os Departamentos Acadêmicos dos Cursos de Graduação apresentam, a cada semestre, o número de vagas passível de preenchimento para cada um de seus cursos. Esta relação é encaminhada a Diretoria de Ensino para confecção de edital unificado. Os processos de admissão por transferência geralmente ocorrem em meados de cada semestre letivo, antes do período para o qual haja vagas disponíveis e é regido pelas normas estabelecidas no edital disponível em “notícias” no Portal da Instituição¹. Já o ex-offício é uma transferência regida por legislação específica, Lei nº 9.536, de 11/12/97, aplicada a funcionários públicos federais e militares.

No Convênio, o aluno-convênio é aquele encaminhado ao Cefet/RJ pelos Órgãos Governamentais competentes e oriundo de países com os quais o Brasil mantém acordo, conforme as normas da Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica (DCCIT). A Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica (DCCIT), vinculada à Direção Geral (DIREG), dentre as suas atribuições, tem a responsabilidade de coordenar, em articulação com a Diretoria de Ensino (DIREN), as atividades de intercâmbio de estudantes no plano internacional.

Há, ainda, o Reingresso. Podem ser aceitos alunos portadores de diploma de graduação em áreas correlatas às ciências humanas, segundo edital específico disponibilizado em “notícias” no Portal da Instituição. Ao estudante cujo reingresso venha ser deferido para um determinado curso de graduação, é vedada qualquer mudança posterior de curso.

4.2.2. Horário de funcionamento

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Cefet/RJ, UnED Nova Friburgo/RJ, funciona em horário noturno, de segunda a sexta, tanto para as disciplinas de conteúdo básico quanto para as disciplinas de conteúdo profissionalizante e específico. De acordo com as necessidades da Gerência Acadêmica, eventualmente, podem ser ministradas disciplinas no período vespertino e aos sábados.

4.2.3. Estrutura organizacional

A estrutura do campus Nova Friburgo é composta pela seguinte estrutura:

¹Portal da Instituição: <http://portal.Cefet/RJ.br/>

www.Cefet/RJ.br

O Conselho do Campus (CONPUS) é o órgão colegiado máximo competente para deliberar e normatizar sobre as atividades de Ensino, de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, a serem desenvolvidas em âmbito local pelos campi que integram ou venham a integrar o Sistema Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ, em função da realidade, possibilidades e potencialidades nas quais determinado campus está localizado. A composição do CONPUS segue os ditames da Resolução no 68/2024, de 27 de setembro de 2024, exarada pelo Presidente do Conselho Diretor – CODIR – do Cefet/RJ, tendo sua constituição sendo feita por membros natos e membros eleitos por seus pares, a saber:

I – Membros natos:

- a) Diretor do Campus, que presidente o CONPUS;
- b) Gerente Acadêmico;
- c) Gerente Administrativo;
- d) Coordenadores de Curso.

II – Membros eleitos por seus pares:

- a) dois representantes docentes;
- b) dois representantes administrativos;
- c) um representante da extensão;
- d) um representante da pesquisa;
- e) um aluno representante do nível médio e técnico;
- f) um aluno representante da graduação;
- g) um aluno representante da pós-graduação.

Os conselheiros que constituem o corpo de Membros Eleitos possuem o mandato de 04 (quatro) anos, admitindo-se apenas uma recondução consecutiva, segundo os ditames da Resolução no 68/2024. A existência de tal espaço democrático de participação social junto à gestão da UnED Nova Friburgo faz com que haja o planejamento de projetos e ações de forma conjunta e envolvendo todos os atores (membros do CONPUS) na tomada de decisão, e levando em consideração todos os pontos de vista convergentes e/ou divergentes das propostas encaminhadas. Ressalta-se que a forma de deliberação do CONPUS é igualitária, ou seja, todos os conselheiros natos e eleitos possuem voz e direito de voto da mesma forma e valor, não havendo pesos diferenciados.

O CONPUS desde a sua implantação na gestão do campus Nova Friburgo vem se mostrando enquanto arena democrática para a apresentação e socialização de problemas institucionais e que de forma conjunta e solidária os diferentes membros atuam na construção de políticas locais, seja na constituição de Comissões Especiais dedicadas ao estudo de determinada matéria/objeto submetido à plenária do Conselho, seja na deliberação de resoluções próprias para o campus.

As reuniões seguem os ritos estabelecidos na Resolução no 68/2024, tendo como a realização de 06 (seis) reuniões ordinárias por ano, de acordo com calendário próprio apresentado pelo Presidente do CONPUS e votado pelos membros.

Para continuidade de determinados temas/assuntos apresentados pela pauta das reuniões ordinárias do CONPUS é possível que sejam agendadas e realizadas reuniões extraordinárias, visando a continuidade das discussões, assim como a busca por soluções institucionais e locais tendo em vista a efetividade e eficácia.

www.Cefet/RJ.br

É com o empenho de todos os membros do CONPUS, atuando e participando da execução, acompanhamento e avaliação da gestão do campus é que haverá o cumprimento efetivo e competente da função social de educação, além da missão institucional do Cefet/RJ que é promover a educação mediante atividades de ensino, pesquisa e extensão que propiciem, de modo reflexivo e crítico, a formação integral (humanística, científica e tecnológica, ética, política e social) de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e econômico da sociedade.

Assim sendo, o CONPUS – Nova Friburgo se estabelece enquanto um espaço participativo, dialógico e deliberativo para o acompanhamento das ações de planejamento e gestão do campus Nova Friburgo.

Já a Direção da Unidade cabe ao diretor da UnED Nova Friburgo liderar, coordenar e conduzir o trabalho coletivo e colaborativo para garantir a qualidade do ensino e da aprendizagem dos estudantes em todos os aspectos de seu desenvolvimento. Também é sua missão conhecer as características pedagógicas próprias das etapas e modalidades de ensino que a escola oferece. O diretor é o responsável pela gestão, coordenação e liderança da instituição. Ele deve garantir que a escola funcione bem, de forma organizada e saudável, e que os alunos tenham um ambiente propício para aprender. Suas principais funções são: supervisionar o currículo, os professores e as operações diárias; garantir o cumprimento das políticas educacionais e dos regulamentos governamentais; administrar o orçamento escolar; acompanhar o andamento de projetos, atividades pedagógicas e tarefas administrativas; interagir com alunos e pais, tratando de questões disciplinares; avaliar o progresso dos alunos, por meio de relatórios e testes e estabelecer comunicação constante e efetiva com os familiares

Gerência acadêmica (GERAC) e Gerência Administrativa (GERAD), no âmbito dos campi do interior, ocupam as funções da gestão administrativa e pedagógica dos cursos de ensino superior obedece a um organograma específico. Vinculadas à Direção de campus, existem as Gerências administrativa (GERAD) e acadêmica (GERAC) as quais têm, sob sua responsabilidade, respectivamente, a gestão dos aspectos administrativos e de infraestrutura e a gestão dos processos acadêmicos dos cursos, dos serviços de secretaria, de atendimento socioeducacional e de biblioteca.

A Coordenadorias dos cursos é exercida por um membro do corpo docente, escolhido para designar a função de coordenação. Ao coordenador compete às atribuições relativas ao planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, as quais devem ser realizadas considerando o princípio de uma gestão democrática.

Quanto aos laboratórios, a Coordenadorias de laboratório fica por conta de um membro do corpo docente, que é escolhido para designar a função de coordenação de laboratório. Ao coordenador compete às atribuições relativas ao controle, utilização e organização do espaço.

A Seção de articulação pedagógica (SAPED), existente no campus Nova Friburgo, conta com uma equipe multidisciplinar e faz o acompanhamento dos alunos regularmente matriculados através dos setores pedagógico, de estágio, de assistência estudantil, de assistência social e de psicologia. Além desse acompanhamento contínuo de alunos que estão frequentando às aulas, a SAPED realiza ainda uma busca ativa de estudantes que, em determinado semestre letivo, não efetuaram a renovação de sua matrícula. O objetivo desta busca é contactar aqueles que estão em situação potencial de abandono e/ou evasão, entender as especificidades de cada caso e oferecer suporte para a reativação da matrícula e conclusão do curso.

O NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas) dá suporte aos discentes que são considerados pessoas com deficiência de acordo com a LBI (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/15. Brasília, 2015.) e aqueles contemplados pelos preceitos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, visando propor adaptações que atendam às necessidades específicas e de aprendizagem para assegurar seus direitos educacionais. Um dos objetivos do núcleo preocupa-se em ampliar o quantitativo de estudantes com deficiência que ingressam no campus Nova Friburgo, garantindo-lhes acesso, permanência, participação plena, progresso e terminalidade dos estudos com sucesso a partir do apoio ao desempenho discente.

Para tanto, o Napne defende e promove o protagonismo acadêmico do aluno, atuando no combate ao capacitismo e ampliando o conhecimento tanto discente quanto docente sobre a temática da deficiência numa abordagem educacional, institucional, sociocultural e, sobretudo, humana. Esse suporte é oferecido pela sinalização das necessidades feita pelo próprio discente após reunião com o Napne. Observadas as necessidades, são oferecidos suportes que garantam ao aluno condições equitativas de escolarização.

Esses suportes podem ser, por exemplo, ampliação de tempo de prova, audiodescritores, leitores, transcritores, texto/imagem ampliados, sala de aula em andar térreo, assento garantido próximo ao docente na sala de aula, material impresso em pdf, acompanhamento de facilitadores de aprendizagem etc. Nesse último caso, um facilitador é acionado e designado para atuar diretamente com o discente, utilizando um planejamento elaborado em conjunto com o Napne para eliminar as barreiras educacionais indicadas pelo aluno. Este acompanhamento é mensalmente verificado pelo Napne de modo que o êxito em seu desempenho ao longo dessa mediação seja garantido ao aluno.

- I. A partir dessas práticas inclusivas e de acessibilidade, o Napne busca propiciar um melhor aproveitamento acadêmico dos alunos por ele apoiados e, paralelamente, contribuir para o enriquecimento do curso como um todo. Dessa forma, o Napne entende que um corpo discente e docente plural, que aprende convivendo com as diferenças e que se apropria de conhecimentos através do convívio com a diversidade, amplia seus horizontes, tornando-se mais consciente e empático tanto como aluno e como futuro profissional da área do Turismo, quanto como docente de uma instituição pública de ensino. Assim, ambos podem, inclusive, vislumbrar uma nova perspectiva para sua formação/prática docente, seja voltada para uma atuação na perspectiva inclusiva e de acessibilidade, seja voltada para os aspectos sociais, políticos e humanos.
- II. Cumpre ressaltar que a menção das questões de acessibilidade e inclusão neste documento, assim como a melhoria do desempenho discente mediante todos os suportes oferecidos pelo Napne, promove a equidade e reflete esses valores. Diante disso, o Napne reitera a necessidade de que essa prática faça parte da nossa cultura institucional, não limitando-se a este documento, tornando a acessibilidade e a inclusão valores fundamentais para a formação acadêmica e profissional.
- III. Atualmente, o NAPNE é formado por Alessandra Mitie Spallanzani (docente EBTT), Amanda Lamago de Souza (colaboradora externa da Secretaria de Educação - Setor da Educação Especial – PMNF), Dolores Affonso (Colaboradora externa com deficiência visual), Isabel Cristina Sêco Loureiro (TAE), Letícia Matela Lobosco (TAE com deficiência visual) e Maria Luisa Oliveira Abrunhosa (TAE).

www.Cefet/RJ.br

O Núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas (Neabi), de natureza propositiva e consultiva, tem a função de auxiliar no direcionamento de estudos, pesquisas e ações de extensão que promovam a reflexão sobre as questões étnico-raciais.

Há, ainda, a Seção de registros acadêmicos (SERAC), setor do campus destinado ao registro, ao arquivo e à emissão de documentos relacionados à vida acadêmica dos estudantes. Encontra-se vinculada à Divisão de Administração Acadêmica e submete-se às normas emanadas pelo DERAC – Departamento de Administração e Registros Acadêmicos, do campus sede. Neste setor, podem ser feitos os seguintes procedimentos: matrículas, trancamentos de matrícula, solicitação de prova substitutiva, declarações diversas, dentre outras.

4.3. Estrutura curricular

4.3.1. Organização curricular

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Cefet/RJ, da Unidade Nova Friburgo, se desenvolve, normalmente, em dois anos e meio, o que corresponde a cinco períodos letivos, em regime semestral de créditos.

O conjunto de atividades para a formação do tecnólogo em gestão de turismo é formado pelas disciplinas obrigatórias e optativas, pelo Estágio Supervisionado, pelo Trabalho de Final de Curso e pelas Atividades Complementares e de extensão.

A organização e administração dos conteúdos busca fomentar a proposta de interdisciplinaridade entre estas áreas de conhecimento, preparando profissionais aptos a participar ativamente do processo de ensino-aprendizagem e organizacional das instituições onde estiver inserido, sejam públicas ou privadas, a partir de uma formação integral e complementar abrangendo as diversas áreas da formação, suplementando uma proposta que propicie a articulação entre as disciplinas, como meio complementar de interação conforme currículo proposto.

As unidades curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo são compostas pelas disciplinas dos núcleos com conteúdo profissionalizantes, específicos com disciplinas eletivas / optativas.

Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes: disciplinas que proporcionam conhecimentos indispensáveis para atuarem na área da gestão de turismo escolhida. Versam sobre um subconjunto de tópicos da Resolução CNE/CES nº 11, de 11/03/2002, a critério da Instituição.

Núcleo de Conteúdos Específicos: disciplinas que proporcionam a base específica para a atuação na Gestão do Turismo. Consiste em extensões e aprofundamentos dos conteúdos do núcleo de conteúdos profissionalizantes, bem como de outros conteúdos destinados a caracterizar modalidades.

Disciplinas Eletivas Curriculares: Também chamadas de disciplinas optativas. São aquelas que o aluno pode escolher livremente, de modo a aprofundar seu conhecimento em determinada área, de acordo com seus interesses pessoais ou profissionais.

A carga horária total para a integralização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo (Tabelas 1, 2, 3, 4, 5 e 6) é de 1680 horas/aulas sendo 1.260 horas de disciplinas obrigatórias, 72 horas das disciplinas optativas, 90 horas reais de atividades complementares,

www.Cefet/RJ.br

216 horas/aula de atividades explícitas de extensão e 300 horas reais de estágio supervisionado. Totalizando 86 créditos.

Tabela 1 – Disciplinas do Núcleo de Conteúdos Básicos

DISCIPLINAS DO NÚCLEO DE CONTEÚDOS BÁSICOS	Aulas Semanais		Créditos
	Teórica	Extensão	
Fundamentos do Fenômeno Turístico	54	X	3
Fundamentos de Administração	36	X	2
Geografia do Turismo	36	X	2
Expressão Oral e Escrita	36	X	2
Fundamentos de Economia em Turismo	36	X	2
Mobilidade Turística	36	X	2
Estudos da Cultura Brasileira	36	X	2
Metodologia Científica Aplicada ao Turismo	36	X	2
Fundamentos da Gestão de Projetos	18	18	2
Gestão Pública de Turismo I	36	18	3
Gestão Pública de Turismo II	18	18	2
Total	378	54	24
Carga horária-aula deste Núcleo:	432		
Carga horária-real deste Núcleo:	360		
Carga horária total-real do Curso:	1.680		

Fonte: autoria própria

Tabela 2 – Disciplinas nas do Núcleo de Conteúdos Profissionalizantes

DISCIPLINAS DO NÚCLEO DE CONTEÚDOS PROFISSIONALIZANTES	Aulas Semanais		Créditos
	Teórica	Extensão	
Gestão de Alimentos e Bebidas	36	X	2
Marketing de Hospitalidade e Turismo	36	18	3
Gestão de Meios de Hospedagem I	36	18	3
Agenciamento e Operação de Viagens	36	X	2
Gestão de Eventos	36	X	2
Organização de Eventos	18	36	3
Gestão de Meios de Hospedagem II	36	X	2
Gestão Financeira aplicada à Hotelaria	18	18	2
Inovação e Turismo	36	X	2
Montagem e Elaboração de Roteiros Turísticos	18	18	2
Total	306	108	23
Carga horária-aula deste Núcleo:	414		
Carga horária-real deste Núcleo:	345		
Carga horária- real total do Curso:	1.680		

Tabela 3 – Disciplinas do Núcleo de Conteúdos Específicos

DISCIPLINAS DO NÚCLEO DE CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	Aulas Semanais		Créditos
	Teórica	Extensão	
Turismo e História Regional	36	x	2
Sustentabilidade e Turismo em Áreas Naturais	18	18	2
História da Arte Aplicada ao Turismo I	36	x	2
Língua Espanhola Aplicada ao Turismo I	36	x	2
Língua Inglesa Aplicada ao Turismo I	36	x	2
Fundamentos da Sociologia do Turismo e do Lazer	36	x	2
História da Arte Aplicada ao Turismo II	36	x	2
Língua Espanhola Aplicada ao Turismo II	36	x	2
Língua Inglesa Aplicada ao Turismo II	36	x	2
Língua Espanhola Aplicada ao Turismo III	36	x	2
Língua Inglesa Aplicada ao Turismo III	36	x	2
Patrimônio Cultural Aplicado ao Turismo	36	18	3
Língua Espanhola Aplicada ao Turismo IV	36	x	2
Língua Inglesa Aplicada ao Turismo IV	36	x	2
Acessibilidade e Inclusão	18	18	2
Total	504	54	31
Carga horária-aula deste Núcleo:	558		
Carga horária-real deste Núcleo:	465		
Carga horária-real total do Curso:	1.680		

Fonte: autoria própria

Tabela 4 – Disciplinas Eletivas Curriculares

DISCIPLINAS OPTATIVAS	Aulas Semanais		Créditos
	Teórica	Prática	
Optativa I	36	X	2
Optativa II	36	X	2
TOTAL	72	X	4
Carga horária-aula total	72		
Carga horária-real total	60		
Carga horária-real total do Curso:	1.680		

Fonte: autoria própria

Tabela 5 – Disciplinas de Projeto Final

DISCIPLINAS DE PROJETO FINAL	Aulas Semanais		Créditos
	Teórica	Prática	
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso	36	X	2
Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso	36	X	2
TOTAL	72	X	4
Carga horária-aula total	72		
Carga horária-real total	60		
Carga horária-real total do Curso:	1.680		

Fonte: autoria própria

Tabela 6 – Distribuição de carga horária total do curso

Núcleo de Conteúdos	Carga horária (HORA-AULA)	Carga horária (HORA-REAL)	Carga horária percentual
Básicos	378	315	18,7%
Profissionalizantes	306	255	15,2%
Específicos	504	420	25,0%
Optativas	72	60	3,6%
Atividades Complementares	108	90	5,3%
Atividades de Extensão	216	180	10,7%
Estágio Supervisionado	360	300	17,9%
Projeto Final	72	60	3,6%
Total	2016	1680	100%

Fonte: autoria própria

4.3.2 Ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena

Seguindo o que foi determinado pelas leis N° 10.639/03 e Lei N° 11.645/08, que tratam da obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, julgamos relevante destacar que o conteúdo é abordado, no Tecnólogo em Gestão em Turismo do Cefet/RJ campus Nova Friburgo, nas disciplinas de Cultura Brasileira, ofertada no 3° período, e de Patrimônio Cultural, que consta no 4° período. São ambas as matérias as responsáveis, na Matriz Curricular do Curso, por viabilizar que os discentes entrem em contato tanto com a história, como com as manifestações culturais afro-brasileiras e indígenas.

Nas duas disciplinas, há módulos inteiramente dedicados à compreensão de que a cultura brasileira, como definido na Constituição de 1988, é formada por elementos que fazem “referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade

www.Cefet/RJ.br

brasileira” (Brasil, 1988), dentre os quais merecem destaque as manifestações de matriz africana e as praticadas pelos diferentes povos indígenas brasileiros.

Na disciplina de Cultura Brasileira, após uma breve introdução sobre a história da África e dos povos que habitavam o Brasil pré-cabraliano, o debate centra-se nas múltiplas manifestações culturais desses dois grupos, como “as formas de expressão”; “os modos de criar, fazer e viver” (Brasil, 1988) – celebrações e a religiosidade –, bem como nas manifestações materiais dessas culturas, como os Terreiros de Candomblé e os lugares ritualísticos sagrados dos povos indígenas. Os discentes, além das aulas expositivas, desenvolvem atividades, como a apresentação de textos - a título de exemplificação, citamos o artigo “Tambor de Crioula: história de resistência e memória cultural”, publicado na Revista Cultura Visual, da UFG –, e realizam debates, como o focado no conceito de Relativismo Cultural (Geertz, 2008; Ortiz, 2013), no qual a prática do infanticídio dentre vários povos indígenas é ‘revisitada’ pelos alunos com um olhar que se pretende desprovido de preconceitos.

Na disciplina de Patrimônio Cultural, há um módulo dedicado aos Patrimônios Culturais Materiais e Imateriais afro-brasileiros e indígenas que são reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em um primeiro momento, os discentes são apresentados aos fatos e aos motivos que levaram os bens materiais ligados às culturas afro-brasileira e indígena não terem sido tombados antes da década de 1980, mas somente após, quando ocorre o processo de redemocratização do país, com o término da Ditadura Militar. É realizada com os discentes uma análise que permite que eles verifiquem que o primeiro terreiro de candomblé, o Terreiro da Casa Branca, em Salvador, por exemplo, tenha sido tombado somente em 1986, dado que explicita o quanto a cultura de matriz africana foi relegada ao esquecimento no Brasil (Cunha, 2018).

Por outro lado, a disciplina de Patrimônio Cultural, para além das aulas expositivas, exige dos discentes a apresentação dos Dossiês de Registro do Patrimônio Imaterial de manifestações culturais indígenas que, somente após o Decreto n.º 3.551/2000, que instituiu o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, passaram a ser consideradas patrimônios, como Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi (2002) e a Cachoeira de Iauaretê – Lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri (2006).

4.3.3. Estágio supervisionado

O Estágio Supervisionado é uma disciplina obrigatória do Currículo Pleno dos Cursos de Graduação do Cefet/RJ, segundo disposições da Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, que revogou a Lei n.º 6.494, de 07 de dezembro de 1977, e o Decreto n.º 87.497, de 18 de agosto de 1982. A carga horária atribuída à disciplina em questão obedece ao que está estabelecido nas Resoluções CNE/CES n.º 2, de 18/06/2007, e n.º 02, de 24/04/2019. Todo o procedimento adotado para a realização do estágio supervisionado está disponível no Portal^{2,3} da Instituição.

Por meio dessa disciplina, o aluno conhece e participa *in loco* dos principais problemas inerentes à profissão pretendida, melhor se qualificando para o exercício técnico profissional.

² Regulamento do estágio supervisionado:

http://portal.Cefet/RJ.br/files/alunos/outros/regulamento_estagio_2012_1.pdf

³ Informações sobre estágio supervisionado: <http://portal.Cefet/RJ.br/alunos/estagio-supervisionado.html>

www.Cefet/RJ.br

Assim, toda uma gama de valores e conhecimentos científicos e socioculturais enriquecerá sua bagagem de vivência, aumentando sua experiência profissional.

A disciplina Estágio Supervisionado tem uma duração mínima de 300 horas para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, contadas a partir da data de matrícula na disciplina, para alunos em efetiva atividade de estágio. Para matricular-se na disciplina em questão, o aluno deverá ter concluído, no mínimo, 40 (quarenta) créditos. A jornada de atividades terá que compatibilizar-se com o horário escolar, evitando-se prejuízos à formação acadêmica do aluno.

Após matricular-se na disciplina de Estágio Supervisionado, o aluno deverá formalizar o seu estágio junto à DIEMP (Divisão de Integração Empresarial), com credenciamento da empresa concedente do estágio e assinatura do termo de compromisso. Obrigatoriamente, o Termo de Compromisso será celebrado entre o estudante e a empresa concedente do estágio, com interveniência da Instituição Federal de Ensino, atentando para que as atividades oferecidas sejam compatíveis com a formação profissional do estudante e contribuam para seu processo educativo. Ainda durante o primeiro mês de aulas, o aluno deverá procurar o Setor de Estágios (SESUP), para preenchimento da ficha de inscrição e receber as informações necessárias para o cumprimento da disciplina. A Instituição conta com mais de duas mil empresas conveniadas para estágio.

A realização do estágio curricular, por parte do estudante, não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza. Entretanto, poderá o estagiário receber uma bolsa-auxílio para ajudar na sua locomoção e outras despesas, devendo o estudante estar segurado contra acidentes pessoais.

O acompanhamento e controle do cumprimento do programa do estágio são feitos através da análise de um relatório realizado pelo aluno e de uma Ficha de Avaliação preenchida pelo Responsável pelo aluno na Empresa.

O principal objetivo do Estágio Supervisionado é a complementação do ensino teórico, tornando-se instrumento de aperfeiçoamento técnico-científico, de treinamento prático e de integração entre a Instituição de Ensino e o mercado de trabalho, possibilitando uma atualização contínua do conteúdo curricular.

Assim, o Estágio Supervisionado deve proporcionar ao aluno oportunidade para aplicar os conhecimentos acadêmicos e, ao mesmo tempo, adquirir vivência profissional na respectiva área de atividade, além de aprimorar o relacionamento humano, uma vez que possibilita ao aluno avaliar suas próprias habilidades perante situações práticas da vida.

Independentemente de estar cursando a disciplina Estágio Supervisionado, poderá o aluno fazer estágio em empresas em qualquer semestre letivo, sem, no entanto, obter créditos na disciplina. Esse tipo de estágio, não curricular, poderá ser obtido por conta própria ou através de contato com a Divisão de Integração Empresarial (DIEMP), que providenciará a documentação necessária, de acordo com a Lei nº 11.788.

O Regulamento para a Realização da Disciplina Estágio Supervisionado tem como objetivo normatizar as atividades relacionadas com a disciplina Estágio Supervisionado. Conforme determina a legislação em vigor, todos os estudantes devem realizar estágio curricular como condição necessária para a conclusão do curso. O regulamento em questão define os procedimentos que devem ser seguidos pelos acadêmicos, pré-requisitos e prazos, servindo como orientação e definindo os direitos e as obrigações dos envolvidos. São eles:

www.Cefet/RJ.br

I. **Habilitação:** O estudante estará habilitado a esta disciplina após ter cumprido, com aprovação, um mínimo de créditos da matriz curricular dos cursos, momento em que começa a alcançar a maturidade técnico-científica necessária para assumir tarefas no mercado de trabalho. No Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, estará habilitado o aluno que tiver cumprido um mínimo de 40 créditos.

II. **Formalização do Estágio junto à DIEMP:** Deverá o aluno formalizar seu estágio junto à DIEMP – bloco B – térreo, com credenciamento da empresa concedente do estágio e assinatura do Termo de Compromisso.

III. **Matrícula na disciplina:** Deverá o aluno fazer sua matrícula junto ao DERAC quando tiver cumprido os créditos necessários do seu curso, no início do ano letivo. Caso o aluno somente consiga um estágio após o encerramento do período legal de matrícula, dirigir-se à chefia do DERAC e solicitar sua matrícula extemporânea (requisito adotado somente com referência à disciplina Estágio Supervisionado). Assim procedendo, mesmo não completando as horas necessárias nesse período, o aluno já começará a contar as horas para o período seguinte, quando deverá renovar sua matrícula na disciplina.

IV. **Documentação do aluno:** - Ficha para Avaliação de Estágio Supervisionado: identificação do aluno, da empresa e de suas atividades como estagiário e/ou empregado. Para se inscrever o aluno deverá preencher a ficha deste regulamento, disponível no Portal da Instituição⁴. O Aluno Estagiário deverá apresentar termo de compromisso do estágio formalizado junto à DIEMP e o histórico escolar atualizado. Já o Aluno Empregado deverá anexar à ficha cópia do contracheque atual e do 6º (sexto) mês anterior a este ou da carteira de trabalho e o Histórico escolar atualizado.

V. **Prazos e locais para a entrega da documentação para formalização da disciplina Estágio Supervisionado:** o período, o horário e o local são definidos a cada semestre e divulgado na página⁵ do Cefet/RJ.

VI. **Documentação informativa para elaboração do relatório de Estágio Supervisionado:** Após a aprovação do estágio pelo professor supervisor da disciplina de cada curso, o aluno deverá dirigir-se ao SESUP para receber as informações e documentos necessários para a elaboração do Relatório do Estágio Supervisionado, conforme segue: - Norma para Avaliação da Disciplina Estágio Supervisionado: contém o roteiro para elaboração do Relatório de Estágio. - Ficha Individual de Frequência: deverá ser preenchida e assinada pelo orientador da empresa para a avaliação de desempenho do estagiário. Caso o aluno seja funcionário da empresa, estará isento de apresentá-la no ato da entrega do Relatório de Estágio.

- Questionário de Avaliação do Estágio Supervisionado: deverá ser preenchido pelo aluno, com informações acerca de seu estágio e sumário do relatório.

- Carta de Apresentação do Aluno à Empresa: informa data de devolução dos documentos e a importância do estágio para a vida do estudante.

Ao final do estágio, o aluno deve entregar uma versão impressa do Relatório Final e uma versão do Relatório em meio digital (CD). Datas e locais para recebimento da

⁴ Ficha de Avaliação do estágio supervisionado:

http://portal.Cefet/RJ.br/files/alunos/outros/regulamento_estagio_2012_1.pdf

⁵ Informações sobre estágio supervisionado: <http://portal.Cefet/RJ.br/alunos/estagio-supervisionado.html>

www.Cefet/RJ.br

documentação informativa para elaboração do relatório: definida a cada semestre e divulgada na página do Cefet/RJ.

VII. Duração do Estágio: Contados a partir da data de matrícula na disciplina, para estudantes em efetiva atividade de estágio, terá uma duração mínima de 300 horas para o curso em questão.

VIII. Avaliação de Desempenho na Disciplina: A avaliação do Estágio Supervisionado dependerá da entrega, no prazo previsto pelo Setor de Estágio Supervisionado (SESUP), dos documentos que gerarão o Grau da Avaliação Funcional – GAF – e o Grau da Avaliação do Relatório – GAR. Será considerado aprovado o aluno que obtiver média final (MF) igual ou superior a 6,0 (seis), resultante da média ponderada das duas avaliações citadas, não havendo exame final nesta disciplina:

$$MF = (GAF + 2 \times GAR)/3, \text{ onde:}$$

GAF – Grau da Avaliação Funcional – com peso 1, é a média aritmética das avaliações atribuídas aos itens da Ficha Individual de Frequência, com os seguintes códigos de notas correspondentes:

- A – 8,1 a 10,0
- B – 6,1 a 8,0
- C – 4,1 a 6,0
- D – 3,1 a 4,0
- E – zero a 3,0

GAR – Grau de Avaliação do Relatório – com peso 2, é o grau atribuído ao Relatório do Estágio Supervisionado, emitido pelo professor avaliador.

O relatório deverá ser estruturado conforme o roteiro fornecido pelo SESUP. Além do conteúdo, será avaliada, também, a apresentação do Relatório.

Observação: o aluno funcionário está isento da apresentação da Ficha Individual de Frequência.

IX. Supervisão da Disciplina: Para a verificação de autenticidade das informações prestadas pelo aluno na Ficha para Avaliação de Estágio Supervisionado, professores supervisores, encarregados pelos Departamentos Acadêmicos, realizarão visitas periódicas às empresas. O objetivo destas é verificar o entrosamento pessoal do futuro profissional e sua adaptação à empresa, avaliando se desempenha funções compatíveis com a sua formação acadêmica. Ao mesmo tempo, coloca o Cefet/RJ, através do potencial científico e tecnológico, a serviço da sociedade, colhendo sugestões que melhor aproximem os cursos da realidade empresarial.

X. Datas para a entrega do Relatório de Estágio Supervisionado: o período, o local e o horário são definidos a cada semestre e divulgados no Portal¹².

XI. Observações: O aluno que não entregar o Relatório ao final do período letivo corrente deverá renovar a matrícula na disciplina Estágio Supervisionado, garantindo o registro de sua nota no período letivo correspondente à entrega do Relatório de Estágio. A matrícula na disciplina Estágio Supervisionado equivalerá às matrículas em disciplinas curriculares normais, porém, não será computada para o cálculo da carga horária semanal. Caso apareça um ZERO no histórico escolar do aluno matriculado na disciplina que não entregou o Relatório no período,

www.Cefet/RJ.br

dirigir-se ao DERAC (Secretaria Escolar) após a nova matrícula na disciplina e solicitar a retirada dessa nota zero para não baixar o CR do aluno.

No impedimento legal, quanto às datas e horários de atendimento estabelecidos neste regulamento, atender-se-á à entrega dos documentos através de procuração ou pessoa credenciada. Será expressamente recusado o recebimento da documentação quando apresentada fora do prazo determinado e dos horários de atendimento estabelecidos.

4.3.4. Atividades complementares

As atividades complementares são definidas na Resolução CNE/CES n.º 11, de 11 de março de 2002. Esta resolução indica que devem ser estimuladas atividades estudantis suplementares como trabalhos de iniciação científica, projetos interdisciplinares, visitas técnicas, trabalhos em equipe, desenvolvimento de protótipos, monitorias, participação em empresas juniores e outras atividades empreendedoras.

O aluno do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Cefet/RJ-Nova Friburgo é livre para escolher as atividades complementares que deseja desenvolver, sendo necessário completar 50 horas em uma ou várias dessas atividades. A quantidade de horas destinadas para a (s) atividade(s) escolhida(s) será registrado no registro acadêmico por meio do formulário de acompanhamento de atividades complementares que deve ser preenchido pelo professor ou coordenador da atividade escolhida.

4.3.5 Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade obrigatória, individual, formatada sob a forma de trabalho científico em qualquer área do conhecimento que, direta ou indiretamente, estabelece interlocução com o Turismo. Sua formulação caracteriza-se como um exercício integrador que coaduna e correlaciona toda seara de saberes adquiridos pelo discente ao longo de sua formação no curso de Gestão em Turismo.

O TCC é desenvolvido sob a orientação de um professor vinculado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo que tenha interesse e/ou aderência investigativa com o tema proposto pelo aluno. Este professor é definido como o Orientador da pesquisa no referido semestre. Além do orientador, que tem a responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento do TCC, o aluno pode recorrer à coorientação de outros professores da instituição, ou externos a ela.

A inscrição na disciplina TCC é igualmente compulsória, já que integra parte dos créditos que compõem a carga horária do curso, e seu cumprimento se realiza através da aprovação da investigação que, formulada originalmente pelo discente e seu orientador, é apresentada à banca avaliadora.

- A inscrição na disciplina TCC será obrigatória imediatamente após o aluno haver completado um número mínimo de créditos equivalentes à integralização do quinto período;
- O TCC será desenvolvido de forma estritamente individual, não se admitindo que seja desenvolvido por até 2 (dois) ou mais alunos;

www.Cefet/RJ.br

- A conclusão da disciplina se dará desde que o aluno tenha seu TCC aprovado após defesa pública;

Quanto aos critérios de avaliação, o Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser apresentado em três diferentes formatos e, para ser aprovado, independentemente da estrutura escolhida, deverá ser íntegro, isto é, ausente de plágios integrais ou cópias parciais de trabalhos de terceiros.

Na primeira modalidade, o trabalho final a ser defendido poderá seguir o formato monografia, cujo modelo está disponível na biblioteca (arquivo virtual ou físico). Nesse estilo o discente deverá, obrigatoriamente, contemplar a formatação vigente da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para trabalhos acadêmicos, e cumprir critérios mínimos de cientificidade, tais como: originalidade, coerência, consistência, objetivação e discutibilidade. Esses critérios poderão ser apreciados e considerados por cada membro avaliador da banca, que inclui o professor orientador, a partir dos seguintes aspectos:

- Embasamento teórico;
- Argumentação estruturada e isenta de contradições;
- Utilização de argumentos atualizados sobre o tema apresentado;
- Criatividade da Pesquisa;
- Capacidade de síntese;
- Objetividade;
- Referências Diversas;
- Apresentação e análise de resultados;
- Adequação Metodológica;

No segundo formato, o discente poderá elaborar sua pesquisa a partir da ossatura mais usual de um artigo científico. Nesse caso, em igual alinhamento, é necessário seguir as recomendações técnicas da ABNT, cumprir os critérios mínimos de cientificidade apontados acima, e incorporar obrigatoriamente os seguintes itens:

- Capa;
- Contracapa;
- Epígrafe (Opcional);
- Agradecimentos (Opcional);
- Dedicatória (Opcional);
- Resumo;
- Introdução;
- Procedimentos Metodológicos;
- Desenvolvimento Teórico;
- Resultados e Discussões;

www.Cefet/RJ.br

- Considerações Finais;
- Referências;

No terceiro e último modelo, o discente, em conjunto com seu orientador, poderá apresentar um Plano de Negócios correlacionado à área de Gestão em Turismo que, de modo integral, contemple:

- Capa;
- Contracapa;
- Resumo;
- Introdução;
- Procedimentos Metodológicos;
- Sumário Executivo;
- Análise de Mercado;
- Plano de Marketing;
- Plano Operacional;
- Plano Financeiro;
- Avaliação Estratégica;
- Considerações Finais;
- Referências;

Em quaisquer dos três formatos, o aluno deverá entregar o arquivo final do trabalho em formato acessível para leitores de tela, em coerência com a proposta atual do curso, podendo fazer consulta e/ou verificação da acessibilidade junto ao projeto de extensão Olhos Meus, ao programa de extensão Centro de Educação e Linguagens (CELi) e/ou ao responsável pela disciplina Acessibilidade e Inclusão Social.

Durante o ritual de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, em um dos três modelos supracitados, o aluno apresenta oralmente seu trabalho em até 25 minutos, e convém que ele tenha clareza de ideias, domine o assunto, respeite o tempo de apresentação, e tenha autonomia para responder as perguntas que os avaliadores o farão. A apresentação oral do trabalho poderá ocorrer na modalidade presencial, ou remotamente por intermédio, preferencialmente, da plataforma digital adquirida pelo Cefet/RJ.

Os alunos submetidos à avaliação da banca poderão receber os seguintes pareceres:

I. Aprovado - quando a pesquisa contempla os itens técnicos descritos neste PPC, deixa elucidadas as reflexões críticas e conceituais que lhe cabe, é inteligível em relação ao seu conteúdo original, além de contribuir científica e academicamente com as discussões mais amplas correlacionadas à área de Gestão em Turismo;

II. Aprovado com ressalvas - quando a investigação, embora tenha relevância, apresenta itens que, ao longo da exposição apresentada, precisa de ajustes no conjunto de sua formulação teórico-científica, conceitual e/ou técnica.

www.Cefet/RJ.br

III. Reprovado - quando o estudo apresentado, ainda que contemple as exigências técnicas de sua formatação, não se sustenta desde a perspectiva acadêmico-científico e conceitual. Seja porque não há avanços de uma formulação reflexiva e autônoma, seja porque se reproduz como cópia integral ou parcial de trabalhos de terceiros.

Em caso de reprovação, o discente deverá, em conjunto com seu orientador, realizar os ajustes solicitados pela banca e, em caso de cumprimento integral, cabe unicamente ao professor orientador, ainda no semestre em que se processou a defesa, cancelar, em nova ATA, esta adequação e subsequente aprovação. Entretanto, se o professor orientador julgar que as correções feitas pelo discente não atendem às exigências encaminhadas pelos membros da banca na ocasião da defesa, a reprovação será mantida. Em ambos os casos, cabe ao professor orientador preencher a ATA e, encaminhá-la assinada ao docente responsável pela disciplina de TCC.

O aluno que ficar reprovado ou não apresentar sua pesquisa no semestre em que se matriculou, deverá se inscrever novamente na disciplina de TCC, até que lhes sejam esgotadas as oportunidades instituídas pelo Manual do Aluno.

4.3.6 Curricularização da Extensão

As Universidades Públicas, os Institutos Federais e os Centros de Educação Tecnológica se estruturam em três importantes pilares de educação - ensino, pesquisa e extensão -, que articuladamente devem dialogar entre si de forma harmônica e indissociável. Não obstante, ainda que a teoria determine a inter-relação desse tripé obrigatório nas instituições públicas de ensino superior no Brasil, tal como assinala o artigo 207 da Constituição de 1988 (BRASIL, 1998): “Art. 207. As universidades gozam, na forma da lei, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, esta correspondência nem sempre se consolida, devido às inúmeras dificuldades- cortes orçamentários, falta de infraestrutura básica e pessoal, carência de verba para manutenção e auxílio para estudantes entre outros-, que alunos, docentes e servidores administrativos encontram para desenvolvê-lo e praticá-lo com responsabilidade acadêmica e social.

Entendida como uma forma de articulação entre a comunidade interna das instituições de ensino superior e a sociedade por intermédio das múltiplas ações: programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços, a extensão é uma ação institucional indutora de desenvolvimento. É “um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade” (FORPROEX, 2015), o que revela o compromisso social da universidade, que deve se manter sempre de “portas abertas”.

No Brasil, a definição de extensão surge pela primeira vez no Estatuto da Universidade Brasileira, no art. 109 do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, sancionado pelo presidente Getúlio Vargas. Nele, a extensão universitária está destinada à construção de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos, saberes que viabilizam tanto o desenvolvimento científico individual como o coletivo (BRASIL, 1931), e seria por meio dela que a produção acadêmica da universidade chegaria à sociedade, em outras palavras, àqueles que não estavam diretamente associados à vida da universidade, tal como aponta o Parecer CNE/CES nº

www.Cefet/RJ.br

608/2018. Deve-se comentar que regulação da extensão universitária no Brasil se inspira na Reforma de Córdoba (1918), que, por sua vez, estabeleceu um marco para as universidades na América Latina, uma vez que se transformou na referência para as reformas universitárias à época que reivindicavam o compromisso social das instituições de ensino superior (Gomez, Corte e Rosso, 2019).

Diante do reconhecimento, criam-se políticas extensionistas nacionais para as Universidades Públicas, a Universidade Tecnológica do Paraná, os Institutos Federais (IFS) e os Centros de Educação Tecnológica (Cefets). Dentre elas, destaca-se a Constituição Federal Brasileira (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394 de 1996, que enfatiza, no art. 43, inciso VII, que a educação superior tem como objetivo “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição”.

Ambos os documentos reconhecem a extensão como uma das principais atribuições das instituições de ensino superior no Brasil, devendo ser, portanto, este importante pilar indissociável do ensino e da pesquisa.

Também se atribui relevante destaque ao Plano Nacional de Educação (2014-2024), Lei nº 13.005/2014, que estabelece a inserção curricular da extensão nos cursos de graduação, normativa que, desde então, tem promovido grandes debates nas instituições de educação superior no país, por determinar no mínimo 10% da carga horária dos cursos de graduação para extensão: “12.7) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

As discussões no espaço acadêmico intensificam-se com a Resolução CNE/CES 07/2018 nº 7, de 18 de dezembro de 2018. O documento estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior bem como regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024). Por entender a extensão na educação superior no Brasil como atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, “constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade” (BRASIL, 2018)^[2], a Resolução determina que as instituições de ensino superior devem implementar, até o final de 2022, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular dos cursos de graduação, para as atividades de extensão. Essa creditação curricular, conhecida como “curricularização da extensão” consiste, portanto, na adequação dos PPCs e as atividades de extensão a serem propostas devem obrigatoriamente fazer parte da matriz curricular dos cursos buscando potencializar o envolvimento de estudantes numa interação dialógica com a sociedade a fim de melhorar o processo formativo.

O Cefet/RJ entende a extensão como uma das funções precípuas da instituição, e, em conformidade com as legislações vigentes, busca não só estimular as ações de extensão para complementar e consolidar a formação e a capacitação dos seus alunos, desde a educação profissional técnica de nível médio (EPTNM) aos cursos superiores, como também respeitar e fortalecer as políticas públicas de institucionalização e implementação da extensão universitária.

Com relação à implementação da Resolução CNE/CES 07/2018 nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e da Resolução CEPE nº 1, de 16 de março de 2023^[3], o Curso Superior de Tecnologia

www.Cefet/RJ.br

em Gestão de Turismo, da Unidade de Ensino Descentralizada de Nova Friburgo (UnED) reestruturou a sua grade curricular a fim de atender às exigências estabelecidas pelo documento.

Das modificações, destaca-se a redução da carga horária do curso de 2420 horas-aula para 1.760 horas-aula, sendo 180 horas destinadas à extensão, atendendo, portanto, o cumprimento de no mínimo 10% do total da carga horária curricular estudantil das atividades de extensão, as quais devem já estar integradas a matriz curricular do curso. E, entre as modalidades de curricularização possíveis na instituição, optou-se pela modalidade explícita, conforme inciso I do artigo 5º da Resolução CEPE nº 1, de 16 de março de 2023.

De acordo com a mesma Resolução, para fins de curricularização, a Extensão deverá ser inserida no Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs) de graduação do Cefet/RJ, optando-se por uma composição das seguintes modalidades:

- I - Disciplina com especificação explícita de carga horária da componente curricular extensionista;
- II - Componente curricular extensionista; e
- III - Atividade extensionista de curta duração.

Assim, as disciplinas elencadas na Tabela 7, tiveram cargas horárias absorvidas para a composição da creditação curricular da extensão.

Tabela 7 – Disciplinas com Cargas explícitas de Extensão

Disciplinas	Carga horária da disciplina	Carga horária absorvida
Organização de Eventos	54	36
Montagem e Elaboração de Roteiros	36	18
Acessibilidade e Inclusão	36	18
Gestão de Meios de Hospedagem I	54	18
Gestão Financeira aplicada à Hotelaria	36	18
Sustentabilidade e Turismo em Áreas Naturais	36	18
Marketing de Hospitalidade e Turismo	54	18
Gestão Pública de Turismo I	54	18
Gestão Pública de Turismo II	36	18
Fundamentos da Gestão de Projetos	36	18
Patrimônio Cultural Aplicado ao Turismo	54	18
Total de carga em atividades de Extensão		216

Fonte: autoria própria

As disciplinas com carga explícita de extensão têm a carga horária indicada na ementa da disciplina, que só será contabilizada na carga horária de extensão quando, além da comprovação da atividade de extensão, o discente atinge o desempenho necessário para a aprovação na parte exclusiva de ensino da disciplina, relativa às cargas horárias de atividades teóricas e práticas.

www.Cefet/RJ.br

As componentes curriculares extensionistas são cumpridas pelos discentes por meio dos programas e projetos de extensão regularmente registrados pela Diretoria de Extensão, com a participação dos discentes individualmente registrada e comprovada por certificados emitidos pela referida diretoria.

Destaca-se que há uma prioridade pelo protagonismo estudantil, buscando envolver ativamente os alunos nas atividades de extensão, incentivando a interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade, proporcionando o contato do discente com as questões contemporâneas presentes no contexto social.

Os limites de carga horária por aluno e por semestre para as atividades de extensão são regulados por resolução do Conselho do Departamento de Educação Superior (CONDEP) e visam regular a convivência harmoniosa entre os pilares de Ensino, Pesquisa e Extensão.

4.3.7 Atividades de Extensão

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), no art. 43, inciso VII, enfatiza que a educação superior tem como propósito “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição” (BRASIL, 1996). Para estar em conformidade com a Lei, o sistema Cefet/RJ estimula ações de extensão para complementar e consolidar a formação do corpo discente, pois entende a extensão como atividades acadêmicas com aspectos educativo, cultural e científico, que permitem ao aluno refletir sobre a sua missão na sociedade.

No Cefet/RJ todos os Programas e Projetos de extensão devem ser oficialmente cadastrados na Diretoria de Extensão (DIREX) e no Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários (DEAC), conforme as normas do edital publicado no Portal do Cefet/RJ. Devem contar com um coordenador, que poderá ser um docente ou um TAE, e colaboradores, que podem ser docentes, TAES ou discentes. O aluno extensionista precisa estar inscrito no Programa ou Projeto de Extensão apresentado pelo servidor, obedecendo as regras do edital publicado anualmente no Portal da instituição.

O programa conta atualmente com uma média de 120 bolsas por ano, custeadas pelo Cefet/RJ e distribuídas por todos os Campi do respectivo Sistema Cefet/RJ. Os estudantes selecionados recebem uma bolsa durante 09 meses.

Tabela 8 – Estrutura Curricular GTUR (2025)

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO – GTUR (2025)											
ESTRUTURA CURRICULAR - UnED NOVA FRIBURGO											
PERÍODO	DISCIPLINA	CÓDIGO	CARGA HORÁRIA (por período)					Créditos	Discriminação da carga-horária		Pré-requisitos
			1º	2º	3º	4º	5º		Teórica	Extensão	
1º	Fundamentos do Fenômeno Turístico		54					3	54	0	X
	Fundamentos de Administração		36					2	36	0	X
	Turismo e História Regional		36					2	36	0	X
	Geografia do Turismo		36					2	36	0	X
	História da Arte Aplicada ao Turismo I		36					2	36	0	X
	Expressão Oral e Escrita		36					2	36	0	X
	Língua Espanhola Aplicada ao Turismo I		36					2	36	0	X
	Língua Inglesa Aplicada ao Turismo I		36					2	36	0	X
2º	Fundamentos de Economia em Turismo			36				2	36	0	Fundamentos de Administração
	Gestão de Alimentos e Bebidas			36				2	36	0	
	Mobilidade Turística			36				2	36	0	Fundamentos do Fenômeno Turístico
	Fundamentos da Sociologia do Turismo e do Lazer			36				2	36	0	X
	História da Arte Aplicada ao Turismo II			36				2	36	0	História da Arte Aplicada ao Turismo I
	Língua Espanhola Aplicada ao Turismo II			36				2	36	0	Língua Espanhola Aplicada ao Turismo I

	Língua Inglesa Aplicada ao Turismo II				36			2	36	0	Língua Inglesa Aplicada ao Turismo I
	Agenciamento e Operação de Viagens				36			2	36	0	Fundamentos do Fenômeno Turístico
	Sustentabilidade e Turismo em Áreas Naturais				36			2	18	18	
3º	Marketing de Hospitalidade e Turismo				54			3	36	18	Fundamentos de Administração
	Gestão de Meios de Hospedagem I				54			3	36	18	Fundamentos do Fenômeno Turístico
	Montagem e Elaboração de Roteiros Turísticos				36			2	18	18	Agenciamento e Operação de Viagens
	Estudos da Cultura Brasileira				36			2	36	0	X
	Gestão de Eventos				36			2	36	0	Gestão de Alimentos e Bebidas
	Língua Espanhola Aplicada ao Turismo III				36			2	36	0	Língua Espanhola Aplicada ao Turismo II
	Língua Inglesa Aplicada ao Turismo III				36			2	36	0	Língua Inglesa Aplicada ao Turismo II
	Optativa I				36			2	36	0	
	Metodologia Científica Aplicada ao Turismo				36			2	36	0	Expressão Oral e Escrita
4º	Fundamentos da Gestão de Projetos					36		2	18	18	Marketing de Hospitalidade e Turismo

	Organização de Eventos					54		3	18	36	Gestão de Eventos
	Gestão Pública de Turismo I					54		3	36	18	Marketing de Hospitalidade e Turismo
	Gestão de Meios de Hospedagem II					36		2	36	0	Gestão de Meios de Hospedagem I
	Patrimônio Cultural Aplicado ao Turismo					54		3	36	18	Estudos da Cultura Brasileira
	Língua Espanhola Aplicada ao Turismo IV					36		2	36	0	Língua Espanhola Aplicada ao Turismo III
	Língua Inglesa Aplicada ao Turismo IV					36		2	36	0	Língua Inglesa Aplicada ao Turismo III
	Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso					36		2	36	0	Metodologia Científica Aplicada ao Turismo
5º	Gestão Financeira aplicada à Hotelaria						36	2	18	18	Fundamentos da Gestão de Projetos
	Gestão Pública de Turismo II						36	2	18	18	Gestão Pública de Turismo I
	Acessibilidade e Inclusão						36	2	18	18	
	Inovação e Turismo						36	2	36	0	
	Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso						36	2	36	0	Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso
	Optativa II						36	2	36	0	

www.Cefet/RJ.br

Total de Créditos do Curso	86
Carga-Horária de Disciplinas Teóricas Obrigatórias (Hora Aula) – A	1260
Carga-Horária de Disciplinas Optativa (Hora Aula) – B	72
Carga-Horária de Atividades Extensionistas Intrínsecas (Hora Aula) – C	216
Carga-Horária Total de Disciplinas A+B+C (Hora Aula)	1548
Carga-Horária Total de Disciplinas A+B+C (Hora Real)	1290
Estágio Supervisionado (Hora Real):	300
Atividades complementares (Hora Real):	90
Carga Horária Total do Curso (Hora Real):	1680

DISCIPLINAS OPTATIVAS

CÓDIGO	TÍTULO	CH SEMESTRAL	CRÉDITOS	PRÉ REQUISITO
GLFI8651NF	Cidadania, Participação e Controle Social	36	2	
GLFI8661NF	Educação e Tecnologia	54	3	
GTUR8600NF	Intercâmbio Estudantil	0	0	
GTUR8646NF	História de Nova Friburgo	36	2	
GTUR8647NF	Fundamentos e Dimensões da Hotelaria	36	2	
GTUR8651NF	Fundamentos de Alimentos e Bebidas	36	2	
GTUR8652NF	Empreendedorismo	36	2	
GTUR8653NF	Redação Acadêmica	36	2	
GTUR8654NF	Ecoturismo	36	2	
GTUR8659NF	História da Arte e Turismo Cultural - Viagens Experimentais	36	2	
GTUR8660NF	Tópicos Especiais em América Latina	36	2	História da Arte Aplicada ao turismo I História da Arte Aplicada ao Turismo II

www.Cefet/RJ.br

GTUR8661NF	Lazer e Recreação para Turismo e Hotelaria	36	2	_____
GTUR8662NF	Tópicos Especiais Em Ecoturismo	36	2	_____
GTUR8663NF	História da Arte da Idade Média (Românico e Gótico)	36	2	_____
GTUR8669NF	Turismo Étnico Afro	36	2	_____
GTUR8670NF	Libras - Língua Brasileira de Sinais e Turismo Acessível	36	2	_____
GTUR8671NF	Primeiros Socorros e Urgências	36	2	_____
GTUR8672NF	Gestão de Recursos Humanos	36	2	_____
GTUR8673NF	Trilhas Interpretativas	36	2	_____
GTUR8674NF	Acessibilidade no Turismo	36	2	_____
GTUR8675NF	Ética Profissional no Turismo	36	2	_____
GTUR8676NF	Laboratório de Informática	36	2	_____
GTUR8677NF	Turismo em Unidades de Conservação	36	2	_____
GTUR8678NF	Gestão Participativa e Turismo de Base Comunitária	36	2	_____
GTUR8679NF	Relações Internacionais	36	2	_____
GTUR8680NF	Gestão de Pessoas	36	2	_____
GTUR8681NF	Legislação Aplicada ao Turismo	36	2	_____

Obs.: O aluno deverá cursar, no mínimo, 72 horas-aula de disciplinas optativas.

O fluxograma representativo dessa grade curricular pode ser visualizado no Anexo IV.

4.3.9 Ementas e programas das disciplinas

O conteúdo programático, a metodologia utilizada, o tipo de avaliação empregada e as bibliografias básica e complementar de cada disciplina estão disponíveis nos Programas das Disciplinas ou Planos de Curso, podendo ser consultados no Portal da Instituição⁶. A ementa e a bibliografia de cada disciplina também podem ser consultadas por meio do Anexo V deste Projeto Pedagógico.

⁶ Planos de Curso: <http://portal.Cefet/RJ.br/ensino/graduacao/ensino-graduacao-maracana.html>

4.4. Procedimentos didáticos e metodológicos

Este Projeto Pedagógico parte do pressuposto de que a educação tem um papel central no desenvolvimento das pessoas e das sociedades, devendo ser entendida como um processo de aperfeiçoamento que se estende por toda a vida e para além dos espaços escolares (DELORS, 2006).

Essa centralidade da educação não pode ser confundida com o “entusiasmo pedagógico” que caracterizou as políticas educacionais no Brasil, no início do século passado, e que se pautava na crença da escola como “redentora da humanidade” (SAVIANI, 1994, p. 34).

Ela está relacionada ao exercício de uma cidadania ativa, tendo, portanto, como finalidade, o pleno desenvolvimento de sujeitos capazes de se posicionarem ética e responsabilmente diante da realidade. Essa forma de pensar a educação articula-se à perspectiva de construção de um novo humanismo que pretende superar tanto a concepção tradicional, marcada pela visão essencialista do ser humano, como a concepção moderna, centrada na existência.

Fundamenta-se em uma visão que entende o sujeito como ser planetário, capaz de se relacionar com base em uma ética de interdependência e não de competição. Pensada nessa perspectiva, a educação profissional reconhece o valor universal do indivíduo e considera necessária a mundialização das ideias políticas de democracia e de direitos humanos.

Assim considerada, a educação orienta-se pela utopia de construção de uma “sociedade educativa” (DELORS, 2006) que, considerando a existência de diferentes tempos de aprendizagem, possíveis diante das novas tecnologias da informação e da comunicação, seja capaz de viabilizar múltiplas possibilidades de aprendizagem, permitindo a todos o acesso, a atualização e a utilização de conhecimentos.

Além disso, orienta-se também pela convicção da existência de uma “ética universal do ser humano”, ou seja, de uma ética que constitui a marca da natureza humana e que é indispensável às relações entre as pessoas. Essa ética impõe a responsabilidade como expressão da liberdade (FREIRE, 1996). A formação do profissional não se restringe a um mero treinamento que permita o desenvolvimento de habilidades e competências. Ela deve orientar-se por princípios éticos, estéticos e políticos, no sentido de colaborar para o seu aperfeiçoamento integral, para que ele possa reconhecer-se como esse agente de mudanças e posicionar-se frente à realidade e ao seu próprio fazer profissional.

Para tanto, defende-se uma pedagogia crítica, de corrente progressista (FREIRE, 1996), segundo a qual o ato pedagógico se realiza na relação interpessoal entre professores e alunos e cuja preocupação se volta para a formação de cidadãos reflexivos, de sujeitos conscientes de fazerem parte da história e que se reconheçam enquanto seres capazes de intervir na realidade em que vivem. Dessa forma, é fundamental a busca da formação de sujeitos desejosos de uma educação de qualidade que lhes sirva como instrumento de diálogo permanente com os outros e com a realidade.

Ancorado nessa perspectiva filosófica e pedagógica, bem como na filosofia institucional do Cefet/RJ, este Curso pretende colaborar no esforço de tornar o campus Nova Friburgo em mais um espaço de educação pública voltado para a formação humana, científica e tecnológica.

Quanto à metodologia educacional, este Projeto Pedagógico de Curso está centrado em uma concepção dialética da educação, segundo a qual entre educação e sociedade existe uma relação de determinação e transformação recíproca (FREIRE, 1987; SAVIANI, 1994).

De acordo com essa perspectiva, os métodos de ensino devem considerar a prática social como ponto de partida e de chegada do processo educativo, estimular a iniciativa e a criatividade dos estudantes, reconhecendo a existência de formas de aprendizagem diferenciadas, e favorecer o diálogo entre professores e alunos, bem como a articulação entre os problemas enfrentados na prática social com a cultura acumulada historicamente.

Nesse sentido, identifica-se com uma metodologia problematizadora que, aplicada à formação de profissionais de turismo, viabiliza a análise crítica das vivências dos estudantes, dos contextos profissionais nos quais atuarão e dos problemas por eles enfrentados no âmbito acadêmico em sua totalidade, colaborando para a formação de profissionais críticos, comprometidos com o desenvolvimento social, e a difusão sustentável de bens culturais e econômicos.

A metodologia adotada aqui busca articular uma perspectiva crítica e reflexiva de educação e formação profissional. Saviani (1994, p.79) sistematiza uma metodologia educacional em passos que podem ser resumidos da seguinte forma, sendo o peso e a duração de cada momento variável conforme as situações específicas nas quais se desenvolve a prática pedagógica:

1º passo – Contextualização: partir da prática social que é comum a professores e alunos. Professores e alunos se posicionam enquanto agentes sociais diferenciados;

2º passo – Problematização: identificar os principais problemas postos pela prática social;

3º passo – Instrumentalização: apropriar-se de instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática social;

4º passo – Catarse: incorporar efetivamente os instrumentos culturais produzidos enquanto elementos ativos de transformação social (ponto culminante do processo educativo);

5º passo – Retorno à prática social: desenvolver ações reais e efetivas de transformação qualitativa.

Ao refletir sobre a necessidade de formação de profissionais não apenas aptos tecnicamente, mas também conscientes do valor social do trabalho, Schwartz (apud RAMOS, 2002) propõe uma perspectiva de qualificação profissional constituída de três dimensões: conceitual, social e experimental. A primeira diz respeito aos conhecimentos advindos da reflexão teórica formalizada nos conteúdos do curso proposto. A segunda desloca parte do trabalho da qualificação para as relações sociais estabelecidas entre os conteúdos das atividades e as classificações hierárquicas, assim como as regras e direitos relacionados com o exercício profissional construídos historicamente e coletivamente. Já a terceira dimensão constitui-se dos conteúdos reais das atividades situadas, nas quais entram em jogo não apenas conceitos, mas um conjunto complexo de saberes que operam na realização das atividades de trabalho.

Considerando tal perspectiva, pode-se dialogar com Ramos (2002), para quem os saberes tácitos e sociais são tão relevantes quanto os saberes formais desenvolvidos em sala de aula. Por isso, destacam-se nesse curso, além do estágio obrigatório, trabalhos de campo que

www.Cefet/RJ.br

visam a colocar o grupo de alunos em contato contínuo com as atividades profissionais para as quais estão se formando.

Essa é uma proposta que busca extrapolar o limite das disciplinas teóricas de modo a mobilizar a construção de um conhecimento coletivo e aplicado. Essa metodologia é tomada como referência no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do campus Nova Friburgo, que a considera como adequada às características da formação pretendida e ao perfil dos estudantes.

No entanto, outras metodologias poderão ser utilizadas, em função das características de cada disciplina, sem perder de vista, contudo, a perspectiva crítica que se pretende implementar em um curso superior de formação profissional. As perspectivas de formação descritas nesse documento se desenvolverão por meio de ações planejadas nos vários espaços curriculares delimitados na grade curricular.

Uma ampla diversidade de estratégias faz parte desses diferentes espaços curriculares, visando contemplar todo o espectro de competências que se espera do aluno egresso. Fazem parte das ações e estratégias delimitadas como metodologia de trabalho: aulas presenciais na forma expositiva e/ou dialogada; leituras, discussões e debates; seminários e atividades de pesquisa e extensão; aulas no laboratório de informática; realização de visitas e viagens técnicas.

Algumas questões de natureza social, cultural, econômica e política, tais como as relacionadas à diversidade, às relações étnico-raciais, à inclusão e a outros aspectos da atualidade são tratadas de forma transversal ao curso nas diversas iniciativas tomadas pela instituição nesse sentido.

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que desenvolve periodicamente atividades de sensibilização tais como minicursos, exposições de filmes, palestras, dentre outras, com os servidores e discentes da instituição com o objetivo de tratar de temas como a inclusão e a diversidade.

O Cefet/RJ também possui uma Comissão de Coleta Seletiva Solidária (CCSS) com o objetivo de separar, coletar e dar destinação correta aos resíduos gerados na instituição. Além disso, algumas iniciativas ligadas ao estímulo de um consumo consciente de bens e recursos são realizadas pela CCSS.

Os eventos promovidos anualmente pelo Cefet/RJ através de sua Diretoria de Extensão, tal como a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão, que nos campi são organizados e executados pela Gerência Acadêmica em parceria com os proponentes dos projetos e das atividades de extensão, visam provocar debates atuais acerca dos temas transversais citados anteriormente.

O incentivo ao engajamento político por meio de atividades de representação estudantil, tal como a gestão do centro acadêmico e a participação ativa em espaços oficiais da instituição como o Conselho do Campus e o Colegiado do Curso, confere aos estudantes uma visão mais ampliada do processo político-institucional.

5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Os espaços curriculares são regidos por um amplo espectro de formas de avaliação de ensino e aprendizagem, de forma condizente com a amplitude das competências que o curso visa promover. Os processos de avaliação se constituem de: prova escrita, presencial ou não presencial, com ou sem consulta; prova oral individual ou em grupo; produção de artigos científicos; relatórios; ensaios científicos; realização de feiras, bancas e exposições; trabalhos práticos etc.

Os alunos que ingressam no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Cefet/RJ campus Nova Friburgo ficam sujeitos ao sistema de avaliação definido institucionalmente conforme as diretrizes do Cefet/RJ. A seguir, apresentamos os detalhes do referido sistema.

5.1. Avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Campus Nova Friburgo adota os seguintes critérios do sistema de avaliação das disciplinas que o constituem:

- Uma primeira avaliação (P1);
- Uma segunda avaliação (P2);
- Uma nota semestral (NS) que será composta pela média aritmética das notas obtidas na P1 e P2. Para disciplinas de caráter teórico-prático serão considerados na NS também os trabalhos práticos realizados em laboratório;
- Quando o aluno tiver uma falta devidamente justificada na P1 ou P2, terá direito a uma única prova substitutiva (P3). Caso não realize ambas as provas, terá como NS a nota da P3 dividida por 2 (dois), no caso de disciplinas teóricas. Nas disciplinas de caráter teórico-prático, nota da P3 será somada à obtida nos trabalhos práticos de laboratório, e o resultado dessa somado dividido por 3 (três), será a NS;
- Para estar aprovado, o aluno deve obter NS igual ou superior a 7,0 (sete), desde que atendido o critério de frequência mínima obrigatória;
- O aluno que obtiver NS inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 3,0 (três) terá direito à realização de um exame final (EF) e, neste caso, a média final (MF) será a média aritmética entre a nota semestral e a nota do exame final (EF).
- Para estar aprovado no exame final, o aluno deverá obter na MF grau igual ou superior a 5,0 (cinco);
- Será considerado reprovado na disciplina o aluno que obtiver NS inferior a 3,0 (três) ou MF inferior a 5,0 (cinco);
- O exame final (EF) constará de uma única prova, realizada no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico, podendo ser escrita, oral, gráfica ou de caráter prático, devendo abranger quanto possível, toda a matéria ministrada no semestre letivo. O aluno reprovado por faltas (RF) não tem direito a exame final e terá como média final (MF) a nota semestral (NS);

www.Cefet/RJ.br

- A legislação vigente estabelece como obrigatório à frequência as aulas.

Para atender a circunstâncias que impeçam o comparecimento às aulas, todavia, é permitido ao aluno faltar a 25% (vinte e cinco por cento) das aulas programadas previstas no calendário escolar aprovado pela Diretoria de Ensino. Em decorrência, não existe abono de faltas, visto que os 25% (vinte e cinco por cento) permitidos constituem o limite legal para todo e qualquer impedimento, com exceção dos previstos em lei. Portanto, estará automaticamente reprovado por faltas o aluno que faltar a mais de 25% das aulas programadas previstas.

A Diretoria de Ensino junto com as Secretarias Acadêmicas define o período recomendado para a realização da P1, da P2 e da P3, assim como estabelece a data limite para aplicar a PF e fazer o lançamento das notas.

Podem ser considerados como instrumentos para avaliar o desempenho dos alunos nas disciplinas: prova escrita, relatórios de experimentos em laboratórios, projetos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, relatórios de visitas técnicas, portfólios etc.

O rendimento do aluno ou desempenho global é avaliado através do coeficiente de rendimento (CR), que é calculado pela média ponderada das médias finais (MF), tendo como pesos número de créditos (C) das disciplinas cursadas. O CR é calculado ao fim de cada período letivo cumulativamente em relação aos períodos anteriores e levado em consideração, para efeito de preenchimento das vagas oferecidas na matrícula, para classificação do aluno em sua turma e como avaliação de seu rendimento geral.

5.2. Avaliação do Projeto do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo é permanentemente avaliado pela Coordenação do Curso, pelo NDE, pela SAPED, pelo NAPNE e por outros setores. A interação entre esses agentes permite uma avaliação completa nas dimensões didático-pedagógica, de corpo docente, de acessibilidade e de infraestrutura. Diversos mecanismos de autoavaliação do curso e do PPC são utilizados periodicamente com o objetivo de levantar as suas deficiências, indicando a necessidade de alterações e melhorias na infraestrutura, na metodologia docente, na estrutura curricular, dentre outros aspectos.

Um dos mecanismos utilizados para a avaliação do corpo docente é o processo de progressão funcional da carreira, realizado pela própria instituição através da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). O procedimento é feito por meio da análise das atividades de ensino, pesquisa, extensão e outras desenvolvidas pelos professores a cada 24 (vinte e quatro) meses. Quando o desempenho é satisfatório, o professor avança no plano de carreira.

Há ainda outros indicadores considerados na avaliação do curso, dentre eles o desempenho perante a avaliação periódica de cursos de graduação pelo MEC, a inserção dos alunos no mercado de trabalho, a admissão dos alunos em programas de pós-graduação stricto sensu e a aprovação deles em concursos públicos. Assim, levando em consideração todo esse conjunto de elementos didáticos, de recursos humanos e de materiais, o curso é aperfeiçoado visando alcançar os mais elevados padrões de excelência educacional e, conseqüentemente, da formação inicial dos futuros profissionais da área.

No âmbito da autoavaliação institucional, o Cefet/RJ possui uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), que atua na elaboração do diagnóstico institucional, cuja culminância é a

www.Cefet/RJ.br

construção de relatórios que retratam a realidade em seus diversos aspectos. Esse instrumento não apenas reorienta o desenvolvimento das atividades institucionais, como também subsidia as atividades de avaliação externa.

Dentre essas se situam a avaliação dos cursos de graduação, o ENADE, e o ENEM, que, embora seja um exame de caráter voluntário, reflete, no desempenho dos alunos participantes, o nível de formação propiciado pela escola aos alunos do ensino médio. Cada campus conta com um membro na composição da CPA.

Neste sentido, os relatórios gerados devem ser encaminhados à Direção e às Gerências Acadêmica e Administrativa para, em conjunto, ser analisados pelos coordenadores dos cursos. A partir destes relatórios, poderão ser planejadas melhorias no que se refere à infraestrutura e ao desenvolvimento de novos processos educacionais no âmbito acadêmico.

São identificadas cinco dimensões a serem analisadas pela DIGES, conforme descrito a seguir:

1. Autoavaliação realizada pela CPA
2. Desempenho discente: considera o resultado do ENADE, as taxas de evasão, aproveitamento e desempenho que os alunos egressos apresentam ao longo do curso;
3. Desempenho docente: se refere tanto à tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, quanto aos seus produtos, como publicações, premiações e demais formas de divulgação do trabalho docente.
4. Infraestrutura: trata das condições existentes para a prática da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão.
5. Projeto e Gestão do Curso: se refere ao cumprimento do planejamento para o curso, com destaque para a capacidade de o curso evoluir e melhorar ao longo do tempo, e dos aspectos institucionais do Sistema. O NDE (Núcleo Docente Estruturante) tem papel fundamental neste processo, uma vez que é responsável pela contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

5.3 Autoavaliação realizada pela CPA

No âmbito da autoavaliação, o Cefet/RJ possui uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) que atua na elaboração do diagnóstico institucional, cuja culminância é a construção de relatórios que retratam a realidade em seus diversos aspectos. Este instrumento não apenas reorienta o desenvolvimento das atividades institucionais como também subsidia as atividades de avaliação externa.

Entre essas se situam a avaliação dos cursos de graduação, o Exame Nacional do Ensino Superior, ENADE, realizado pelo Ministério da Educação, e o Exame Nacional do Ensino Médio, ENEM, que, embora seja um exame de caráter voluntário, reflete o nível de formação propiciado pela escola aos alunos do ensino médio.

Cada campus conta com um membro na composição da CPA, que atua na elaboração de relatórios, os quais, por sua vez, devem ser encaminhados à Direção e às Gerências Acadêmica e Administrativa para, em conjunto, serem analisados pelos coordenadores dos

www.Cefet/RJ.br

curios. A partir desses relatórios, poderão ser planejadas melhorias no que se refere à infraestrutura e ao desenvolvimento de novos processos educacionais no âmbito acadêmico.

5.4 Ações decorrentes dos processos de avaliação

Os resultados das avaliações internas e externas descritas, referentes ao curso em questão, são considerados nas tomadas de decisões. As últimas avaliações geraram as seguintes ações:

- Investimento no acervo bibliográfico do curso
- Investimento nos laboratórios do curso
- Capacitação de docentes em nível necessário
- Admissão de docentes para o curso
- Atualização do Projeto Pedagógico do Curso
- Criação do Programa de Monitoria

6. RECURSOS DO CURSO

6.1. Corpo docente

O corpo docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo (Quadro 1) é constituído por professores com sólida experiência acadêmica e vasta experiência profissional. Atualmente, cerca de 66,7% do corpo docente que ministra disciplinas de conteúdos profissionalizantes e específicos possui doutorado, 27,8 % possuem mestrado e 5% possuem especialização. O Cefet/RJ estimula seu quadro de professores a realizar Mestrado e Doutorado, de forma a melhorar sua titulação.

A solicitação de concurso é realizada pela Diretoria de Ensino (DIREN) e aprovada pela Direção Geral (DIREG). O enquadramento do docente admitido dependerá da sua titulação e sua promoção será realizada com base nos seguintes critérios: titulação acadêmica, produção intelectual, tempo no exercício do magistério superior, dedicação ou regime de trabalho, desempenho acadêmico e/ou administrativo, serviços relevantes prestados e experiências profissionais.

Quadro 1 – Corpo docente do curso superior de Tecnologia em gestão de Turismo

Professor	Titulação	Regime	Vínculo Empregatício
Alessandra Mitie Spallanzani	Mestre	40h DE	Estatutário
Ambrozio Correa de Queiroz Neto	Doutor	40h DE	Estatutário
Camila Carneiro Dazzi	Doutor	40h DE	Estatutário
Cristiane Passos de Mattos	Doutor	40h DE	Estatutário
Dyego de Oliveira Arruda	Doutor	40h DE	Estatutário
Edvar Fernandes Batista	Mestre	40h DE	Estatutário
Fabio Batalha Monteiro de Barros	Doutor	40h DE	Estatutário
Gabriele Cardoso Martins	Mestre	40h DE	Estatutário
Isabela Roque Loureiro	Doutor	40h DE	Estatutário
Juliano Pessanha Gonçalves	Doutor	40h DE	Estatutário
Suellen Alice Lamas	Doutor	40h DE	Estatutário
Suzana de Carvalho Barroso Azevedo	Doutor	40h DE	Estatutário

Fonte: autoria própria

Há ainda professores de outros departamentos que ministram disciplinas no curso, sobretudo do Colegiado de Engenharia Elétrica, Colegiado de Licenciatura em Física e do colegiado do Cursos Técnicos de Informática e Administração Integrados ao Ensino Médio. Os professores colaboradores estão relacionados no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Professores de outros departamentos que atuam no Curso

Professor	Titulação	Regime	Vínculo Empregatício
Adriana Doyle Portugal	Doutor	40h DE	Estatutário
André Franklin Palmeira	Doutor	40h DE	Estatutário
Ivan Carneiro de Campos	Mestre	40h DE	Estatutário
Márcio Couto Diniz	Especialista	40h DE	Estatutário
Roberto Cesar Zarco Câmara	Doutor	40h DE	Estatutário
Simone Emiliano de Jesus	Mestre	40h DE	Estatutário

Fonte: autoria própria

Assim, atuam no curso um total de 18 professores, destes 12 são doutores, 05 mestres, 0 graduados e 01 especialistas. O percentual das titulações está descrito na Tabela 9, na qual se observa que 94,5% do corpo docente que atua no curso são mestres ou doutores:

Tabela 9 – Docentes, quantidade e percentual

Professor	Quantidade	Percentual
Doutores	12	66,7%
Mestres	05	27,8%
Especialistas	01	5,5%
Graduados	0	0%
Total	18	100%

Fonte: autoria própria

6.2. Núcleo Docente Estruturante

Entre os requisitos que constam na Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010, tem-se que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) deve ser composto por membros do corpo docente do curso que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo e:

- I - seja constituído por um mínimo de 5 professores do curso;
- II - tenha pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em Programas de Pós-graduação;
- III - tenha todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral.

São atribuições do NDE, dentre outras:

www.Cefet/RJ.br

- elaborar e acompanhar, com base nas orientações institucionais, a estrutura curricular quanto à duração do curso, número de créditos, disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas e seus pré-requisitos;
- contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- zelar pelo cumprimento integral da legislação vigente pertinente ao curso, tal como as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- acompanhar e avaliar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado do Curso a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

O NDE do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Campus Nova Friburgo é composto por 7 docentes, todos com contratação em tempo integral, sendo 5 doutores e 2 mestres. Os docentes que compõem o Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo de acordo com a portaria nº313 de 22 de março de 2024 estão dispostos no Quadro 3.

Quadro 3 – Docentes integrantes do NDE

	Nome	Titulação Máxima	Área de Formação	Carreira/ Regime de Trabalho
01	Ambrozio Correa Queiroz Neto	Doutor	Turismo	EBTT/DE
02	Edvar Fernandes Batista	Mestre	Hotelaria	EBTT/DE
03	Gabriele Cardoso Martins	Mestre	Turismo	EBTT/DE
04	Juliano Pessanha Gonçalves	Doutor	Administração	EBTT/DE
05	Isabela Roque Loureiro	Doutor	Letras	EBTT/DE
06	Suellen Alice Lamas	Doutor	Turismo	EBTT/DE
07	Suzana de Carvalho Barroso Azevedo	Doutor	Letras	EBTT/DE

Fonte: autoria própria

O NDE do curso de Tecnologia em Gestão de Turismo se reúne ordinariamente três vezes por semestre e extraordinariamente sempre que necessário. As questões que necessitam ser amplamente debatidas são levadas ao colegiado do curso com o parecer do NDE para discussão.

6.3 Coordenação do Curso

A Coordenação do Curso está engajada em toda a gestão do curso, porém atua majoritariamente em seu âmbito acadêmico no esforço de executar e cumprir o planejamento

www.Cefet/RJ.br

estratégico da instituição e do curso. O coordenador do curso também é presidente do Colegiado e do NDE. Por isso, é o responsável por manter um calendário periódico de reuniões destes dois órgãos do curso.

Além disso, é o representante oficial frente às outras instâncias da instituição, se fazendo presente, sempre que necessário, em reuniões no campus sede, assim como no campus Petrópolis. Pode-se citar, especificamente, a participação do coordenador no Conselho do Campus (CONPUS), instância consultiva e deliberativa dos campi do Cefet/RJ, que tem a incumbência de discutir, decidir e propor sobre questões referentes ao campus e à instituição.

A coordenação do curso superior de tecnologia de turismo está sob responsabilidade do professor Dr. Ambrozio Correa de Queiroz Neto, PhD, desde 13 de junho de 2023. O docente faz parte do quadro permanente do Cefet/RJ desde 01 de março de 2004, possui bacharelado em turismo, especialização em marketing, mestrado em tecnologia (engenharia de produção) e doutorado (PhD) em ciências naturais. Possui 21 anos de experiência em ensino, já tendo atuado como coordenador de curso em outras oportunidades. Além disso, atuou em projetos de expansão da rede cefetiana como o desenvolvimento dos cursos de tecnólogo em gestão de turismo do Cefet/RJ Nova Friburgo e Petrópolis em 2008; e, curso de tecnólogo em gestão de turismo do Cefet/RJ na modalidade semipresencial em parceria com o Consórcio CEDERJ em 2011.

O Coordenador é eleito pelo Colegiado do Curso, tendo mandato de dois anos, passível de recondução. Em termos gerais, as atribuições do Coordenador são descritas a seguir:

I – exercer a coordenação didático-pedagógica segundo as normas vigentes na instituição;

II – representar a integração entre docentes, discentes e instâncias superiores do Cefet/RJ;

III – representar o curso em conselhos e câmaras de gestão acadêmica do Cefet/RJ;

IV – propor modificações no currículo do curso sempre que necessário, adequando-o a novos contextos e realidades;

V – propor número de vagas ofertadas e critérios de preenchimento de vagas ociosas do curso;

VI – coordenar a orientação acadêmica dos alunos;

VII – fazer a integração entre os setores de estágio supervisionado, a coordenação do trabalho de conclusão de curso e demais atividades curriculares;

VIII – coordenar as atividades do Colegiado do curso e do Núcleo Docente Estruturante;

IX – analisar requerimentos e solicitações de alunos e professores do curso;

X – coordenar a gestão de recursos destinados ao curso.

A Coordenação do Curso está diretamente subordinada à Gerência Acadêmica do campus Nova Friburgo, instância com a qual articula ações no sentido de viabilizar as atividades propostas pelo Colegiado, bem como o atendimento a demandas de alunos e professores. A carga horária dedicada semanalmente a atividades de atendimento aos alunos e professores, reuniões acadêmicas e administrativas e outras ações relacionadas à gestão do Curso está especificada no Plano Semestral de Atividades Acadêmicas do coordenador.

6.4. Setores de atendimento administrativo e acadêmico

O campus Nova Friburgo oferece instalações para o funcionamento dos diferentes cursos. Para atender às demandas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, são disponibilizados espaços adequadamente equipados para atividades de gestão, atendimento aos docentes e discentes, aulas teóricas e práticas, projetos de pesquisa e extensão, entre outras.

6.5. Instalações

6.5.1 Instalações específicas

A fim de viabilizar um curso de alto padrão de qualidade, o Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefet/RJ, Campus Nova Friburgo, dispõe para as disciplinas teóricas do curso, salas de aula acessíveis, salas de aula localizados no prédio principal, no prédio onde se localiza a biblioteca, e no antigo prédio do Ciep, todas as salas possuem quadro branco, ar-condicionado, projetor multimídia fixo e acesso wireless à Internet.

Nos últimos anos, o Cefet/RJ, tal como qualquer outra instituição prestadora de serviço público, passou a focar seu trabalho em dois importantes paradigmas: o da sustentabilidade e o da acessibilidade. Esses conceitos nortearam uma série de demandas de serviços e de projetos.

A Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, mais conhecida como Lei da Acessibilidade, busca estabelecer, em seu artigo 1º, as normas gerais e os critérios básicos para promover a acessibilidade de todas as pessoas com deficiência, indiferente de qual seja (visual, locomotora, auditiva etc.), ou que apresentam mobilidade reduzida, através da eliminação dos obstáculos e barreiras existentes nas vias públicas, na reforma e construção de edificações, no mobiliário urbano e ainda nos meios de comunicação e transporte.

Essa demanda culminou na contratação de uma empresa especializada para fazer a adequação necessária a todos os espaços dos campi, atendendo ao Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e à norma ABNT-NBR 9.050 de 2015. As obras realizadas e as planejadas foram consideradas adequadas pelo Ministério Público, que entende que a Instituição vem empenhando esforços para atender a legislação no que tange a questão da acessibilidade, conforme consta no Ofício PR/RJ/COORJU/DICIVE/N06875/2016.

A questão da sustentabilidade tem sido tratada mais especificamente no edital de novos projetos e obras. Todas as novas construções e acréscimos já estão sendo exigidas em conformidade com o Decreto no 7.217, de 21 de junho de 2010, e demais legislações 79 específicas visando à economia de água, à eficiência energética, à subtração de resíduos, à utilização de conforto ambiental com o menor impacto possível ao meio ambiente.

6.5.2 Instalações específicas

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo possui instalações físicas adequadas ao desempenho de todas as suas funções e uma estrutura administrativa completa

www.Cefet/RJ.br

para o atendimento aos docentes e discentes: Coordenadoria do Curso de Gestão de Turismo, Seção de registros acadêmicos (SERAC), Seção de Articulação Pedagógica (SAPED), Setor responsável pelos Estágios (DIEMP) e o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), bem como a secretaria da unidade Nova Friburgo e a Gerência Acadêmica da Unidade (GERAC).

A coordenação do curso está instalada em uma sala ampla, devidamente equipada, em local de fácil acesso para os alunos. Existe também um espaço de convivência para os professores e uma mesa de reuniões, além de computadores e um mobiliário adequado para acolhê-los com conforto e praticidade.

6.5.3 Laboratórios

O curso conta com laboratório de informática e um laboratório específico para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão e aulas específicas com utilização de softwares de hotelaria (Quadro 4).

A proposta deste laboratório é ser um ambiente multidisciplinar para o treinamento e a realização de práticas relacionadas à gestão e o planejamento do turismo, nas suas mais diferentes esferas de trabalho, a citar: Marketing de Hospitalidade e Turismo, Gestão Financeira Aplicada a Hotelaria, Fundamentos de Gestão de Projetos, Mobilidade Turística, Elaboração e Montagem de Roteiros e Gestão Pública de Turismo I e II. Ainda que o atendimento seja prioritário às áreas citadas anteriormente, o espaço em questão também se mostra aberto às demandas de outras disciplinas profissionalizantes de turismo, desde que haja disponibilidade para tal.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo disponibiliza para seus alunos um conjunto de laboratórios que atendem às propostas do curso, equipados com materiais e instrumentos próprios para o desenvolvimento da metodologia especificada de cada disciplina pertinente.

Quadro 4 – Laboratório de Turismo (LabTur)

LABORATÓRIO DE TURISMO	
Local	Sala C-215
Descrição	Laboratório com área de 60m ² , com capacidade para grupos de até 22 alunos. É composto por sala com mesas, cadeiras e computadores (Esse laboratório é compartilhado com os cursos técnicos).
Equipamentos	O laboratório possui 12 mesas duplas com capacidade para 22 alunos, além da bancada do professor. Possui 22 computadores desktop para a realização das atividades práticas descritas a seguir: pesquisa online, cotação e reserva de hotéis, edição de documentos de texto e cálculos de planilhas, elaboração de banners, imagens e slides, apresentação de fotos e vídeos de curta e longa metragem.
Disciplina(s) do Curso Atendida(s)	Geografia do Turismo, Marketing de Hospitalidade e Turismo, Gestão Financeira Aplicada a Hotelaria, Fundamentos de Gestão de Projetos, Elaboração e Montagem de Roteiros, Mobilidade Turística, Gestão Pública de Turismo I e II.
Aplicação	Ensino: realização das seguintes atividades práticas: pesquisa online, cotação e reserva de hotéis, edição de documentos de texto e cálculos de planilhas, elaboração de banners, imagens e slides, apresentação de fotos e vídeos de curta e longa metragem.

Fonte: autoria própria

6.5.4. Biblioteca

A biblioteca do Cefet/RJ campus Nova Friburgo funciona de segunda à sexta das 9:00h às 21h. A equipe é formada por um profissional Bibliotecário, 2 Assistentes em Administração e 1 Auxiliar em Administração. O acervo é composto por livros, Trabalhos de Conclusão de Curso e filmes. Enfoca, principalmente, as seguintes áreas de conhecimento: Ciência da Computação/Informática, Física, Turismo e Engenharia.

O acervo está totalmente catalogado e informatizado permitindo ao usuário consultas, renovação e reserva pelo terminal web. O acervo bibliográfico contém 2118 títulos e 7661 exemplares. A instituição também permite o acesso ao Portal de Periódicos da Capes (www.periodicos.capes.gov.br). O espaço é de 155m² onde se encontram 1 salão de leitura e consulta ao acervo com 38 lugares, seis (6) terminais de computadores com acesso à Internet e wi-fi e um espaço para atendimento e processamento técnico.

A biblioteca está informatizada pelo sistema “SOPHIA”, formando a base de dados cadastrais tais como: controle de livros e títulos de periódicos, entre outros, estando interconectadas com os computadores da rede interna do Centro e à Internet. Alunos e Docentes podem consultar o acervo pela Internet através do portal: <http://biblioteca.Cefet/RJ.br/>.

A biblioteca do Cefet/RJ disponibiliza, através de celulares e leitores de livros digitais, acesso a Biblioteca Virtual Pearson, a principal plataforma de livros digitais técnicos/universitários do Brasil na atualidade. Tendo parceria com 25 editoras e ofertando mais de 15 mil títulos, a Biblioteca Virtual da Pearson busca promover o hábito de pesquisa e leitura dos estudantes e potencializar suas habilidades e conhecimentos.

O sistema de biblioteca da instituição prevê a possibilidade de haver empréstimos entre bibliotecas dos diversos campi, inclusive a Sede, além de manter convênio para empréstimo entre bibliotecas de outras instituições, dentre elas:

- FGV
- Centro Cultural do Banco do Brasil/RJ
- UFRJ
- UERJ
- UVA

Na biblioteca, são oferecidos os seguintes serviços:

- acesso aberto ao acervo às comunidades interna e externa do campus;
- acesso ao portal de periódicos da CAPES;
- auxílio à busca e à recuperação da informação;
- visita orientada (capacitação informacional);
- orientação quanto ao uso dos recursos informacionais;
- empréstimo domiciliar (permite levar até 3 livros por 14 dias);

www.Cefet/RJ.br

- empréstimo especial (somente para finais de semana e feriados);
- empréstimo entre bibliotecas;
- reserva de livros;
- computadores com acesso à internet;
- serviços de digitalização de arquivos;
- elaboração de fichas catalográficas;
- orientação para a normalização de trabalhos acadêmicos (ABNT);
- exposições temporárias.

O acervo disponível na Biblioteca é constantemente atualizado e revisto, por meio de um trabalho conjunto entre os funcionários do setor e os docentes que elaboram os programas de cada disciplina. Nesse processo, identificam-se índices de consultas e empréstimos por título, facilitando a elaboração de pedidos de aquisição de novos exemplares, bem como a indicação de títulos complementares para pesquisa. Cabe ressaltar que a bibliografia requerida nas disciplinas regulares constantes neste projeto de curso é atendida plenamente pelo acervo atual, sem a necessidade de aquisição de itens adicionais.

7. INCENTIVO À PERMANÊNCIA DO CORPO DISCENTE

A fim de incentivar o acesso e a permanência dos estudantes no curso foram criadas alguns programas e atividades suplementares que contribuem no desenvolvimento acadêmico e profissional do aluno. O estudante pode participar em algumas destas atividades como voluntário ou como aluno bolsista.

7.1 Seção de Articulação Pedagógica (SAPED)

A Seção de Articulação Pedagógica (SAPED) destina-se ao acompanhamento do processo educacional nos níveis da Educação Básica e Superior, nas dimensões pedagógica e social, atuando em parceria com o Serviço de Psicologia e junto aos diferentes atores do processo educativo, com o objetivo de favorecer o desenvolvimento harmonioso e equilibrado dos estudantes nos aspectos intelectual, social, ético, cultural e profissional, bem como contribuir com a permanência e a continuidade dos estudos.

É constituída por profissionais da Educação (Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais) e do Serviço Social (Assistente Social), os quais atuam articuladamente, em uma proposta de trabalho multidisciplinar, e intervém, direta e preventivamente, no sentido de promover o sucesso acadêmico dos alunos e, também, a qualidade das ações educativas.

A inserção do assistente social no referido setor resulta da sua atuação política e profissional na defesa dos direitos sociais e humanos, vinculada a uma necessidade institucional de contribuir com a ampliação do processo educacional, com vistas a garantir o acesso e permanência dos sujeitos na educação escolarizada.

Neste sentido, o trabalho desenvolvido pelo assistente social não se confunde ao dos educadores. Sua atuação se dá no sentido de fortalecer as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais, bem como dos processos institucionais voltados para o reconhecimento e ampliação dos direitos dos sujeitos sociais.

As atividades da SAPED podem ser caracterizadas em seis núcleos de atuação: acolhimento de alunos ingressantes, acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, assessoramento no desenvolvimento de atividades institucionais, prevenção à repetência e à evasão, assistência social e relação família-escola (no nível da Educação Básica).

No que se refere ao primeiro núcleo, destacam-se duas ações fundamentais. No início de cada semestre (no nível do Ensino Superior) ou ano (no nível da Educação Básica), é realizado um momento de recepção com os alunos ingressantes, que tem como objetivo oferecer orientações básicas para os estudantes acerca das normas institucionais, processo de matrícula, avaliação, entre outras, e situar o aluno no contexto do nível de ensino em que está matriculado.

Posteriormente, são feitas anamneses, cuja metodologia utilizada envolve a aplicação de um questionário e a realização de entrevistas para o conhecimento da história acadêmica pregressa dos estudantes, das motivações que levaram à escolha do curso, dos hábitos de estudo e leitura, da realidade e das necessidades de ordem socioeconômica. Nesse processo também ocorre a identificação de alunos público-alvo da educação especial. No que diz respeito

www.Cefet/RJ.br

ao acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, têm destaque: organização e a presidência dos Conselhos de Classe (no nível da Educação Básica), atividades de assistência aos alunos com dificuldades de aprendizagem, acompanhamento dos casos de alunos infrequentes, encaminhamento de alunos para atendimento com especialistas, atendimento e aconselhamento às famílias, nos casos em que se fizer necessário, reuniões pedagógicas de cunho formativo e de orientação, processos de adaptação curricular dos alunos público alvo da educação especial.

No campo da assistência social, o setor efetua a seleção dos alunos para os Programas Assistenciais do Cefet/RJ, os quais têm como fundamento a promoção do acesso e da permanência dos estudantes na Instituição, que estejam em condição de vulnerabilidade social e/ou econômica, contribuindo para a sua formação acadêmica. São eles:

- Programa de Auxílio ao Estudante com Deficiência (PAED) - destinado a facilitar a acessibilidade, permanência e formação de qualidade aos estudantes com deficiência.
- Programa de Auxílio Emergencial (PAEm) - destinado a minimizar as dificuldades socioeconômicas emergenciais que comprometem a permanência do estudante na Instituição.
- Programa de Auxílio ao Estudante (PAE), destinado a atender os estudantes que não dispõem de recursos financeiros suficientes para alimentação durante sua permanência na Instituição.

O assessoramento no desenvolvimento de atividades institucionais envolve a participação na elaboração/revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso, dos Programas de Disciplina, a contribuição no planejamento anual das atividades acadêmicas, a participação na Semana de Extensão, nas atividades do NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas), em comissões diversas, grupos de estudo e trabalho, entre outros.

No núcleo de prevenção à repetência e à evasão, a SAPED desenvolve, em articulação com os colegiados, Serviço de Psicologia e demais instâncias institucionais, ações que vão desde a identificação das causas, à implementação de estratégias para diminuição dessas taxas, tais como, aconselhamento aos estudantes quanto à organização do tempo e a melhor utilização das técnicas de estudo, concessão de bolsas do Programa de Auxílio ao Estudante, orientação às coordenações quanto à oferta de cursos de nivelamento, ajustes nos processos de ensino e de avaliação, desenvolvimento de estratégias de recuperação da aprendizagem, mediação de conflitos na relação professor-aluno e orientação vocacional.

Por fim, no que se refere à relação família-escola, a SAPED promove momentos de encontro com os responsáveis dos alunos da Educação Básica, não apenas para tratar do desenvolvimento e da aprendizagem deles, a exemplo das reuniões periódicas e dos atendimentos individualizados, como também para fortalecer e estreitar os vínculos entre as duas instâncias.

7.2 Serviço de psicologia

O Serviço de Psicologia está vinculado à Gerência Acadêmica, apresentando três eixos de atuação, a saber:

www.Cefet/RJ.br

I. Gestão de políticas e processos educacionais e práticas institucionais neste eixo, o Serviço de Psicologia assessora ações ligadas à gestão institucional, propondo formas alternativas de mediações e construções do desenvolvimento pessoal e coletivo. Para tanto, propõe: a análise crítica dos processos de trabalho, das práticas profissionais e das políticas institucionais; a mediação de conflitos; e oferece suporte no desenvolvimento de pessoas e coletivos de trabalho.

Nesse sentido, atualmente o Serviço é corresponsável pelo Mapeamento e Redesenho de Processos Organizacionais, iniciativa que visa organizar e aperfeiçoar os processos de trabalho, a fim de viabilizar a implantação da Gestão por Processos no campus – em alinhamento com o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) –, colaborando com a construção e consolidação de identidades profissionais de docentes e gestores na Educação Superior. No âmbito das políticas institucionais, participa ainda da concepção, planejamento e realização de ações e políticas institucionais que respondam à necessidade de enfrentamento das diversas formas de violência e desigualdade no espaço educacional; de redução da retenção e da evasão nos cursos; entre outras.

II. Articulação pedagógica e funcionamento de cursos No eixo Pedagógico, o Serviço de Psicologia acompanha os processos de ensino aprendizagem em articulação com a SAPED (Seção de Articulação Pedagógica) e o NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas), através de avaliações e intervenções psicopedagógicas e psicossociais junto aos docentes, visando promover a conscientização sobre concepções subjacentes e orientadoras dos profissionais sobre educação, desenvolvimento, aprendizagem e avaliação; apoiar o desenvolvimento de competências discentes; e impulsionar a formação continuada do corpo docente, particularmente no que tange aos recursos subjetivos para responder aos desafios suscitados pela recente ampliação do sistema educacional, no sentido da inclusão social e construção de cidadania, visando promover a permanência e a qualidade da formação dos estudantes.

III. Atendimento ao estudante

No eixo de atendimento ao estudante, o Serviço de Psicologia promove o acolhimento de demandas de estudantes e familiares, realizando orientação individual, encaminhamentos externos para acompanhamento especializado, orientação de grupos e famílias e mediação de conflitos. Em articulação com a SAPED (Seção de Articulação Pedagógica) e o NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas), promove o conhecimento do perfil socioeconômico e psicopedagógico dos estudantes, de forma a orientar intervenções e planos de acompanhamento do seu desenvolvimento. 86 Por fim, realiza o trabalho de orientação profissional aos alunos, em apoio aos docentes ou por demanda espontânea direcionada, abarcando o aconselhamento de carreira, o desenvolvimento de competências e a orientação preparatória para processos seletivos de estágio.

7.3 A formação do discente para além da sala de aula

O Cefet/RJ, conforme estabelecido na Resolução CNE/CES N° 2 - 24/04/2019, estimula atividades tais como trabalhos de iniciação científica, projetos interdisciplinares, visitas técnicas, trabalhos em equipe, desenvolvimento de protótipos, monitorias, participação em

www.Cefet/RJ.br

empresas juniores e outras atividades empreendedoras. Tais atividades enriquecem a formação do aluno e permitem o aprimoramento pessoal e profissional do futuro tecnólogo em turismo.

O aluno do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo é livre para escolher as atividades que deseja desenvolver, uma vez que tais atividades não são atividades obrigatórias. Fazem parte das atividades obrigatórias de algumas disciplinas do curso visitas técnicas e o desenvolvimento de projetos finais.

Os alunos do curso de Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo podem participar dos seguintes programas e atividades oferecidas pela Instituição:

7.3.1 Projetos de Pesquisa e Iniciação Científica

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica é um programa voltado para o desenvolvimento do pensamento científico, e de estímulo ao interesse pela pesquisa, dos estudantes de graduação e do ensino médio e técnico, denominados PIBIC e PIBIC-EM respectivamente. No Cefet/RJ, o programa é coordenado pela Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação – DIPPG, por meio do seu Departamento de Pesquisa – DEPEQ e a Coordenadoria de Pesquisa e Estudos Tecnológicos – COPET.

O Programa PIBIC e PIBIC-EM visa, ainda:

- a. Contribuir para a formação de recursos humanos, tanto para a pesquisa, quanto para qualquer atividade profissional;
- b. Estimular pesquisadores produtivos a envolverem os estudantes da instituição em suas atividades: científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural;
- c. Proporcionar ao bolsista a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, estimulando o desenvolvimento do seu pensamento científico e da sua criatividade;
- d. Possibilitar uma maior interação entre o ensino médio e técnico com a graduação e a pós-graduação;
- e. Qualificar alunos para os programas de pós-graduação; e
- f. Reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação

7.3.2 Monitoria

O Programa de Monitoria do Cefet/RJ é coordenado pela Diretoria de Ensino (DIREN). A monitoria é uma atividade discente, cujo objetivo é auxiliar o professor, auxiliando grupos de estudantes em projeto acadêmico, visando à melhoria da qualidade do ensino de graduação, e fazendo com que neles seja despertado o interesse pela carreira docente.

A seleção dos monitores das disciplinas é realizada nos Departamentos ou Coordenações com critérios próprios de acordo com edital divulgado no Portal da Instituição⁷. O Programa conta atualmente com um total de 121 bolsas por ano, para o ensino superior,

⁷ Programa de Monitoria – Edital: <http://portal.Cefet/RJ.br/ensino/graduacao/monitoriagrad.html>

www.Cefet/RJ.br

custeadas pelo Cefet/RJ e distribuídas por todos os Campi do respectivo Sistema Cefet/RJ. Os estudantes selecionados recebem uma bolsa durante 9 meses.

Existe, também, a possibilidade de o aluno ser um monitor voluntário. Neste caso, ele não receberá o valor mensal creditado aos bolsistas. Esta modalidade de monitoria é interessante para aqueles que já possuem alguma bolsa não acumulável e têm o desejo de exercer as atividades deste Programa. Assim como os monitores bolsistas, os monitores voluntários recebem uma declaração de participação no Programa de Monitoria, o que é interessante para fins curriculares.

7.3.3 Projetos e Programas de Extensão e atuação extensionista

Considerando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), no seu art. 43, inciso VII “A educação superior tem por finalidade: promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição”, o Cefet/RJ faz de sua área de extensão um importante alicerce na formação de seus alunos.

Desde a década de 90 o Cefet/RJ vem buscando desenvolver, consolidar e fortalecer experiências e projetos reconhecidos como atividades de extensão, entendendo esse tipo de realização acadêmica como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre a Instituição educacional e a sociedade.

Ao reafirmar a inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social como *práxis* educativa, a extensão acaba por favorecer o processo dialético teoria-prática e a interdisciplinaridade, princípios político-pedagógicos da educação tecnológica.

Os projetos de extensão deverão ser cadastrados na Diretoria de Extensão – DIREX, no Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários – DEAC, conforme as normas do edital publicado no Portal. Cada projeto possui um coordenador, que poderá ser um servidor docente ou servidor técnico-administrativo. Este coordenador é o responsável pelo cadastro do projeto. O aluno interessado deve estar relacionado no Projeto de Extensão apresentado pelo servidor e realizar sua inscrição, obedecendo as regras do edital publicado no Portal.

Atualmente, as ações de extensão são: Programa de Bolsas de Extensão (PBEXT) e do Programa de Bolsas de Extensão para a área de Direitos Humanos (PBEXT-DH) com um total de 106 bolsas.

7.3.4 Programa CELi

Coordenado por duas docentes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Cefet/RJ UnED Nova Friburgo, professoras: Suzana de Carvalho Barroso Azevedo e Alessandra Mitie Spallanzani.

O programa de extensão Centro de Educação e Linguagens (CELi) funciona no campus Nova Friburgo desde o ano de 2009 oferecendo atividades de cunho extensionista para a

www.Cefet/RJ.br

comunidade interna e externa. Com base na perspectiva Freiriana (FREIRE, 1967, 1974), que entende a educação como ferramenta transformadora e que deve estar acessível a todos, o programa CELi objetiva viabilizar a circulação da população do entorno nos espaços da instituição – e fora dela, favorecendo a troca de saberes entre escola/universidade e comunidade por meio do oferecimento de ações extensionistas em diversas linguagens, além de eventos acadêmicos e artístico-culturais.

Para tanto, adota uma visão sustentável, que vai além dos três pilares da sustentabilidade, acrescentando elementos humanísticos e éticos para pensar as trocas de conhecimento estabelecidas dentro e pelo programa em tela. A exemplo, busca aderência nos pilares da gestão da mente sustentável, da generosidade, da cultura e da neuroplasticidade do cérebro (BOFF, 2016). Sendo assim, o programa contempla ações de diversas naturezas, entre elas: minicursos, palestras, oficinas, rodas de conversa, encontros literários, comunicações orais, organização e/ou participação em eventos institucionais e parcerias em várias esferas.

O CELi também acolhe ações tais como o projeto Olhos Meus, que oferece uma oficina de capacitação para leitores e audiodescritores, com o intuito de auxiliar no cotidiano escolar de alunos com deficiência visual matriculados preferencialmente na rede pública do município e região, o projeto CELiSustentabilidade, que oferece oficinas que abordam conceitos básicos de Desenvolvimento Sustentável, Agroecologia, Capital Social e Economia Solidária, e o projeto Incluindo pelas mãos, que prevê minicursos de Libras para marcar a importância desse idioma para a inclusão de pessoas surdas.

Essas ações são oferecidas por colaboradores internos (servidores, terceirizados e discentes) e externos, e os participantes recebem um certificado emitido pela instituição. Ainda, por meio de reuniões semanais, ocorre um trabalho de orientação junto a bolsistas que proporciona o protagonismo estudantil e o letramento para a produção de pesquisas acadêmicas, bem como do desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo como cidadão.

7.3.5 Projeto Olhos Meus

Coordenado por uma docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Cefet/RJ UnED Nova Friburgo, profa. Suellen Alice Lamas, em parceria com dois colaboradores externos, professores: Dolores Affonso (FGV/PUC-MG) e Lucas Escamilha (FIOCRUZ).

O Projeto Olhos Meus, desenvolvido desde 2018, visa abrir as portas da instituição às pessoas com deficiência visual (doravante DV) em idade escolar de modo a proporcioná-las um apoio pedagógico, para uma formação geral e crítica.

Tal apoio tem o intuito de acessibilizar o ingresso e permanência delas à educação em respeito aos seus direitos e em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão (13.146/2015). Desde 2022, o projeto vem se expandido buscando abordar também discussões e ações sobre acessibilidade no contexto do turismo e lazer. O Capítulo IV da referida Lei diz respeito ao direito à Educação conferido às pessoas com deficiência, que busca garantir o acesso, permanência, participação e aprendizagem desses estudantes por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena, além da adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social deles.

www.Cefet/RJ.br

A supracitada Lei dispõe, ainda, em seu Capítulo IX, do direito à cultura, esporte, turismo e ao lazer que é assegurado às pessoas com deficiência em igualdade de oportunidades com as demais. Neste sentido, visando atender o que determina a legislação e à demanda do campus Nova Friburgo e de seu entorno, pretendemos continuar desenvolvendo o projeto com a metodologia de Tutoria de Pares, estratégia pedagógica alinhada à Tecnologia Assistiva.

Vale destacar que cada estudante é um caso único, com suas especificidades cognitivas, emocionais, pessoais, sociais e culturais e deverá ser tratado e respeitado em suas singularidades, por meio de práticas pedagógicas necessárias e específicas.

A Tutoria de Pares é uma estratégia funcional em que um aluno – tutor - dá suporte e apoio ao aluno com deficiência – tutorado, o que é realizado em sala de aula, em atividades extraclasse, no esclarecimento de dúvidas, na adaptação e construção de material didático pedagógico e no acompanhamento do tutorado de um modo geral.

Cabe destacar que a tutoria de pares não substitui o papel do NAPNE – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas, mas sim, o tutor passa a ser um parceiro do núcleo. Os tutores recebem uma capacitação inicial para desempenharem a função junto aos alunos com DV dada pela colaboradora externa, professora da FGV e com DV, Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Nova Friburgo.

Esse projeto também prevê capacitação de ledores, transcritores e audiodescritores, realização de oficinas transdisciplinares, bem como palestras e workshops para sensibilização no que diz respeito à DV; Lives e podcasts sobre temas diversos relacionados, com entrevistas/rodas de conversas com profissionais ou pessoas envolvidas com questões de inclusão, em especial em DV.

Nesse projeto, estão previstas reuniões periódicas, de acordo com a demanda, entre colaboradores (bolsistas ou voluntários) e a coordenação; além dos atendimentos da tutoria, que também serão oferecidos semanalmente de acordo com a demanda dos alunos com DV. Comunicação interna e externa através de redes sociais, participação em eventos, entre outras ações.

Esta ação extensionista está articulada com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão (2009), que estabelece necessidade do contato entre o saber universitário e o da comunidade para o benefício mútuo e a construção de conhecimentos balizados por noções teóricas e práticas. Tal ação também dialoga com a demanda local e regional, uma vez que pode oferecer apoio pedagógico a alunos externos que necessitem.

Acreditamos que esse projeto contribui ricamente com toda a comunidade intra e extramuros do Cefet/RJ Unidade Nova Friburgo, haja vista o impacto causado pelo seu compromisso social, promovendo total integração com a comunidade, e pela democratização do ensino, oportunizando acesso das mais diversas camadas da população sem e com deficiência.

7.3.6 Projeto CELiSustentável

Coordenado por dois docentes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Cefet/RJ UnED Nova Friburgo, professores: Cristiane Passos de Mattos e Juliano Peçanha Gonçalves.

www.Cefet/RJ.br

O projeto de extensão proposto como Centro de Educação para a Sustentabilidade - CELiSUSTENTÁVEL pretende atuar de modo integrado ao Programa de Extensão denominado "Centro de Educação e Linguagens" (CELi), atuando em dimensões que envolvam os seguintes propósitos: (1) trabalhar com os conceitos básicos de Desenvolvimento Sustentável, Turismo de Base Comunitária, Turismo Agroecológico, Capital Social e Economia Solidária; (2) promover encontros, atividades e oficinas que articulem e integrem os conceitos teóricos propostos mediante o emprego de atividades práticas, tais como a realização de oficinas, roda de conversas, feiras de economia solidária etc.

O Centro de Educação para a Sustentabilidade – CELiSUSTENTÁVEL constitui ainda uma ação de extensão que visa a integrar atividades voltadas à sustentabilidade no Campus Nova Friburgo. Tem origem no desejo de articular redes de agroecologia, grupos sociais do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense, pequenas cooperativas de/ou produtores rurais e outros coletivos em ações de fortalecimento da economia local e de baixo impacto em Nova Friburgo e região.

As atividades de extensão no âmbito do Projeto pretendem envolver o público-alvo com a cultura do trabalho artesanal, compreendendo sua importância para múltiplas dimensões da vida em sociedade, resgatando as noções da ação cooperativa, solidária e inclusiva.

A difusão da tradição filosófica do pragmatismo - como referencial teórico - a orientar intelectualmente as iniciativas de extensão propostas são também o reflexo do esforço de construção de um espaço de acolhimento, de trocas, de reciprocidade, confiança e afetividade entre professores, redes de articulação em unidades de conservação, estudantes e o restante do público externo envolvido no projeto.

Neste sentido, visa ainda a organizar oficinas e vivências com base no pragmatismo e na pesquisa-ação. O resultado esperado é viabilizar um espaço de diálogo e trocas entre a comunidade interna e externa ao Cefet/RJ, por meio da organização de encontros, rodas de conversa e feiras que visam a estimular a construção de alternativas sustentáveis, com base nos princípios da economia solidária, da sustentabilidade e da agroecologia.

Para tanto, estão previstas ainda a realização de atividades orientadas para a sensibilização com trabalhos manuais e artesanais, como a bioconstrução, a panificação e a cerâmica, iniciativas construídas, prioritariamente, em caráter autogestionado, compromissos que são aderentes aos referenciais metodológicos propostos e que contemplam a abordagem pragmática e os recursos metodológicos da pesquisa-ação.

7.3.7 Facilitadores de aprendizagem

O Programa Facilitadores de Aprendizagem refere-se à seleção de alunos de curso de graduação e pós-graduação do Sistema Cefet/RJ que atuarão como facilitadores de aprendizagem e tem por objetivo possibilitar a permanência e garantir acessibilidade aos estudantes com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem nos Cursos de Educação Profissional e Tecnológica de nível médio, Subsequente, Graduação ou Pós-Graduação do Cefet/RJ.

7.3.8 Programa Jovens Talentos para a Ciência

O Programa Jovens Talentos para a Ciência é um Programa da Capes destinado a estudantes de graduação de todas as áreas do conhecimento e tem o objetivo de inserir precocemente os estudantes no meio científico. Trata-se de um Programa Nacional de iniciativa do Governo Federal, em que também participam Universidades Federais e Institutos Federais de todo o país.

O Programa Jovens Talentos para a Ciência - Graduação, de iniciação científica, é destinado a estudantes da graduação do Cefet/RJ. O Edital Jovens Talentos para Ciência - Graduação, é um programa de iniciação científica, criado pela DIPPG, com inspiração no programa jovens talentos ofertado pela FAPERJ. O projeto tem o objetivo de inserir estudantes da graduação do Cefet/RJ na iniciação científica de forma a estimular o prosseguimento destes estudantes na carreira acadêmica.

7.3.9 Promoção e participação de eventos

Eventos promovidos anualmente no sistema Cefet/RJ:

a) Semana de extensão: organizada pelo Departamento de Extensão e Assuntos Comunitários (DEAC). Está voltada à comunidade discente, docente e TAES do Cefet/RJ Maracanã e das Unidades Descentralizadas, atividades acadêmicas relacionadas com ações de extensão, tais como palestras, cursos, visitas, seminários, conferências, mesas redondas, exposição de projetos e semanas de estudo. Tem como objetivo motivar a interação do ambiente universitário com as empresas e com a comunidade. Este evento anualmente propõe discussões acerca de um tema central, bem como de eixos temáticos propostos nas Diretrizes do Plano Nacional de Extensão Universitária, a saber: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho.

b) Seminário de Iniciação Científica: organizado pela Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DIPPG), permite aos pesquisadores do Sistema Cefet/RJ e de outras instituições um canal de divulgação dos resultados obtidos em suas pesquisas. Os alunos de graduação e técnico apresentam os trabalhos de pesquisa desenvolvidos no formato de apresentação oral ou pôster, os quais são posteriormente publicados em anais.

c) Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação: organizado também pelo DIPPG, possibilita que o corpo discente dos cursos de mestrado e doutorado do Sistema Cefet/RJ e de outras instituições apresentem os resultados das suas pesquisas.

d) Feira de Estágio e Emprego: desde 2006 é realizado no Cefet/RJ, unidade Maracanã. A Feira de Estágio e Emprego, aberta ao público em geral, conta também com a participação da comunidade acadêmica de outras unidades descentralizadas do Cefet/RJ, no qual empresas de diferentes segmentos participam expondo as suas atividades, divulgando os seus processos seletivos e realizando palestras informativas sobre as tendências do mundo produtivo.

e) Eventos de Natureza Diversa: promoção de diversos eventos de caráter sociocultural.

7.3.10 ENACTUS Cefet/RJ

A ENACTUS, antiga SIFE (*Students in Free Enterprise*), é uma organização internacional, sem fins lucrativos, que tem como objetivo incentivar e mobilizar estudantes universitários ao redor do mundo para que façam diferença em suas comunidades.

Mais de 30 mil estudantes em 40 países formam Times ENACTUS nas suas universidades e aplicam conceitos de negócios para desenvolver, na prática, projetos que promovam impacto positivo na qualidade e padrão de vida de grupos com necessidades específicas.

Baseados na tríplice “negócios, carreira e liderança”, os estudantes são responsáveis por executar projetos que atendam ao critério: “Considerando os fatores econômicos, sociais e ambientais, o Time ENACTUS deve, efetivamente, empoderar grupos com necessidades específicas, aplicando conceitos econômicos e de negócios e uma abordagem empreendedora para melhorar a qualidade e o padrão de vida dessas pessoas.”

Assim, esta organização colabora não só para o desenvolvimento dessas comunidades, mas também para o crescimento pessoal de cada membro ENACTUS que desenvolve liderança e maior preparo para o mercado e para as barreiras do cotidiano. Todos os anos são realizados uma série de campeonatos nacionais que proporcionam aos Times ENACTUS a oportunidade de apresentar os resultados e impactos de seus projetos. Estes são avaliados por líderes de negócios que atuam como juízes determinando um vencedor. O Time, então, representa sua universidade e seu país na prestigiada competição internacional ENACTUS World Cup.

ENACTUS Cefet/RJ
Av. General Canabarro, 552 – sala 5
Campus III – Cefet/RJ
Rio de Janeiro/ RJ
Tel.: (21) 2566-3007
E-Mail: enactusCefetrij@gmail.com

7.3.11 Empresa Júnior

A Cefet Jr. Consultoria, - Empresa Júnior de Administração e Engenharia foi fundada em julho de 2000. Esta empresa é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de natureza social, educacional, cultural e tecnológica. Tem como principal objetivo ofertar soluções, na área de engenharia e administração, que atendam aos seus clientes e a sociedade e no âmbito do ensino propiciar aprendizado prático e diferenciado aos alunos participantes.

Um grande diferencial é o fato de ser constituída e gerida por alunos de graduação em Administração e Engenharia do sistema Cefet/RJ Centro Federal de Educação Tecnológica. Nos seus quinze anos de existência, a Cefet Jr. tem formado novos talentos e se tornado referência entre as empresas juniores pelas bem-sucedidas participações no Prêmio de Qualidade do Rio de Janeiro (PQRio), por meio das quais em 2009 alcançou a premiação máxima, a Medalha Diploma Ouro. Em 2012, teve um case de sucesso aprovado e apresentado no Encontro Mundial de Empresas Juniores (JEW 2012).

7.3.11 Projetos multidisciplinares

Com o objetivo de propiciar uma formação abrangente e diversificada, o Cefet/RJ incentiva e apoia a participação de seus alunos em projetos multidisciplinares. A coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo do Cefet/RJ-Nova Friburgo incentiva a elaboração de projetos interdisciplinares como o grupo de pesquisa NUTAG - Núcleo de Estudos sobre Turismo, Ambiente e Geografia, um grupo de pesquisa que, considerando como indissociáveis: ensino, pesquisa e extensão que, envolvem discentes e docentes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo.

7.3.12 Visitas técnicas

As visitas técnicas são uma atividade complementar que possibilitam aos discentes observarem como os conhecimentos teóricos obtidos no curso são implantados na prática. Permitindo ainda observar o funcionamento de setores das empresas ou das instituições de pesquisas relacionados com os cursos ofertados pelo sistema Cefet/RJ. As visitas técnicas acontecem, normalmente, no âmbito das disciplinas oferecidas, sendo planejadas e acompanhadas pelos respectivos docentes.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo realiza no mínimo uma viagem por semestre, onde o planejamento e execução destas visitas técnicas contam também com a participação dos discentes. Na instituição, o SESUP (Setor de Supervisão de Estágio da Educação Superior) promove o apoio à realização dessas visitas através: do estabelecimento de contato com as empresas ou instituições de pesquisa, no providenciar a documentação necessária e no provimento do transporte, entre outros aspectos.

7.3.13 Intercâmbios

Os alunos do sistema Cefet/RJ, poderão usufruir de intercâmbios realizados através de convênios entre o Cefet/RJ e outras instituições nacionais e internacionais.

Podemos citar as seguintes Instituições Internacionais que já firmaram acordos de cooperação internacional:

- HM / MUAS – Hochschule München/ Munich University of Applied Sciences – Alemanha
- FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto – Portugal
- IPP – Instituto Politécnico do Porto – Portugal
- IPC – Instituto Politécnico de Coimbra – Portugal
- IPB – Instituto Politécnico de Bragança – Portugal
- IPT – Instituto Politécnico de Tomar – Portugal
- IPP – Instituto Politécnico de Portalegre – Portugal

www.Cefet/RJ.br

O Cefet/RJ ainda possibilita aos seus discentes à dupla-titulação com convênios firmados com as Instituições de Ensino Superior:

- SMU – Saint Martin’s University – Estados Unidos
- IPB – Instituto Politécnico de Bragança – Portugal
- IPP – Instituto Politécnico do Porto – Portugal
- UTC – Université de Technologie Compiègne – França
- UP – Universidade de Lisboa – Portugal
- UNT – University of North Texas – Estados Unidos
- UNNE – Universidad Nacional del Nordeste – Argentina
- Mac Ewan University – Estados Unidos
- Alamo Colleges – Estados Unidos
- Centennial College – Canadá
- Confederation College – Canadá
- Cegèp Trois-Rivières – Canadá
- Instituto Politécnico de Viana do Castelo – Portugal
- Instituto Politécnico de Santarém – Portugal

Para participar dos intercâmbios internacionais os alunos devem ficar atentos às chamadas de processo seletivo, tendo como setor responsável a Assessoria de Convênios e Relações Internacionais (ASCRI).

O Cefet/RJ ainda possibilita um intercâmbio entre unidades do sistema Cefet/RJ, com o Programa de Mobilidade Acadêmica de Aluno Regular. Estarão aptos a requererem inscrição em uma determinada disciplina fora da sua Unidade de Origem os alunos que atenderem aos seguintes requisitos:

1. Possuírem coeficiente de rendimento acumulado igual ou superior a 6,0 (seis);
2. Tiverem cursado, com aprovação, todas as disciplinas até o terceiro período, inclusive;
3. Tiverem cursado todos os pré-requisitos exigidos para a disciplina tanto na Unidade de Origem quanto na Unidade de Destino;
4. Houver vagas disponíveis para a disciplina desejada na Unidade de Destino.
5. Possuir equivalência entre as disciplinas dos cursos das unidades de origem e destino.

É vedado ao aluno:

1. Cursar mais do que 6 (seis) disciplinas fora da Unidade de Origem;
2. Cursar mais do que 2 (duas) disciplinas fora da Unidade de Origem em um mesmo semestre;
3. Inscrever-se nas disciplinas Projeto Final I e II e Estágio Supervisionado fora da Unidade de Origem.

www.Cefet/RJ.br

O requerimento de inscrição deverá ser autorizado pelos Chefes de Departamento, tanto da Unidade de Origem quanto da Unidade de Destino. Os alunos da Unidade de Origem terão prioridade na inscrição em disciplinas sobre alunos de quaisquer outras unidades.

A inscrição de alunos fora das suas Unidades ocorrerá sempre após a confirmação de inscrição em disciplinas (CID) dos alunos da Unidade de Destino. A ordem de prioridade para o preenchimento das vagas para alunos de fora das Unidades terá como critério o Coeficiente de Rendimento Acumulado. Casos omissos serão analisados pelo Conselho de Ensino.

7.3.14 CATUR-Cefet/RJ – Campus Nova Friburgo

O Centro Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo (CATUR), é o órgão oficial de associação, coordenação, representação e única entidade de base representativa dos estudantes do Curso Tecnólogo em Gestão de Turismo do CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKNOW DA FONSECA – Campus Nova Friburgo, sediado na Av. Governador Roberto Silveira, 1900, Prado, Nova Friburgo, RJ. O CATUR tem por princípios e finalidades:

- a) representar e defender junto a órgãos de direito público e privado os interesses dos estudantes, no limite de suas atribuições;
- b) promover e incentivar a aproximação e a solidariedade entre os membros dos corpos discente, docente e administrativo do Cefet/RJ – Campus Nova Friburgo;
- c) promover e incentivar a integração entre os alunos assim como seu desenvolvimento científico, cívico, cultural, esportivo, político e técnico através da realização de congressos, cursos, debates, festas, palestras, seminários e torneios (juntamente com a Associação Atlética Acadêmica do Campus), aprimorando e complementando a formação universitária;
- d) realizar intercâmbios e colaborações com entidades congêneres;
- e) promover a integração e o fortalecimento dos movimentos sociais, especialmente das entidades de representação estudantil;
- f) concorrer para o aprimoramento e manutenção das instituições democráticas;
- g) defender a democracia, a liberdade, a paz e a justiça social, dentro e fora da instituição;
- h) incentivar a extensão universitária na forma de movimentos de âmbito social como forma de inserção dos acadêmicos na comunidade local e regional;
- i) lutar pelo ensino superior público, gratuito, democrático e de qualidade para todos sem discriminação de qualquer espécie e caráter;
- j) divulgar, incentivar e participar do movimento estudantil, em todos os níveis.

O CATUR poderá adotar quaisquer símbolos devidamente aprovados em Reunião dos órgãos diretivos deste Centro Acadêmico.

A atual logomarca do CATUR (Figura 3) utiliza as letras da sigla, apenas substituindo a letra R pela silhueta do cão sentado, importante atração turística do município de Nova Friburgo. O slogan diz “vamos juntos”, referindo-se tanto a união que órgão deseja promover

www.Cefet/RJ.br

entre os discentes, quanto ao desejo de promover sua continuidade. Além disso, também alude as constantes visitas técnicas realizadas ao longo da graduação.

Figura 3 – Identidade Visual do CATUR



Fonte: CATUR

Cabe ao CATUR participar, bem como estimular a participação de seus membros, em fóruns e atividades das entidades gerais de representação estudantil.

Entende-se por entidade geral de representação estudantil o Diretório Central dos Estudantes do Cefet/RJ - Campus Nova Friburgo, a UEE-RJ (União Estadual dos Estudantes do Estado do Rio de Janeiro), a UNE (União Nacional dos Estudantes) e federações estaduais, regionais e nacionais de curso.

REFERÊNCIAS

- 1- **Lei nº 9.394, de 20/12/1996**, que estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional;
- 2- **Resolução CNE/CES nº 2, de 18/06/2007**, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- 3- **Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024**;
- 4- **Resolução CEPE /Cefet/RJ nº 01/2015**, Aprova o tempo máximo de integralização dos cursos presenciais oferecidos pelo Cefet/RJ;
- 5- **Resolução CEPE/Cefet/RJ nº01/2016**, Aprova as normas para criação de cursos técnicos de nível médio e de graduação no âmbito do Cefet/RJ;
- 6- **Resolução N° 02/2023**, Aprova a proposta de Resolução que dispõe sobre a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Engenharia no âmbito do Cefet/RJ, e dá outras providências.
- 7- **Resolução CNE CES 009 de 2002** – Bacharelado ou Licenciatura em Física
- 8- **Resolução CNE CES 018 de 2002** – Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais
- 9- **Resolução CNE CES 003 de 2003** – Licenciatura em Matemática
- 10- **Resolução CNE CES 004 de 2005** – Administração
- 11- **Resolução CNE CES 013 de 2006** – Turismo
- 12- **Resolução CNE CES 005 de 2016** – Ciência da Computação, Sistemas de Informação
- 13- **Resolução CNE CES 002 de 2019** – Engenharia Ambiental, Civil, de Alimentos, de Computação, de Controle e Automação, de Produção, de Telecomunicações, Elétrica, Eletrônica, Mecânica, Metalúrgica
- 14- **Resolução CNE CP 001 de 2021** – Cursos Tecnólogos em Gestão Ambiental, Gestão de Turismo, Sistemas para Internet
- 15- **Decreto 4.281 de 25/06/2002**, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27/04/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- 16- **Lei nº 10.639/03**, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira;
- 17- **Resolução CNE/CP nº 1, de 17/06/2004**, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- 18- **Decreto nº 5.626, de 22/12/2005**, que Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24/04/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Tal decreto estabelece, em seu Capítulo II, que a disciplina Libras é optativa para alguns; cursos, como o de engenharia, e é obrigatória para outros, como o de licenciatura;
- 19- **Lei 11.645/08**, que torna obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
- 20- **Resolução CNE/CP nº 1, de 30/5/2012**, que apresenta as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- 21- **Lei nº 12.764, de 27/12/2012**, que trata da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- 22- **Lei Nº 13.146/2015**, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

- 23- Portaria Nº 2117 de 06 de dezembro de 2019**, regulamenta a oferta de disciplinas na modalidade a distância nos cursos de graduação presencial;
- 24- Diretrizes Curriculares - Cursos de Graduação Bacharelado e Licenciatura;**
- 25- Carga Horária mínima dos cursos de Graduação**, conforme disposto pelo CNE.
- 26- Plano Nacional de Educação - PNE 2014/2024;**
- 27- Resolução Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018**, Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências;
- 28- Resolução CEPE /Cefet/RJ nº 01/2023**, Aprova as diretrizes para curricularização da extensão no ensino superior;
- 29- Lei nº 10.861, de 20/12/2004**, que em seu Art.11 estabelece que cada Instituição deve constituir uma CPA (Comissão Própria de Avaliação) com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações;
- 30- Resolução CONAES nº 1, de 17/06/2010**, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.
- 31- Ato DIREN Nº 13/2023 – Template para PPC - Sistêmico (2023/2024).**

Anexo I - Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo

Nº 140, quinta-feira, 24 de julho de 2014

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

389



Ministério da Educação
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

PORTARIA Nº 1.244, DE 16 DE JULHO DE 2014

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS, nomeado por Decreto Presidencial de 03 de setembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 04/09/2013, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o que consta no Memorando nº 080/PROAD/IFG/2014, resolve:

I - Aplicar Penalidade à empresa SIRENA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EM GERAL LTDA, CNPJ 10.705.386/0001-90 de acordo com as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8666/1993, bem como o que consta no Processo Administrativo de Penalidade nº 23380.000109/2014-29.

II - Aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, conforme previsto na cláusula décima terceira, no valor de R\$ 4.247,97 (Quatro mil, duzentos e quarenta e sete reais e noventa e sete centavos).

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, pelo prazo de 02 (dois) anos.

VI - Rescindir unilateralmente o Contrato nº 03/2013.

JERONIMO RODRIGUES DA SILVA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 4 DE JULHO DE 2014

Approva Ad Referendum a alteração do § 2º do Art. 1º do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 11.592 de 29 de dezembro de 2008 e o Art. 9º do Estatuto do IFS, considerando o Memorando Eletrônico nº 49/2014 - PROAD, resolve:

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 11.592 de 29 de dezembro de 2008 e o Art. 9º do Estatuto do IFS, considerando o Memorando Eletrônico nº 49/2014 - PROAD, resolve:

I - APROVAR Ad Referendum a alteração do § 2º do Art. 1º do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, aprovado pela Resolução nº 12 de 19 de agosto de 2009, publicada na seção 1 do Diário Oficial da União de 20/08/2009, e alterado pelas Resoluções: 15/2011/CS e 16/2011/CS de 6 de maio de 2011, publicadas na seção 1 do Diário Oficial da União de

27/09/2011; 24/2011/CS de 18 de maio de 2011, publicada na seção 1 do Diário Oficial da União de 22/07/2011; e 33/2014/CS de 28 de março de 2014 publicadas na seção 1 do Diário Oficial da União de 30/04/2014, que a partir desta data passa a vigorar com o acréscimo dos seguintes itens:

- b) Campus Nossa Senhora do Socorro, situado na Avenida Perimetral B, s/n - Conjunto Marcos Freire I, Nossa Senhora do Socorro/SE, CEP: 49160-000;
- i) Campus Poço Redondo, situado na Rodovia SE-230, s/n - Zona Rural, Poço Redondo/SE, CEP: 49810-000;
- j) Campus Propriá, situado na Avenida José Conrado de Araújo, 330 - Centro, Propriá/SE, CEP: 49900-000;
- k) Campus Tobias Barreto, situado na Rodovia Governador Antônio Carlos Valadares, s/n - Conjunto Irmã Dulce, Tobias Barreto/SE, CEP: 49300-000.

II - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

ALTON RIBEIRO DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 403, DE 22 DE JULHO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando a Nota Técnica nº 932/2012 - DIREG/SERES/MEC, constante do Expediente MEC nº 078731.2012-11, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior poderá, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da presente publicação, embargar as informações referentes ao número de vagas, endereço de oferta, denominação e grau do curso.

§ 1º O embargo citado no caput deverá ser realizado pela Instituição no ambiente do sistema e-MEC, momento em que deverá ser apresentada justificativa que respalde a atualização cadastrada solicitada.

§ 2º A Instituição poderá fazer uso da funcionalidade mencionada no caput para confirmar as informações referentes aos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§ 3º A não manifestação da Instituição no prazo mencionado no caput implica a validação automática dos dados cadastrais dos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§ 4º O embargo citado no caput tem por finalidade promover atualização dos dados do Cadastro e-MEC de Cursos e Instituições de Educação Superior, não se constituindo com recurso administrativo eventualmente interposto contra as decisões exarçadas pela presente Portaria.

Art. 3º O reconhecimento dos cursos constantes do Anexo desta Portaria é válido para todos os fins de direito.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

ANEXO

Reconhecimento de Cursos

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	200912475	DANÇA (Licenciatura)	100 (cento)	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	COMUNIDADE EVANGELICA LUTERANA SAO PAULO - CELSP	AVENIDA FARROUPILHA, 801. SÃO JOSÉ, CANOAS/RS
2.	201202714	GEOFÍSICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO, S/N, ASA NORTE, BRASÍLIA/DF
3.	201204546	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cento)	FACULDADE SERIJOY	UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA - ME	RUA TENENTE WENDEL QUARANTA SANTOS, 1.386, SUÍSSA, ARACAJU/SE
4.	200903107	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE DE ITAÚNA	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE ITAÚNA	RUA TULGÊNIO NOGUEIRA, 339, CENTRO, ALMENARA/MG
5.	201206632	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESPÍRITO SANTO	UNIAO DE EDUCACAO E CULTURA GILDASIO AMADIO	RUA FIORAVANTE ROSSI, 2930, MARTINELLI, COLATINA/ES
6.	201203820	ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	AVENIDA ALEXANDRE FERRONATO, 1.206, DISTRITO INDUSTRIAL, SINOP/MT
7.	201206037	CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFRSA	FAZENDA FOMENTO AGRICOLA S/N, ESTRADA ANGIÇOS - RIO VELHO, ZONA RURAL, ANGIÇOS/RN
8.	200903135	DIREITO (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL COMUNITARIA FORMIGUENSE	AVENIDA DOUTOR ARNALDO DE SENNA, 328, ÁGUA VERMELHA, FORMIGA/MG
9.	201208374	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cento)	IPOG - INSTITUTO DE PÓS-GRADUAÇÃO & GRADUAÇÃO	IPOG - INSTITUTO DE PÓS-GRADUAÇÃO & GRADUAÇÃO LTDA - IFF	RUA T - 35, SN, QD 96 LT 11, SETOR BUENO, GOIANIA/GO
10.	201210331	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cento)	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	QUADRA QN3 14, OU PREDIO NOVO, CENTRO METROPOLITANO, QUADRA 01, CELÂNDIA SUL, CELÂNDIA SUL (CELÂNDIA), BRASÍLIA/DF
11.	201110818	DIREITO (Bacharelado)	100 (cento)	FACULDADE FAE BLUMENAU	ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS	RUA SANTO ANTÔNIO, S/N, CENTRO, BLUMENAU/SC
12.	201203275	MEDICINA (Bacharelado)	90 (noventa)	FACULDADE SÃO LUCAS	CENTRO DE ENSINO SÃO LUCAS LTDA	RUA ALEXANDRE GUIMARÃES, 1927, AREAL, PORTO VELHO/RO
13.	200904072	PSICOLOGIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS	RUA MAJOR GOTE, 808, CAÇARAS, PATOS DE MINAS/MG
14.	200903612	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	30 (trinta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR E PESQUISA	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE DIVINÓPOLIS - FUNED	AVENIDA PARANÁ, 3001, JARDIM BELVEDERE II, DIVINÓPOLIS/MG
15.	201206530	HOTELARIA (Tecnológico)	100 (cento)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMARJONS S.A. - SOBREMAM	AVENIDA JOAQUIM NABUCO, 1363, CENTRO, MANAUS/AM
16.	200902020	DIREITO (Bacharelado)	90 (noventa)	LIBERTAS - FACULDADES INTEGRADAS	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL COMUNITARIA DE SÃO PARAÍSO/MG	AVENIDA WENCESLAU BRAS, 1018, LAGONHA, SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG
17.	201114606	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE CAMPINAS	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA EMÍLIA STEFANELLI CEREGATTI, S/N, JARDIM MORUMBI, CAMPINAS/SP
18.	201205075	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE RUY BARBOSA	AREF - ACADEMIA BAHIANA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO LTDA	RUA THEODOMIRO BAPTISTA, 422, MORRO DAS VIVENDAS, RIO VERDE/GO, SALVADOR/BA
19.	201112659	SAÚDE (Bacharelado)	100 (cento)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	RUA BARÃO DE JEREMOABO, S/N, CAMPUS UNIVERSITÁRIO - FERREIRA, ONDINA, SALVADOR/BA
20.	200803174	LOGÍSTICA (Tecnológico)	55 (cinquenta e cinco)	CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA	INSTITUTO CULTURAL NEWTON PAIVA FERREIRA LTDA	AVENIDA CARLOS LUIZ, 800, CAÇARA, BELO HORIZONTE/MG
21.	201210026	ALIMENTOS (Tecnológico)	30 (trinta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	RODOVIA RS - 135, KM 25, INTERIOR, SERTÃO/RS
22.	201210300	ENGENHARIA DE PETRÓLEO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANTA CECÍLIA	RUA OSWALDO CRUZ, 266, BOQUEIRÃO, SANTOS/SP
23.	201210319	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA	UNIBB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA	RUA TAMBURUGY, 474, COLÉGIO DIPLOMATA, PATAMARES, SALVADOR/BA
24.	200903671	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cento)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CARATINGA	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CARATINGA FUNEC	RUA NELCIO CORDEIRO, S/N, ISRAEL, PINHEIRO, NANUQUE/MG
25.	200801163	DIREITO (Bacharelado)	100 (cento)	FACULDADES INTEGRADAS DO EXTREMO SUL DA BAHIA	UNIAO DE EDUCACAO E CULTURA-UNECE	ROD BR 367, KM 14 S/N, EUNÁPOLIS/PORTO SEGURO, ZONA RURAL, EUNÁPOLIS/BA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.mg.gov.br/atencao/declini/>, pelo código 00012014072400389

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



26	201209632	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	CAMPUS JATAÍ, BR 364 192 KM, PARQUE INDUSTRIAL, JATAÍ/GO
27	200902489	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO DE PASSOS	FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE PASSOS	RUA DOUTOR CARVALHO, 1.410, BELO HORIZONTE, PASSOS/MG
28	201206511	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE METROPOLITANA DE MARINGÁ	UNIFAMAR - UNIAO DE FACULDADES METROPOLITANAS DE MARINGÁ LTDA.	AVENIDA MAUA, 2834, ZONA 01, MARINGÁ/PR
29	201109962	GESTÃO DE TURISMO (Tecnológico)	80 (oitenta)	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	AVENIDA ROBERTO SILVEIRA, 1900, MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, DUAS PEDRAS, NOVA FRIBURGO/RJ
30	201210992	QUÍMICA (Licenciatura)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS	AVENIDA JACOB REINALDO HAUPENTHAL, 1580, CENTRO, CERRO LARGO/RS

PORTARIA Nº 404, DE 22 DE JULHO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando a Nota Técnica nº 932/2012 - DIREG/SERES/MEC, constante do Expediente MEC nº 078731.2012-11, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior poderá, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da presente publicação, embargar as informações referentes ao número de vagas, endereço de oferta, denominação e grau do curso.

§ 1º O embargo citado no caput deverá ser realizado pela Instituição no ambiente do sistema e-MEC, momento em que deverá ser apresentada justificativa que respalde a atualização cadastral solicitada.

§ 2º A Instituição poderá fazer uso da funcionalidade mencionada no caput para confirmar as informações referentes aos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§ 3º A não manifestação da Instituição no prazo mencionado no caput implica a validação automática dos dados cadastrais dos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§ 4º O embargo citado no caput tem por finalidade promover atualização dos dados do Cadastro e-MEC de Cursos e Instituições de Educação Superior, não se confundindo com recurso administrativo eventualmente interposto contra as decisões exarçadas pela presente Portaria.

Art. 3º O reconhecimento dos cursos constantes do Anexo desta Portaria é válido para todos os fins de direito.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

ANEXO

Reconhecimento de Cursos

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais admitidas	Manutida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	200902721	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	50 (cinquenta)	INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DE ABAETE	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE DIVINÓPOLIS - FUNEPI	RUA JOÃO GONÇALVES, 191, AMAZONAS, ABAETEMG
2.	200905347	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE BETIM	FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS	AVENIDA GOVERNADOR VALADARES, 640, CENTRO, BETIM/MG
3.	201204562	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE PIRACICABA	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	RUA SANTA CATARINA, S/N, SÍTIO SANTA NEUZA I, PIRACICABAMIR, PIRACICABA/SP
4.	201207291	GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO, S/N, ASA NORTE, BRASÍLIA/DF
5.	201211075	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	AVENIDA MONTEIRO LOBATO, 734, MACEDO, GUARULHOS/SP
6.	201205959	RADIOLOGIA (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE INTEGRADA DE PERANAMBUCO	SOCIEDADE FERNAMBUCANA DE ENSINO SUPERIOR LTDA	AV. CAIXANGA, 4477, IPUATINGA, RECIFE/PE
7.	201217328	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE CASA BRANCA	SOCIEDADE CIVIL DE EDUCACAO CASA BRANCA S S LTDA - ME	RODOVIA SP 340 - KM 30, S/N, RODOVIA CASA BRANCA, RODOVIA, CAÇA BRANCA/SP
8.	201207549	ENGENHARIA MECATRÔNICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	CETEC EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 882, JARDIM ESPLANADA, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
9.	201209044	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	RODOVIA MG - KM 6, 318, CAMPUS FLORESTAL/MG
10.	201207749	CONTROLADORIA E FINANÇAS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	AVENIDA ANTONIO CARLOS, 662, PAMPULHA, BELO HORIZONTE/MG
11.	201204933	OCEANOGRAFIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	AVENIDA DA ABOLIÇÃO, 3207, MEIRELES, FORTALEZA/CE
12.	201206023	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE PITÁGORAS UNIDADE GUARAPARI	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A	RODOVIA JONES DOS SANTOS NEVES, 1000, LAGOA FUNDA, GUARAPARIS
13.	200901072	NEGÓCIOS INTERNACIONAIS (Bacharelado)	220 (duzentas e vinte)	UNIVERSIDADE FUMEC	FUNDAÇÃO MINEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	RUA COBRE, 200, CRUZEIRO, BELO HORIZONTE/MG
14.	201104816	PSICOLOGIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE	RUA SARMENTO LEITE, 245, CENTRO, PORTO ALEGRES/RS
15.	200902301	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE DE ITAÚNA	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE ITAÚNA	RODOVIA MG 431 KM 43, S/N, CAMPUS VERDE, ITAÚNA/MG
16.	200903763	DIREITO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS DE SANTOS DUMONT	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SAO JOSE	AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 547, CENTRO, SANTOS DUMONT/MG
17.	201206594	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	AVENIDA MARECHAL CAMPOS, 1.468, MARUÍPE, VITÓRIA/ES
18.	201210911	ARQUITETOLOGIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO, S/N, TRINDADE, FLORIANÓPOLIS/SC	
19.	201204805	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DO GUARUJÁ	INSTITUTO EDUCACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - IESPP	AVENIDA ADHEMAR DE BARROS, 820, VILA SANTO ANTONIO, GUARULHAS/SP
20.	200903672	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CARATINGA	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CARATINGA FUNEC	RUA NELSON CORDEIRO, S/N, ISRAEL PINHEIRO, NANUQUE/MG
21.	200901984	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES VALE DO CARANGOLA - FAVALE	FUNDAÇÃO FÁBILE DE CARANGOLA	PRACA DOS ESTUDANTES, 23, SANTA EMÍLIA, CARANGOLA/MG
22.	201210410	FÍSICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	AVENIDA FERNANDO CORREA DA COSTA, 2461, CIDADE UNIVERSITÁRIA, BOA ESPERANÇA, CUIABÁ/MT
23.	200904070	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS	RUA MAJOR GOTE, 806, CAIÇARAS, PATOS DE MINAS/MG
24.	201211076	LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS (Licenciatura)	400 (quatrocentos)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	RUA PROFESSOR ARTUR RIEDEL, 275, EL DORADO, DIADEMA/SP

PORTARIA Nº 405, DE 22 DE JULHO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando a Nota Técnica nº 932/2012 - DIREG/SERES/MEC, constante do Expediente MEC nº 078731.2012-11, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior poderá, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da presente publicação, embargar as informações referentes ao número de vagas, endereço de oferta, denominação e grau do curso.

§ 1º O embargo citado no caput deverá ser realizado pela Instituição no ambiente do sistema e-MEC, momento em que deverá ser apresentada justificativa que respalde a atualização cadastral solicitada.

§ 2º A Instituição poderá fazer uso da funcionalidade mencionada no caput para confirmar as informações referentes aos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§ 3º A não manifestação da Instituição no prazo mencionado no caput implica a validação automática dos dados cadastrais dos cursos reconhecidos por esta Portaria.

§ 4º O embargo citado no caput tem por finalidade promover atualização dos dados do Cadastro e-MEC de Cursos e Instituições de Educação Superior, não se confundindo com recurso administrativo eventualmente interposto contra as decisões exarçadas pela presente Portaria.

Art. 3º O reconhecimento dos cursos constantes do Anexo desta Portaria é válido para todos os fins de direito.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO**PORTARIA Nº 3.796, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2005**

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 4.504, de 09 de dezembro de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 23000.017984/2005-86, resolve:

Art 1º Aprovar o Estatuto do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – RJ.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

ANEXO**ESTATUTO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA - RJ****CAPÍTULO I
DA NATUREZA E DAS FINALIDADES**

Art.1º O Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ, com sede na cidade do Rio de Janeiro e atuação em todo o Estado do Rio de Janeiro, criado pela Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, alterada pela Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993, e pela Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, regulamentada pelo Decreto nº 5.224, de 1º de outubro de 2004, pertencente ao Sistema Federal de Ensino, conforme Decreto nº 5.225, de 1º de outubro de 2004, é autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação, detendo autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

§1º O CEFET/RJ é instituição especializada na oferta de educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com atuação prioritária na área tecnológica.

§2º O CEFET/RJ rege-se pelos atos normativos mencionados no *caput* deste artigo, por seu estatuto e regimento e pela legislação em vigor.

§3º O CEFET/RJ é supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

Art.2º O CEFET/RJ tem por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

CAPÍTULO II DAS CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

Art.3^o O CEFET/RJ, observada a finalidade definida no art.2^o, tem como características básicas:

- I. oferta de educação tecnológica, levando em conta o avanço do conhecimento tecnológico e a incorporação crescente de novos métodos e processos de produção e distribuição de bens e serviços;
- II. atuação prioritária na área tecnológica, nos diversos setores da economia;
- III. conjugação, no ensino, da teoria com a prática;
- IV. articulação verticalizada e integração da educação tecnológica aos diferentes níveis e modalidades de ensino, ao trabalho, à ciência e à tecnologia;
- V. oferta de ensino superior de graduação e de pós-graduação na área tecnológica;
- VI. oferta de formação especializada em todos os níveis de ensino, levando em consideração as tendências do setor produtivo e do desenvolvimento tecnológico;
- VII. realização de pesquisas aplicadas e prestação de serviços;
- VIII. desenvolvimento da atividade docente, abrangendo os diferentes níveis e modalidades de ensino, observada a qualificação exigida em cada caso;
- IX. utilização compartilhada dos laboratórios e dos recursos humanos pelos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- X. desenvolvimento do processo educacional que favoreça, de modo permanente, a transformação do conhecimento em bens e serviços, em benefício da sociedade;
- XI. estrutura organizacional flexível, racional e adequada às suas peculiaridades e objetivos;
- XII. integração das ações educacionais com as expectativas da sociedade e as tendências do setor produtivo.

Parágrafo único. Verificado o interesse social e as demandas de âmbito local e regional, poderá o CEFET/RJ, mediante autorização do Ministério da Educação, ofertar os cursos previstos no inciso V fora da área tecnológica.

Art.4^o O CEFET/RJ, observadas a finalidade e as características básicas definidas nos arts. 2^o e 3^o, tem por objetivos:

- I. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, incluídos a iniciação, o aperfeiçoamento e a atualização, em todos os níveis e modalidades de ensino;
- II. ministrar educação de jovens e adultos, contemplando os princípios e práticas inerentes à educação profissional e tecnológica;
- III. ministrar ensino médio, observada a demanda local e regional e as estratégias de articulação com a educação profissional técnica de nível médio;
- IV. ministrar educação profissional técnica de nível médio, de forma articulada com o ensino médio, destinada a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia;
- V. ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
- VI. ofertar educação continuada, por diferentes mecanismos, visando à atualização, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais na área tecnológica;
- VII. ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, nas áreas científica e tecnológica;

VIII. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções tecnológicas de forma criativa e estendendo seus benefícios à comunidade;

IX. estimular a produção cultural, o empreendedorismo, o desenvolvimento científico e tecnológico e o pensamento reflexivo;

X. estimular e apoiar a geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional;

XI. promover a integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, mediante ações interativas que concorram para a transferência e aprimoramento dos benefícios e conquistas auferidos na atividade acadêmica e na pesquisa aplicada.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Seção Única Da Estrutura Básica

Art.5º São princípios norteadores da organização do CEFET/RJ:

- I. manutenção da unidade de administração e patrimônio;
- II. flexibilidade de ensino, pesquisa e extensão ajustável às condições circunstanciais da vida socioeconômica da comunidade, tais como mercado de trabalho, mão-de-obra;
- III. estrutura orgânica que lhe permita manter-se fiel aos princípios fundamentais de planejamento, coordenação, descentralização pela delegação de competência e o indispensável controle;
- IV. desenvolvimento de educação continuada, integrando nível médio e superior, através da oferta de cursos, projetos e programas no âmbito de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 6º A estrutura do CEFET/RJ compreende:

- I. órgão colegiado: Conselho Diretor
- II. órgãos executivos:
 - a) Diretoria-Geral;
 1. Vice-Diretoria-Geral;
 2. Assessorias Especiais;
 3. Gabinete.
 - b) Diretorias de Unidades de Ensino;
 - c) Diretorias Sistêmicas:
 1. Diretoria de Administração e Planejamento;
 2. Diretoria de Ensino;
 3. Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
 4. Diretoria de Extensão;
 5. Diretoria de Gestão Estratégica.
- III. órgão de controle: Auditoria Interna

Parágrafo único. O detalhamento da estrutura operacional do CEFET/RJ, bem como as competências das unidades e as atribuições de seus dirigentes serão estabelecidos em Regimento Geral, aprovado pelo Ministério da Educação.

Art.7º A administração superior do CEFET/RJ terá como órgão executivo a Diretoria-Geral e como órgão deliberativo e consultivo o Conselho Diretor.

Subseção I Do Conselho Diretor

Art.8º O Conselho Diretor é integrado por membros e respectivos suplentes, todos nomeados pelo Ministro de Estado da Educação, sendo:

- I. o Diretor-Geral do CEFET/RJ, na qualidade de membro nato;
- II. um representante do Ministério da Educação;
- III. um representante da Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro;
- IV. um representante da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro;
- V. um representante da Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro;
- VI. um representante dos ex-alunos do CEFET/RJ;
- VII. um representante do corpo discente do CEFET/RJ;
- VIII. um representante dos servidores técnico-administrativos do CEFET/RJ;
- IX. dezesseis representantes do corpo docente do CEFET/RJ, conforme art. 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§1º O representante do Ministério da Educação será indicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

§2º As Federações da Indústria, do Comércio e da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro indicarão seus representantes e respectivos suplentes.

§3º A Associação dos Ex-Alunos indicará seu representante e respectivo suplente.

§4º Os representantes do CEFET/RJ e seus respectivos suplentes serão eleitos como disposto no Regimento Geral.

§5º A Presidência do Conselho Diretor será exercida pelo Diretor-Geral, que terá o voto nominal e o de qualidade.

§6º É vedada a nomeação de servidores da Instituição como representantes das Federações e do Ministério da Educação.

§7º Caso necessário, deverão ser eleitos novos representantes docentes para suplementar o quantitativo previsto no inciso IX deste artigo, de forma a garantir o percentual de 70% (setenta por cento) de membros docentes na composição do Conselho Diretor, de acordo com o estabelecido pelo art. 56 da Lei nº 9.394/96.

Art.9º O mandato dos membros do Conselho Diretor será de 4 (quatro) anos.

§1º É permitida uma única recondução sucessiva de mandato.

§2º Ocorrendo o afastamento definitivo de qualquer dos membros do Conselho Diretor, assumirá o respectivo suplente, para a complementação do mandato originalmente estabelecido.

§3º Na hipótese prevista no § 2º, será escolhido novo suplente para a complementação do mandato original.

Art.10. Ao Conselho Diretor compete:

I. homologar a política geral apresentada pela Direção-Geral nos planos administrativo, econômico-financeiro e de ensino, pesquisa e extensão, por meio de resoluções;

II. submeter à aprovação do Ministério da Educação a proposta de alteração do Estatuto ou do Regimento Geral;

III. acompanhar a execução orçamentária anual;

IV. fiscalizar a execução do orçamento-programa do CEFET/RJ, autorizar-lhe alterações na forma da lei e acompanhar o balanço físico anual e dos valores patrimoniais do CEFET/RJ;

V. apreciar as contas do Diretor-Geral, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros contábeis, dos fatos econômico-financeiros e da execução orçamentária da receita e da despesa;

VI. deliberar sobre valores de contribuições e emolumentos a serem cobrados pelo CEFET/RJ, em função de serviços prestados, observada a legislação pertinente;

VII. autorizar a aquisição e deliberar sobre a alienação de bens imóveis pelo CEFET/RJ;

VIII. deflagrar o processo de escolha, pela comunidade escolar, do nome a ser indicado ao Ministro de Estado da Educação, para o cargo de Diretor-Geral;

IX. aprovar a concessão de graus, títulos e outras dignidades;

X. deliberar sobre a criação de novos cursos, observada a legislação vigente;

XI. autorizar, mediante proposta da Direção-Geral, a contratação, concessão onerosa ou parcerias em eventuais áreas rurais e infra-estruturas, mantidas a finalidade institucional e em estrita consonância com a legislação ambiental, sanitária, trabalhista e das licitações;

XII. deliberar sobre outros assuntos de interesse do CEFET/RJ levados a sua apreciação pelo Presidente do Conselho.

Subseção II **Da Diretoria-Geral**

Art.11. O CEFET/RJ será dirigido pelo Diretor-Geral, nomeado na forma da legislação em vigor, para um mandato de quatro anos, contados da data da posse, permitida uma recondução.

Parágrafo único. O ato de nomeação a que se refere o *caput* levará em consideração a indicação feita pela comunidade escolar, mediante processo eletivo, nos termos da legislação vigente.

Art.12. O Vice-Diretor-Geral substituirá o Diretor-Geral nos seus impedimentos legais e eventuais e será o responsável por acompanhar, coordenar, integrar e supervisionar as ações comuns, bem como promover a articulação entre as Unidades de Ensino.

Art.13. Nas faltas ou impedimentos do Diretor-Geral e do Vice-Diretor-Geral, suas funções serão exercidas pelo Diretor de Ensino.

Art.14. Ao Gabinete compete:

I. assistir o Diretor-Geral, Vice-Diretor e Assessorias em suas representações política e social;

II. preparar e encaminhar expediente do Diretor-Geral, Vice-Diretor-Geral e Assessorias;

III. manter atualizada e controlar o registro de documentação do Diretor- Geral, Vice-Diretor-Geral e Assessorias;

IV. encaminhar os procedimentos administrativos da Diretoria-Geral.

Art.15. Às Assessorias Especiais compete desenvolver trabalhos e assistência relacionados a assuntos específicos definidos pelo Diretor-Geral e de interesse do CEFET/RJ.

Art.16. Pelo menos duas assessorias especiais deverão ser obrigatórias no âmbito do CEFET/RJ, conforme descrito a seguir:

I. Assessoria Jurídica, à qual compete desenvolver trabalhos e assistência relacionados a assuntos de natureza jurídica definidos pelo Diretor-Geral e de interesse do CEFET/RJ;

II. Assessoria de Desenvolvimento Institucional, à qual compete desenvolver trabalhos e assistência relacionados à articulação com o mundo do trabalho, no que tange às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Subseção III Das Diretorias das Unidades de Ensino

Art.17. As Unidades de Ensino estão subordinadas ao Diretor-Geral do CEFET/RJ e têm a finalidade de promover atividades de ensino, pesquisa e extensão, nos termos do Regimento Geral do CEFET/RJ.

Parágrafo único. As Unidades de Ensino serão administradas por um Diretor e seu funcionamento será disciplinado em Regimento próprio.

Subseção IV Da Diretoria de Administração e Planejamento

Art.18. A Diretoria de Administração e Planejamento, exercida por um Diretor nomeado pelo Diretor-Geral, é o órgão encarregado de prover e executar as atividades relacionadas com a administração, gestão de pessoal e planejamento orçamentário do CEFET/RJ e sua execução financeira e contábil.

Subseção V Da Diretoria de Ensino

Art.19. A Diretoria de Ensino, dirigida por um Diretor nomeado pelo Diretor-Geral, é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento do ensino do CEFET/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Diretoria de Extensão.

Subseção VI Da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Art.20. A Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, dirigida por um Diretor nomeado pelo Diretor-Geral, é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação do CEFET/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Ensino e da Diretoria de Extensão.

Subseção VII Da Diretoria de Extensão

Art.21. A Diretoria de Extensão, dirigida por um Diretor nomeado pelo Diretor-Geral, é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, avaliação e controle das atividades de apoio e desenvolvimento da extensão do CEFET/RJ, devendo estar em consonância com as diretrizes da Diretoria de Ensino e Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Subseção VIII Da Diretoria de Gestão Estratégica

Art.22. A Diretoria de Gestão Estratégica, dirigida por um Diretor nomeado pelo Diretor-Geral, é o órgão responsável pela coordenação da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, acompanhamento da execução dos planos e projetos e fornecimento oficial das informações sobre o desempenho do CEFET/RJ.

Subseção IX Da Auditoria Interna

Art.23. A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho Diretor do CEFET/RJ, é o órgão responsável por fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio, no âmbito do CEFET/RJ, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

Art.24. À Auditoria Interna compete:

- I. acompanhar o cumprimento das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional;
- II. verificar o desempenho da gestão da instituição, visando comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos;
- III. examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da instituição e tomada de contas especiais;
- IV. elaborar o plano anual de atividades de auditoria interna do exercício seguinte, bem como o relatório anual de atividades de auditoria interna, a serem encaminhados ao Conselho Diretor.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

Art.25. A Organização Didática refere-se à maneira pela qual serão dispostos os cursos do CEFET/RJ, dentro do princípio de integração dos níveis e modalidades de ensino por ele ministrado.

Parágrafo único. A integração far-se-á pela ordenação e seqüência verticais, considerando-se que os profissionais de nível superior, qualificados pela Instituição, tenham no curso do ensino médio, ou correspondente curso da educação profissional de nível técnico, a base de sua sustentação.

CAPÍTULO V DA COMUNIDADE ESCOLAR

Art.26. A comunidade escolar do CEFET/RJ é composta dos corpos docente, discente e técnico-administrativo.

Parágrafo único. Os direitos e deveres, formas de admissão e regime de trabalho, dentre outros itens referentes à gestão de pessoal, serão discriminados no Regimento Geral e em atos do Diretor-Geral do CEFET/RJ, observada a legislação vigente.

Seção I Do Corpo Docente

Art.27. O regime jurídico do corpo docente será o determinado pela legislação vigente, relativa aos servidores públicos federais, no que couber.

§1º Observar-se-á a legislação aplicável às modalidades de regime de trabalho.

§2º As horas de trabalho a que estejam obrigados os docentes compreendem todas as atividades de ensino, pesquisa, extensão e de administração.

Seção II Do Corpo Discente

Art.28. O corpo discente do Centro será constituído por alunos regulares e por alunos especiais.

§1º São alunos regulares os matriculados nos cursos de educação superior, de ensino médio e de educação profissional nos diferentes níveis, com direito ao respectivo diploma, após o cumprimento integral do currículo.

§2º São alunos especiais, com direito a certificado após a conclusão do curso, os que se matriculam em cursos amparados pela legislação em vigor.

Seção III Do Corpo Técnico-Administrativo

Art.29. O regime jurídico do pessoal técnico-administrativo será o determinado pela legislação vigente, relativa aos servidores públicos federais, no que couber.

CAPÍTULO VI DO REGIME DISCIPLINAR

Art.30. O regime disciplinar do corpo docente e do pessoal técnico-administrativo do CEFET/RJ será o definido em Lei e, no que couber, o constante no Regimento Geral.

Art.31. O regime disciplinar do corpo discente será o estabelecido em Regulamento próprio aprovado pelo Conselho Diretor, observada a legislação vigente.

CAPÍTULO VII DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

Seção I Do Patrimônio

Art.32. O patrimônio do CEFET/RJ é constituído por:

- I. instalações, imóveis e equipamentos que constituem os bens patrimoniais;
- II. bens e direitos adquiridos ou que vier a adquirir.

Art.33. O CEFET/RJ poderá adquirir bens móveis, imóveis e valores, independentemente de autorização, observada a legislação pertinente.

Art.34. O patrimônio do CEFET/RJ constará de cadastro geral, com as alterações devidamente anotadas.

Seção II Do Regime Financeiro

Art.35. Os recursos financeiros do CEFET/RJ serão provenientes de:

- I. dotações que lhe forem anualmente consignadas no Orçamento da União;
- II. doações, auxílios e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidas pela União, Estado ou Município, ou por qualquer entidade pública ou privada;
- III. remuneração de serviços prestados a entidades públicas ou particulares, mediante convênio ou contratos específicos;
- IV. valores de contribuições e emolumentos por serviços prestados que forem fixados pelo Conselho Diretor, com observância da legislação específica sobre a matéria;
- V. resultado das operações de crédito e juros bancários;
- VI. receitas eventuais;
- VII. alienação de bens móveis e imóveis.

Parágrafo único. A expansão e manutenção do CEFET/RJ serão asseguradas basicamente por recursos consignados anualmente pela União.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art.36. O detalhamento do Quadro Demonstrativo dos Cargos de Direção – CD e das Funções Gratificadas – FG do CEFET/RJ será aprovado por meio de portaria do Ministro de Estado da Educação.

§1º A consolidação da nova estrutura de Cargos de Direção e Funções Gratificadas no CEFET/RJ depende de prévia alteração dos quantitativos fixados na forma do Decreto nº 4.310, de 23 de julho de 2002.

§2º Caberá ao Ministério da Educação disciplinar o processo de destinação de novos Cargos de Direção e Funções Gratificadas ao CEFET/RJ, observando-se as seguintes diretrizes:

- I. a destinação de Cargos de Direção e Funções Gratificadas a Unidades de Ensino descentralizadas será efetivada apenas por ocasião de sua efetiva implantação;

Anexo III – Catálogo dos Cursos Superiores de Tecnologia**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**

Publicado em: 06/06/2024 | Edição: 107 | Seção: 1 | Página: 28

Órgão: Ministério da Educação/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 514, DE 4 DE JUNHO DE 2024

Aprova a 4ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia - CNCST e a incorporação de Áreas Tecnológicas aos Eixos Tecnológicos do CNCST e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 42-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 6º, inciso V, e no art. 101 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, na Portaria MEC nº 1.028, de 2 de dezembro de 2020, no art. 9º da Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, e nos arts. 4º e 5º da Resolução CNE/CP nº 2, de 4 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Aprovar, em extrato, a 4ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia - CNCST, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A versão completa da 4ª edição do CNCST estará disponível no seguinte endereço eletrônico: cncst.mec.gov.br.

Art. 2º Aprovar a incorporação de Áreas Tecnológicas aos Eixos Tecnológicos do CNCST e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT, nos termos da Resolução CNE/CP nº 2, de 4 de abril de 2024.

Art. 3º Revogar a Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2024.

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA

ANEXO

EXTRATO DO CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA - 4ª edição

Eixo Tecnológico: AMBIENTE E SAÚDE	
Área Tecnológica: GESTÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE E BEM-ESTAR	
Estética e Cosmética	2.000h
Gestão Hospitalar	2.400h
Oftálmica	2.400h
Podologia	1.600h
Radiologia	2.400h
Sistemas Biomédicos	2.400h
Área Tecnológica: PROTEÇÃO E REABILITAÇÃO DE ECOSISTEMAS	
Gestão Ambiental	1.600h
Gestão de Recursos Hídricos	1.600h
Gestão de Resíduos Sólidos	1.600h
Saneamento Ambiental	1.600h
Eixo Tecnológico: CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	
Área Tecnológica: ELETRÔNICA E AUTOMAÇÃO	
Automação Industrial	2.400h
Eletrônica Industrial	2.400h
Mecatrônica Industrial	2.400h
Área Tecnológica: MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO	
Manutenção de Aeronaves	2.400h
Manutenção Industrial	2.400h
Sistemas Automotivos	2.400h



www.Cefet/RJ.br

Área Tecnológica: METALMECÂNICA	
Fabricação Mecânica	2.400h
Mecânica de Precisão	2.400h
Soldagem	2.400h
Área Tecnológica: SISTEMAS DE ENERGIA	
Eletrotécnica Industrial	2.400h
Energias Renováveis	2.000h
Gestão de Energia e Eficiência Energética	2.400h
Refrigeração e Climatização	2.400h
Sistemas Elétricos	2.400h
Eixo Tecnológico: DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL	
Área Tecnológica: GESTÃO EDUCACIONAL	
Processos Escolares	2.000h
Área Tecnológica: INTERVENÇÃO SOCIAL	
Educação Social	2.000h
Área Tecnológica: TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E PRÁTICAS LABORATORIAIS	
Design Educacional	2.000h
Eixo Tecnológico: GESTÃO E NEGÓCIOS	
Área Tecnológica: COMERCIAL	
Comércio Exterior	1.600h
Gestão Comercial	1.600h
Gestão de Negócios Imobiliários	1.600h
Marketing	1.600h
Área Tecnológica: GERENCIAL	
Comunicação Institucional	1.600h
Gestão da Qualidade	1.600h
Gestão de Cooperativas	1.600h
Gestão de Recursos Humanos	1.600h
Gestão de Serviços Judiciais e Notariais	1.600h
Gestão Pública	1.600h
Logística	1.600h
Processos Gerenciais	1.600h
Secretariado	1.600h
Área Tecnológica: OPERAÇÕES FINANCEIRAS	
Gestão Financeira	1.600h
Eixo Tecnológico: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	
Área Tecnológica: DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	
Agrocomputação	2.400h
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	2.000h
Banco de Dados	2.000h
Internet das Coisas	2.000h
Jogos Digitais	2.000h
Sistemas Embarcados	2.400h
Sistemas para Internet	2.000h
Área Tecnológica: GESTÃO E SEGURANÇA	
Gestão da Tecnologia da Informação	2.000h
Segurança Cibernética	2.000h
Segurança da Informação	2.000h
Área Tecnológica: INFRAESTRUTURA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	
Redes de Computadores	2.000h
Redes de Telecomunicações	2.400h
Sistemas de Telecomunicações	2.400h
Telemática	2.400h
Eixo Tecnológico: INFRAESTRUTURA	



www.Cefet/RJ.br

Área Tecnológica: CONSTRUÇÃO DE OBRAS	
Construção de Edifícios	2.400h
Controle de Obras	2.400h
Estradas	2.400h
Área Tecnológica: MENSURAÇÃO ESPACIAL E VOLUMÉTRICA	
Agrimensura	2.400h
Geoprocessamento	2.400h
Área Tecnológica: OPERAÇÕES DE TRANSPORTE	
Gestão Portuária	2.400h
Pilotagem Profissional de Aeronaves	1.600h
Sistemas de Navegação Fluvial	1.600h
Transporte Aéreo	1.600h
Transporte Terrestre	1.600h
Eixo Tecnológico: MILITAR*	
Área Tecnológica: COMBATE AÉREO	
Comunicações Aeronáuticas	1.600h
Fotointeligência	1.600h
Gerenciamento de Tráfego Aéreo	1.600h
Gestão da Manutenção Aeronáutica Militar	1.600h
Meteorologia Aeronáutica	1.600h
Sistemas de Armas da Aeronáutica	1.600h
Área Tecnológica: COMBATE TERRESTRE	
Artilharia	2.400h
Cavalaria	2.400h
Comunicações Militares	2.400h
Construções Militares	2.400h
Infantaria	2.400h
Intendência	2.400h
Manutenção de Aeronave de Asa Rotativa	2.400h
Manutenção de Armamento Militar	2.400h
Manutenção de Comunicações Militares	2.400h
Manutenção de Viatura Blindada	2.400h
Manutenção de Viatura Militar	2.400h
Manutenção Metalmecânica Militar	2.400h
Música Militar	2.400h
Saúde Militar	2.400h
Topografia Militar	2.400h
Eixo tecnológico: PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	
Este Eixo não possui subdivisão em Áreas Tecnológicas	
Agroindústria	2.400h
Alimentos	2.400h
Laticínios	2.400h
Produção de Cacau e Chocolate	2.400h
Produção de Cachaça	2.400h
Produção de Cerveja	2.400h
Viticultura e Enologia	2.400h
Eixo Tecnológico: PRODUÇÃO CULTURAL E DESIGN	
Área Tecnológica: COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA	
Comunicação Assistiva	1.600h
Escrita Criativa	1.600h
Fotografia	1.600h
Mídias Sociais Digitais	1.600h
Produção Audiovisual	1.600h
Produção Multimídia	1.600h



www.Cefet/RJ.br

Produção Publicitária	1.600h
Área Tecnológica: DESIGN	
Design de Animação	1.600h
Design de Interiores	1.600h
Design de Moda	1.600h
Design de Produto	1.600h
Design Gráfico	1.600h
Área Tecnológica: MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS	
Conservação e Restauro	1.600h
Luteria	1.600h
Produção Cênica	1.600h
Produção Cultural	2.400h
Produção Fonográfica	1.600h
Eixo Tecnológico: PRODUÇÃO INDUSTRIAL	
Área Tecnológica: MANUFATURA	
Construção Naval	2.400h
Gestão da Produção Industrial	2.400h
Processos Metalúrgicos	2.400h
Produção Gráfica	2.400h
Produção Moveleira	2.400h
Área Tecnológica: MATERIAIS	
Cerâmica	2.400h
Polímeros	2.400h
Projetos de Estruturas Aeronáuticas	2.400h
Área Tecnológica: QUÍMICA	
Biocombustíveis	2.400h
Biotecnologia	2.400h
Celulose e Papel	2.400h
Cosméticos	2.400h
Petróleo e Gás	2.400h
Processos Químicos	2.400h
Produção Sucroalcooleira	2.400h
Área Tecnológica: TÊXTIL E VESTUÁRIO	
Produção de Vestuário	2.400h
Produção Joalheira	2.000h
Produção Têxtil	2.400h
Eixo Tecnológico: RECURSOS NATURAIS	
Área Tecnológica: MINERAÇÃO E EXTRAÇÃO	
Mineração	2.400h
Rochas Ornamentais	2.400h
Área Tecnológica: PESCA E AQUICULTURA	
Aquicultura	2.400h
Produção Pesqueira	2.000h
Área Tecnológica: PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA	
Agroecologia	2.400h
Apicultura e Meliponicultura	2.000h
Cafeicultura	2.400h
Fruticultura	2.400h
Gestão do Agronegócio	2.400h
Horticultura	2.400h
Irrigação e Drenagem	2.400h
Mecanização em Agricultura de Precisão	2.400h
Produção de Grãos	2.400h
Área Tecnológica: SILVICULTURA	



www.Cefet/RJ.br

Silvicultura	2.400h
Eixo Tecnológico: SEGURANÇA	
Este eixo não possui subdivisão em Áreas Tecnológicas	
Gestão de Segurança Privada	1.600h
Investigação e Perícia Judicial**	2.400h
Segurança do Trabalho	2.400h
Segurança no Trânsito**	1.600h
Segurança Pública**	1.600h
Serviços Penais**	1.600h
Eixo Tecnológico: TURISMO, HOSPITALIDADE E LAZER	
Área Tecnológica: ACOLHIMENTO E HOSPEDAGEM	
Hotelaria	1.600h
Área Tecnológica: APOIO TÉCNICO A EVENTOS	
Gestão de Eventos	1.600h
Área Tecnológica: ATIVIDADES TURÍSTICAS	
Gestão de Turismo	1.600h
Área Tecnológica: RECREAÇÃO E SOCIABILIDADE	
Gestão Desportiva e de Lazer	1.600h
Área Tecnológica: SERVIÇOS DE GASTRONOMIA	
Gastronomia	1.600h
* Cursos do Eixo Militar são de oferta exclusiva para profissionais da carreira militar.	
** Curso de oferta exclusiva para profissionais da carreira de segurança pública.	

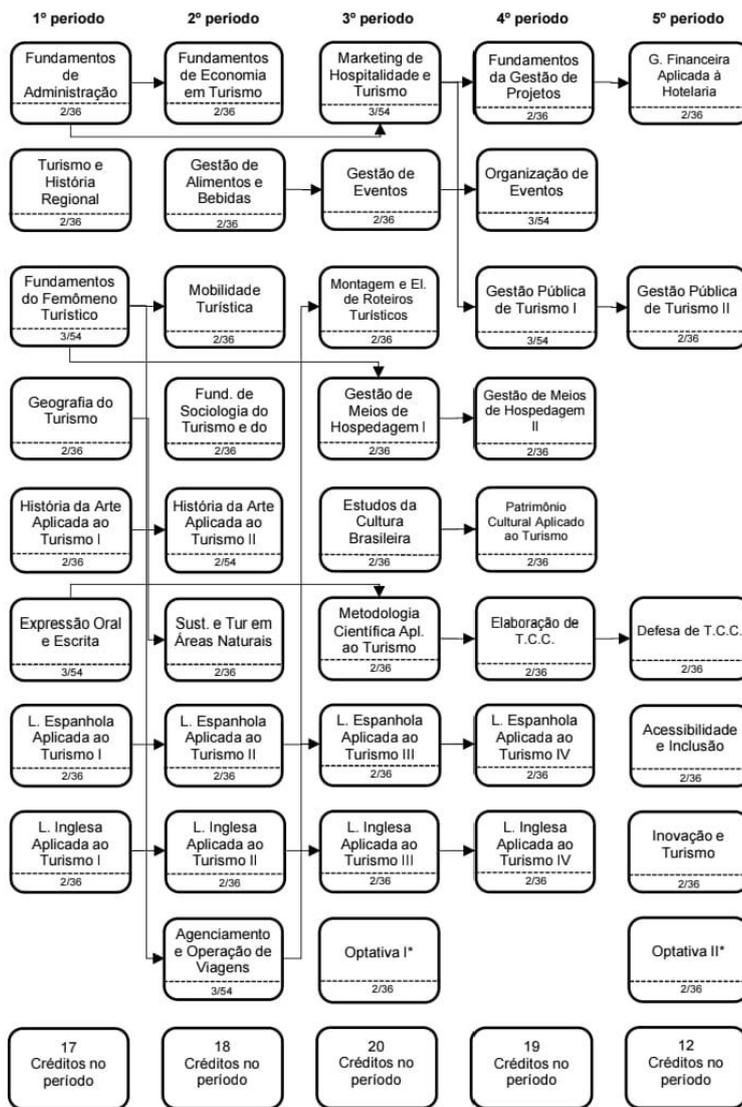
Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Anexo IV - Fluxograma do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo



FLUXOGRAMA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE
TURISMO (2025)



Obs: Os números situados no canto inferior representam, respectivamente, créditos, carga horária e código da disciplina.

Total Geral em hora/aula das disciplinas teóricas obrigatórias: 1260
Total de hora/aula disciplinas optativas: 72 horas
Total de hora/aula extensão: 216 horas
Estágio Supervisionado em Hora Real: 300 horas
Atividades complementares em Hora Real: 90 horas
Total de horas/aula do curso: 1548 horas
Total de horas do curso: 1290 horas
Total de horas do curso (Estágio, Extensão Ativ. Complementares): 1680
Total de créditos do curso: 86

Obs: * A inscrição nas disciplinas optativas é realizada mediante a conclusão de seus pré-requisitos, listados no organograma do curso. O número de disciplinas de escolha condicionada por período e uma sugestão meramente pedagógica.

SERAC - CEFET/RJ CAMPUS NOVA FRIBURGO

Anexo V - Ementas e Bibliografias das Disciplinas do Curso**1º Período**

1º PERÍODO	Fundamentos do Fenômeno Turístico		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	54 h
carga-horária (TEÓRICA)	54 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
Turismo em Perspectiva. Evolução Histórica do Turismo. Lazer e Turismo. Turismo: conceitos e fundamentos teóricos. Impactos do Turismo. Turismo e Hospitalidade. Turismo – fenomenologia, interdisciplinaridade e atividade econômica. O Profissional de Turismo. Organismos Institucionais Representativos do Turismo.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BARRETTO, Margarita. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. 20.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011. 2. BENI, Mário Carlos. Análise Estrutural do Turismo. 13.ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2008. 3. IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do Turismo. São Paulo: Thomson, 2003. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. ASSUNÇÃO, Paulo de. História do Turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX: viagens, espaço e cultura. Barueri, SP: Manole, 2012. 2. CHON, Kye-Sung; SPARROWE, Raymond T. Hospitalidade: conceitos e aplicações. 2.ed.rev. e atual. Rio de Janeiro; Senac, 2014. 3. MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer: formação e atuação profissional. 10ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012. 4. IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Júlia; LIMA, Marcelo Augusto Gurgel de. Turismo: ressignificando sustentabilidade. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2018. 5. PALHARES, Guilherme Lohmann; PANOSSO NETTO, Alexandre. Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas. 2.ed. ampl. e atual. São Paulo: Aleph, 2012. 			

1º PERÍODO	FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
Princípios gerais da administração e evolução das organizações. Métodos científicos: conceito, importância e aplicação na administração. As Escolas e as correntes teóricas da Administração. A Escola das Relações Humanas. O processo e as funções administrativas. Processos de qualidade. Paradigmas da administração. Tipos de Organizações. O ambiente organizacional. Modelos de Gestão e suas características. Características das empresas turísticas e análise de seus componentes. Os conceitos de administração aplicados à atividade turística. Características de bens e serviços. Características dos serviços turísticos.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. ACERENZA, Miguel Ángel. Administração do turismo: conceituação e organização. Bauru, SP: EDUSC, 2002. 2. CASTELLI, Geraldo; CASTELLI - ESCOLA DE HOTELARIA. Administração hoteleira. 9.ed.rev. Caxias do Sul, RS: Canela, RS: EDUCS, Castelli - Escola de Hotelaria de Canela, 2001. 3. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Administração. São Paulo: Atlas, 2007. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BARBOSA, Dalva Regina Ribeiro; MILONE, Giusepe. Estatística aplicada ao turismo e hotelaria. São Paulo: Thonson, 2005. 2. CHIAVENATO, Idalberto. Administração de Recursos Humanos: fundamentos básicos. São Paulo: Manole, 2009. 3. POWERS, Tom; BARROWS, Clayton W. Administração no setor de hospitalidade: turismo, hotelaria, restaurante. São Paulo: Atlas, 2004. 4. TORRE, Francisco de la. Administração hoteleira: parte II: alimentos e bebidas. São Paulo: Roca, 2002 5. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru, 1947-. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006. xxi,491p., il. 			

1º PERÍODO	Geografia do Turismo		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
Geografia e Turismo: a produção do espaço e seus atores. O turismo na sociedade contemporânea globalizada. Turismo como prática socioespacial e seu papel na produção do espaço. Regionalização Turística Brasileira e Fluminense. Panorama da Geografia do turismo no Brasil: principais centros emissores e receptores do turismo. Arcabouço conceitual da geografia (região, território, lugar e paisagem). Cartografia temática voltada ao desenvolvimento e planejamento de atividades turísticas e a interpretação de mapas, cartas e plantas.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Introdução à Geografia do Turismo. 2ª edição. São Paulo: Roca, 2003. 2. SANTOS, Milton, 1926-. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 22.ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. 3. DUQUE, Renato Câmara. O planejamento turístico e a cartografia. São Paulo: Alínea, 2006. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CARLOS, A.F.A. e CARRERAS, C. (orgs.) Urbanização e Mundialização. São Paulo: Contexto, 2005. 2. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Geografia: conceitos e temas. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 3. CRUZ, R. A. Política de Turismo e Território. 3ªed. São Paulo: Contexto, 2002. 4. MARTINELLI, Marcello. Curso de cartografia temática. São Paulo: Contexto, 1991. 5. RODRIGUES, Adyr B. (Org.). Turismo rural. São Paulo: Contexto, 2001. 			

1º PERÍODO	LÍNGUA ESPANHOLA APLICADA AO TURISMO I		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
<p>A disciplina propõe aos discentes do curso uma reflexão sobre a Língua Espanhola e suas variedades peninsular e americana, tomada em seu uso concreto enquanto produto e condição do pensamento, da cultura, da vida social e da identidade dos povos que a utilizam. Serão oferecidos aos alunos os subsídios necessários para o desenvolvimento da compreensão leitora e auditiva, assim como da expressão escrita e oral. Destaca-se ainda que o desenvolvimento das competências linguísticas e gramaticais em Espanhol como Língua Estrangeira (ELE) dar-se-á a partir de diferentes gêneros discursivos e tipologias textuais, materiais autênticos e contextualizados, a fim de melhor capacitar os futuros profissionais da área para o mercado de trabalho. O programa contempla a heterogeneidade da Língua Espanhola na Espanha e na América Latina bem como os fatores que determinaram seus diferentes processos de formação; os serviços, espaços e profissões nos aeroportos; o turismo como serviço; os tipos de turismo: aventura, rural, cultural, religioso e outros; os perfis de turistas.</p>			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> JUAN, Carmen Rosa de (org.). Temas de Turismo. Madrid: Editorial Edinumen, 2007. SEDYCIAS, João. (Org.). O ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro. São Paulo: Parábola, 2005. SILVA, Cecilia Fonseca da.; SILVA, Luz María Pires da. Español a través de textos: estudio contrastivo para brasileños. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> FANJUL, Adrián (org.). Gramática y práctica de español para brasileños: con respuestas. São Paulo: Moderna, 2005. GODED, Margarita; VARELA, Raquel. Bienvenidos: español para profesionales: turismo y hostelería: nivel 1. Madrid: enClave-ele, 2010. MATTE BON, Francisco. Gramática comunicativa del español. 2.ed. Madrid: Edelsa, 1995. MORENO, Concha e TUTS, Martina. Cinco estrellas - Español para turismo. Madrid: SGEL, 2009. REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Diccionario de la lengua española, 23.ª ed., [versión 23.8 en línea]. Disponível em: https://dle.rae.es. Acesso em: 13 jan. 2025. 			

1º PERÍODO	TURISMO E HISTÓRIA REGIONAL		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
Esta disciplina busca traçar um pensamento sobre a história do Estado do Rio de Janeiro, a partir da seguinte cronologia: A chegada dos Portugueses na Baía de Guanabara – A fundação da Cidade do Rio de Janeiro e a ocupação do Recôncavo Fluminense no período colonial – O ouro das Minas Gerais e o Rio de Janeiro – O porto do Rio no Sistema Atlântico Português – A Região Serrana no Período Colonial - O período joanino e as transformações no espaço urbano da Cidade do Rio de Janeiro – O Rio de Janeiro no Séc. XIX: a Corte e a Província – A Região Serrana no Período Monárquico: A “Cidade Imperial” e a Imigração Européia - A Instauração do regime republicano – A era das reformas urbanas na Cidade do RJ – A industrialização e a expansão urbana desordenada da Cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal) e seus reflexos no Estado do Rio de Janeiro – A transferência da Capital e a perda da centralidade – Estado do Rio de Janeiro e Estado da Guanabara: da década de 1960 à fusão – O Estado do Rio de Janeiro e a Região Serrana na atualidade.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. ASSUNÇÃO, Paulo de. História do Turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX: Viagens, espaço e cultura. Barueri, SP: Manole, 2012. 2. DIAS, Reinaldo. Introdução ao Turismo. São Paulo: Editora Atlas, 2013. 3. CAMARGO, Haroldo Leitão. Uma Pré-História do Turismo no Brasil. Recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850). São Paulo: Aleph, 2007. (Série Turismo) 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BARBOSA, Ycarim Melgaço. História das Viagens e do Turismo. São Paulo: Aleph, 2002. 2. LINHARES, Maria Yedda (org.) História Geral do Brasil. Ensevier Editora: Rio de Janeiro, 2000. 3. CASCUDO, Luís da Câmara. História da alimentação no Brasil. 3.ed. São Paulo: Global, 2004. 4. PIRES, Mario Jorge. Raízes do turismo no Brasil: hóspedes, hospedeiros e viajantes no século XIX. São Paulo: Manole, 2001. 5. MENESES, José Newton Coelho. História & turismo cultural. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 127p. 			

1º PERÍODO	História da Arte aplicada ao Turismo I		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
A disciplina propõe o estudo das cidades do nosso período colonial (séc.XVI-séc.XVIII). A disciplina de História da Arte I, ao propiciar ao aluno conhecimento sobre os diferentes campos da arte desenvolvidos no decorrer desses séculos (pintura, escultura, arquitetura, decoração), tornando o aluno capacitado a reconhecer os grandes movimentos artísticos do período: Maneirismo, Barroco, Rococó e Neoclássico.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. GOMBRICH, E. H. A história da arte. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, c1999. 2. Oliveira, Myriam Andrade Ribeiro de. Barroco e Rococó nas Igrejas do Rio de Janeiro. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2008. (Os 3 Volumes). 3. PENELOPE J. E. DAVIES et al. A nova história da Arte de Janson: A tradição ocidental. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Arquitetura no Brasil: de Cabral a Dom João VI. Chico Mendes, Francisco Veríssimo, William Bittar. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007. 2. Bury, John. Arquitetura e Arte no Brasil Colonial / John Bury; organizadora Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira. – Brasília, DF: IPHAN /MONUMENTA. Acesso: http://portal.iphan.gov.br/files/johnbury.pdf 3. HAUSER, Arnold: Maneirismo: a crise da renascença e o surgimento da arte moderna . São Paulo: Perspectiva: 1976. 4. Fazendas do Sul de Minas / Cícero Ferraz Cruz. – Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010. 			

1º PERÍODO	EXPRESSÃO ORAL E ESCRITA		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
Linguagem e comunicação. Análise interpretativa e produção de textos. Diversidade linguística: variedade e adequação no uso do português. A visão do preconceito linguístico. Modalidade oral e modalidade escrita. Procedimentos de coesão e coerência. Operadores argumentativos. Conceitos de tipologia textual e gênero discursivo. Produção de textos expositivos e argumentativos. Revisão linguística. Normas técnicas para a produção de textos acadêmicos.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BAGNO, M. Preconceito linguístico: O que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 2. FIORIN, José Luís e SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto. São Paulo: Ática, 1990. 3. MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem. Bauru: EDUSC, 2002. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BLIKSTEIN, I. Técnicas de comunicação escrita. 22. ed., 7. impr. São Paulo: Ática, 2003. 2. GARCIA, Othon Moacir. Comunicação em prosa moderna. 23ª ed. Editora Editora FGV, 2000. 3. KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. 3. ed.rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 4. KOCH, I. A coesão textual. 21.ed. São Paulo: Contexto, 2008. 5. MARTINS, Dileta Silveira. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 24ª ed. Editora Sagra Luzzatto, 2003. 			

1º PERÍODO	LÍNGUA INGLESA APLICADA AO TURISMO I		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
<p>Este curso é voltado para pessoas que atuarão na área de Turismo e áreas afins em que as competências em língua inglesa seja necessária. São apresentadas aos alunos e alunas situações do cotidiano de um profissional de turismo por meio do uso de funções comunicativas básicas, motivando o uso das estruturas da língua de maneira reflexiva e contextualizada. Enfatiza-se o aprimoramento da compreensão auditiva e leitora, bem como das habilidades de expressão oral e escrita por meio do uso de materiais autênticos e coerentes com a atuação profissional dos futuros turismólogos. O programa está delineado em torno dos seguintes pontos: Socializar-se, dar e pedir informações pessoais; Organizar um discurso de apresentação e boas-vindas; Organizar um discurso apresentando outras pessoas; Nacionalidades; Falar sobre profissões e locais de trabalho; Narrar ações cotidianas e tarefas diárias; Expressar frequência de ações cotidianas.</p>			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Dicionário Larousse: inglês-português, português-inglês: essencial. 1. ed. São Paulo: Larousse, 2005. 2. DUBICKA, Iwonna; O'KEEFFE, Margaret. English for international tourism: pre-intermediate students' book. Harlow: Longman, 2003. 3. STOTT, Trish; BUCKINGHAM, Angela. At your service: english for the travel and tourist industry. Oxford: Oxford University Press, 2008. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CATUREGLI, Maria Genny. Dicionário inglês-português: turismo, hotelaria e comércio exterior. 4.ed. ampl. e atual. São Paulo: Aleph, 2004. 2. MURPHY, Raymond. Essential grammar in use: a self-study reference and practice book for elementary students of English: with answers. 3rd.ed.. -. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. 3. O'HARA, Francis. Be my guest: English for the hotel industry. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 4. O'MALLEY, J. Michael; CHAMOT, Anna Uhl. Learning strategies in second language acquisition. New York: Cambridge University Press, 1990. 5. SCHUMACHER, Cristina; COSTA, Francisco da. Inglês para turismo e hotelaria: a comunicação essencial para o seu dia-a-dia. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2007. 			

2º Período

2º PERÍODO		FUNDAMENTOS DE ECONOMIA EM TURISMO	
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
<p>Conceito, objeto de estudos e variáveis de conjuntura econômica aplicadas à compreensão do fenômeno do turismo. Fronteira de Possibilidades de Produção (FPP) da economia. Aspectos básicos da história do pensamento econômico. As leis gerais da demanda e da oferta na economia. O conceito de elasticidade e suas aplicações na economia. Externalidades e bens públicos. Aspectos básicos de política macroeconômica. As políticas fiscais, monetárias e cambiais e seus reflexos na organização e operacionalização do turismo no Brasil e no mundo.</p>			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. MANKIWI, N. Gregory. Introdução à Economia. 4ª. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020. 2. SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira; KADOTA, Décio Katsushigue. Economia do turismo. São Paulo: Aleph, 2012. 3. KRUGMAN, P. Introdução à Economia. Rio de Janeiro: Campus, 2007. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. MATIAS, Álvaro. Economia do turismo: teoria e prática. Lisboa: Instituto Piaget, 2007. 2. VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. Introdução à economia. 10ª ed. São Paulo: Frase, 2010. 3. FERNANDES, Ivan Pereira. Economia do turismo: teoria e prática. Rio de Janeiro, Campus, 2002. 4. LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. Economia do turismo. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. 5. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. Economia: micro e macro. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006. 			

2º PERÍODO	GESTÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
<p>A disciplina aborda a história da alimentação e da gastronomia, terminologia, higiene e segurança na produção de alimentos e a gestão de serviços de alimentos e bebidas nos diversos tipos de empreendimentos. Conhecer o histórico da Gastronomia. Identificar os principais aspectos envolvidos no processo de gestão de restaurantes. Proporcionar ao aluno conhecimentos básicos sobre os fundamentos de gestão de Alimentos e Bebidas para que ele possa aplicá-los e o entendimento sobre interligações entre as diversas atividades executadas em um restaurante. Montagem de cardápios e Segurança alimentar.</p>			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. DAVIES, Carlos Alberto. Alimentos & Bebidas. Caxias do Sul: Educs, 2001. 2. FREUND, Francisco Tommy. Alimentos e Bebidas – Uma visão gerencial. Senac Nacional.2008 3. TEICHMAN, Ione Mendes. Cardápios – Técnicas / criatividade. Caxias do Sul: Educs, 2000. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BARRETO, Ronaldo Lopes Pontes. Passaporte para o sabor: tecnologias para a elaboração de cardápios. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2010. 2. PACHECO, Aristides de Oliveira. Manual do maître d'hotel. São Paulo: Senac.2006 3. BRILLAT, Savarim. A filosofia do gosto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 4. SCHÜTER Regina G. Gastronomia e Turismo. São Paulo: Aleph, 2003. 5. SPANG, L. Rebecca. A invenção do restaurante. Record, 2006 			

2º PERÍODO	Sustentabilidade e Turismo em Áreas Naturais		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	18 h	carga-horária (EXTENSÃO)	18 h
EMENTA			
A sustentabilidade e a temática relativa ao ecodesenvolvimento. Acordos internacionais ambientais, objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), mudança climática, mercado do carbono e turismo. Ecoturismo. Práticas de educação ambiental e o turismo. Turismo Sustentável. Turismo de base comunitária. Modalidades da atividade do turismo em ambientes naturais. Turismo Rural. Turismo em unidades de conservação. Planos de manejo. Turismo em territórios quilombolas. Turismo em Terras Indígenas.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Desenvolvimento de Projetos de Extensão que integrem iniciativas comunitárias de gestão de turismo em áreas naturais, unidades de conservação, áreas de produção agrícola, agroecológica, e/ou com populações tradicionais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. DIEGUES, A.C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec.1998. 2. IRVING, Marta da Azevedo; RODRIGUES, Camila Gonçalves; RABINOVICI, Andrea; COSTA, Helena Araújo(orgs). Turismo, Áreas Protegidas e Inclusão social. Diálogos entre saberes e fazeres. Folio Digital. Rio de Janeiro, 2015. 3. SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. EMBRATUR/IBAMA. Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Brasília: INCT. 1994. 2. DIAS, Reinaldo. Turismo Sustentável e Meio Ambiente. São Paulo: Atlas, 2003 3. CONFERÊNCIA MUNDIAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL. Carta de Lanzarote. Lanzarote. Espanha, 1995. 4. COSTA, Patrícia Côrtes. Unidades de conservação: matéria-prima do ecoturismo. Sollus Distribuidora, 2002. 5. COSTA, N. M. C. da; NEIMAN, Z.; COSTA, V. C. da. (orgs). Pelas trilhas do ecoturismo. São Carlos: RiMa , 2008. 			

2º PERÍODO	MOBILIDADE TURÍSTICA		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
A disciplina destaca a importância dos transportes para o planejamento turístico. Apresenta conceitos e classificações adotados na literatura especializada desta área do conhecimento. Além disso, propõe uma discussão mais ampla a respeito da mobilidade urbana para o direito à cidade. Acessibilidade nos transportes turísticos.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
1.PAGE, Stephen, 1963-. Transporte e turismo: perspectivas globais. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2008. 432p. 2.PALHARES, Guilherme Lohmann, 1973-. Transportes turísticos. 2.ed.rev. São Paulo: Aleph, 2002. 347p. 3.PALHARES, Guilherme Lohmann, 1973-; FRAGA, Carla; CASTRO, Rafael. Transportes e destinos turísticos: planejamento e gestão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 244 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
1. DIAS, Reinaldo. Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 226 p. 2. LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. 176p. 3. PAOLILLO, André Milton; REJOWSKI, Mirian. Transportes. 3.ed. São Paulo: Aleph, 2003. 4. PORTUGAL, L. da S. Transporte, mobilidade e desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. 5.TORRE, Francisco de la. Sistemas de transporte turísticos. São Paulo: Roca, 2002.			

2º PERÍODO	FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA DO TURISMO E DO LAZER		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
O pensamento sociológico clássico e contemporâneo e a reflexão de suas diferentes escolas sobre a atividade humana: trabalho, cultura, lazer e ócio. O turismo e o lazer enquanto fenômenos contemporâneos e sua análise sociológica. A modernidade e os processos relacionados ao desenvolvimento do turismo e do lazer: urbanização, industrialização, globalização. A reflexão sobre a qualidade de vida e a utilização do tempo livre. Perfil sociológico do turista. Espaço e sociedade.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BARRETO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 09, n. 20, 2003. 2. BRUHNS, Heloísa. Explorando o lazer contemporâneo: entre a razão e a emoção. Movimento, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.93-104, maio/agosto de 2004 3. FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Entre tapas e beijos: A favela turística na perspectiva de seus moradores. Sociedade e Estado (UnB. Impresso), v. 25, p. 33-51, 2010. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BANDUCCI Jr., Álvaro; BARRETTO, Margarita. (Org.). Turismo e identidade local: uma visão antropológica. Campinas: Papirus, 2006. 2. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 3. GRÜNEWALD, Rodrigo de A. Turismo e etnicidade. Horizontes antropológicos, vol. 20. N. 9, pp. 141-159, 2003 4. URRY, John. O olhar do Turista Lazer e viagens nas cidades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001. 			

2º PERÍODO	LÍNGUA ESPANHOLA APLICADA AO TURISMO II		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
<p>A disciplina propõe aos discentes do curso uma reflexão sobre a Língua Espanhola e suas variedades peninsular e americana, tomada em seu uso concreto enquanto produto e condição do pensamento, da cultura, da vida social e da identidade dos povos que a utilizam. Serão oferecidos aos alunos os subsídios necessários para o desenvolvimento da compreensão leitora e auditiva, assim como da expressão escrita e oral. Destaca-se ainda que o desenvolvimento das competências linguísticas e gramaticais em Espanhol como Língua Estrangeira (ELE) dar-se-á a partir de diferentes gêneros discursivos e tipologias textuais, materiais autênticos e contextualizados, a fim de melhor capacitar os futuros profissionais da área para o mercado de trabalho. O programa contempla a gastronomia hispânica (tipos de atividades: tradicional, moderna, restaurantes temáticos e outros; profissões da área; diversidade gastronômica no mundo hispânico; os hábitos de alimentação na Espanha e na América Latina; o turismo gastronômico: destinos de viagem). Considera também os alojamentos turísticos (classificação dos alojamentos turísticos; alojamentos hoteleiros; serviços hoteleiros, outros alojamentos: <i>camping</i>, pousadas, apartamentos turísticos, albergues etc., e profissões da área).</p>			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> JUAN, Carmen Rosa de (org.). Temas de Turismo. Madrid: Editorial Edinumen, 2007. SEDYCIAS, João. (Org.). O ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro. São Paulo: Parábola, 2005. SILVA, Cecilia Fonseca da.; SILVA, Luz María Pires da. Español a través de textos: estudio contrastivo para brasileños. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> FANJUL, Adrián (org.). Gramática y práctica de español para brasileños: con respuestas. São Paulo: Moderna, 2005. GODED, Margarita; VARELA, Raquel. Bienvenidos: español para profesionales: turismo y hostelería: nivel 1. Madrid: enClave-ele, 2010. MATTE BON, Francisco. Gramática comunicativa del español. 2.ed. Madrid: Edelsa, 1995. MORENO, Concha e TUTS, Martina. Cinco estrellas - Español para turismo. Madrid: SGEL, 2009. REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: <i>Diccionario de la lengua española</i>, 23.ª ed., [versión 23.8 en línea]. Disponível em: https://dle.rae.es. Acesso em: 13 jan. 2025. 			

2º PERÍODO	História da Arte aplicada ao Turismo II		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
A disciplina visa apresentar aos alunos o patrimônio artístico do século XIX e XX, (pintura, escultura e arquitetura), promovendo, assim, a reabilitação das correntes artísticas e arquitetônicas do período delimitado, que abarca da presença da Missão Francesa no Brasil, passando por movimentos como o Romantismo e o Realismo, até as vanguardas do Século XX e a Contemporaneidade da arte.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
1. AMARAL, Aracy A. Artes Plásticas na Semana de 22. São Paulo: Editora 34, 2001. 2. BENEVOLO, Leonardo. História da Arquitetura Moderna. São Paulo: Perspectiva, 2011. 5 3. PENELOPE J. E. DAVIES et al. A nova história da Arte de Janson: A tradição ocidental. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
1. SCHAPIRO, Meyer. A arte moderna: séculos XIX e XX: ensaios escolhidos. São Paulo: EDUSP, 2010. 2. ARCHER, Michael. Arte contemporânea: uma história concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 3. ARGAN, Giulio Carlo. Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.			

2º PERÍODO	LÍNGUA INGLESA APLICADA AO TURISMO II		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
<p>Este curso é voltado para pessoas que atuarão na área de Turismo e áreas afins em que as competências em língua inglesa seja necessária. São apresentadas aos alunos e alunas situações do cotidiano de um profissional de turismo por meio do uso de funções comunicativas básicas, motivando o uso das estruturas da língua de maneira reflexiva e contextualizada. Enfatiza-se o aprimoramento da compreensão auditiva e leitora, bem como das habilidades de expressão oral e escrita por meio do uso de materiais autênticos e coerentes com a atuação profissional dos futuros turismólogos. O programa está delineado em torno dos seguintes pontos: Fazer uma reserva em hotel; Lidar com questionamentos ao telefone; Alugar um carro; Fazer um planejamento de viagem; Descrever alimentos e bebidas e anotar pedidos em um restaurante; Lidar com reclamações.</p>			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Dicionário Larousse: inglês-português, português-inglês: essencial. 1. ed. São Paulo: Larousse, 2005. 2. DUBICKA, Iwonna; O'KEEFFE, Margaret. English for international tourism: pre-intermediate students' book. Harlow: Longman, 2003. 3. STOTT, Trish; BUCKINGHAM, Angela. At your service: english for the travel and tourist industry. Oxford: Oxford University Press, 2008. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CATUREGLI, Maria Genny. Dicionário inglês-português: turismo, hotelaria e comércio exterior. 4.ed. ampl. e atual. São Paulo: Aleph, 2004. 2. MURPHY, Raymond. Essential grammar in use: a self-study reference and practice book for elementary students of English: with answers. 3rd.ed.. - Cambridge: Cambridge University Press, 2007. 3. O'HARA, Francis. Be my guest: English for the hotel industry. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 4. O'MALLEY, J. Michael; CHAMOT, Anna Uhl. Learning strategies in second language acquisition. New York: Cambridge University Press, 1990. 5. SCHUMACHER, Cristina; COSTA, Francisco da. Inglês para turismo e hotelaria: a comunicação essencial para o seu dia-a-dia. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2007. 			

2º PERÍODO	Agenciamento e Operação de Viagens		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
Aspectos históricos, conceituação e classificações das agências de turismo. Legalização das agências de viagens. Produtos turísticos e principais fornecedores do agenciamento. Tecnologias e canais de distribuição. Processos de intermediação, desintermediação e reintermediação. Códigos e termos específicos do agenciamento. Cargos e funções no agenciamento. Agências e serviços receptivos. Serviços emissivos de apoio a viagens.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. ABRANJA, N., MAGALHÃES, C. Gestão de agências de viagens e turismo. 2ed. Lisboa: Lidel, 2018. 2. BRAGA, Débora Cordeiro (org.) Agências de Viagens e Turismo: Práticas de Mercado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 3. DANTAS, José Carlos de Sousa. Qualidade do atendimento nas agências de viagens. 2ed. São Paulo: Roca, 2008. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. LUPPA, L. P. Os 12 mandamentos do agente de viagens de sucesso. São Paulo: Resultado, 2012. 2. MAMEDE, Gladston. Agências, viagens e excursões: regras jurídicas, problemas e soluções. São Paulo: Manole, 2003. 3. MARIN, Aitor. Tecnologia da informação nas agências de viagens: em busca da produtividade e do valor agregado. São Paulo: Aleph, 2004. 4. PETROCCHI, Mario; BONA, André Luís Viola. Agências de Turismo: Planejamento e Gestão. São Paulo: Futura, 2003. 5. SANTOS, C. M. dos. Consolidadores de turismo: serviços e distribuição. São Paulo: Thomson, 2004. 			

3º Período

3º PERÍODO	GESTÃO DE MEIOS DE HOSPEDAGEM I		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	54 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	18 h
EMENTA			
<p>Conhecer o histórico mundial e brasileiro da evolução da hotelaria. Reconhecer a importância dos tipos de meios de hospedagem existentes no mundo e a classificação hoteleira no Brasil. Identificar os principais aspectos envolvidos no processo de gestão de qualidade na prestação de serviços. Proporcionar ao aluno conhecimentos básicos sobre hotelaria, sistemas hoteleiros e seus termos técnicos para que ele possa aplicá-los no exercício da profissão sendo um agente multiplicador da hospitalidade. Hotéis sustentáveis. Acessibilidade nos meios de hospedagem.</p>			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Elaboração de projeto de extensão em parceria com meios de hospedagem e entidades locais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CÂNDIDO, Indio; Vieira, Elenara Vieira de. Gestão de Hotéis. Educ, 2003 2. ANDRADE, Nelson et al. Hotel Planejamento e Projetos. Senac, 2004 3. VIEIRA, Elenara Vieira de. Controles em Hotelaria. Caxias do Sul: Educ, 2007 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1-Senac, Pousada como Montar e Administrar. Senac,2006 2-CÂNDIDO, Indio. Governança em Hotelaria. Caxias do Sul: Educ.2008 3-PÉREZ, Luis De Muro, Manual prático de recepção hoteleira. Roca.2010 4-FLORES, Paulo Silas Ozores. Treinamento em qualidade: fator de sucesso para desenvolvimento de hotelaria e turismo. São Paulo: Roca, 2002. 5-CAON, Mauro; Gestão estratégica e serviço de Hotelaria. Atlas, 2009. 			

3º PERÍODO	MARKETING DE HOSPITALIDADE E TURISMO		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	54 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	18 h
EMENTA			
Introdução ao Marketing. Conceitos e Fundamentos do Marketing. Marketing e Turismo. Marketing de Serviços. Planejamento Estratégico e o Processo de Marketing. Posicionamento e Segmentação de Mercado. Comportamento do Consumidor-turista. Pesquisa de Mercado. Gestão da Imagem de localidades e Empresas Turísticas. Sistema de Informação em Marketing. Ações Promocionais do Ministério do Turismo e EMBRATUR. Tendências e Práticas do Marketing no Turismo.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Elaboração de plano de marketing para instituições públicas ou privadas de turismo na localidade e adjacências como atividade de extensão.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> DIAS, Reinaldo; CASSAR, Maurício. Fundamentos do Marketing Turístico. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. KOTLER, Philip. Administração de Marketing. 14 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 201 TRIGUEIRO, Carlos Meira. Marketing e Turismo: como planejar e administrar o marketing turístico para uma localidade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> COBRA, Marcos. Administração de marketing no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 2015. KOTLER, Philip. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Ediouro, 2009. KOTLER, Philip; GERTNER, David; REIN, Irving; HAIDER, Donald. Marketing de Lugares: como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. MORRISON, Alastair M. Marketing de Hospitalidade e Turismo. São Paulo: Cengage Learning, 2012. SWARBROOKE, John; HORNER, Susan. O Comportamento do Consumidor no Turismo. São Paulo: Aleph, 2002. 			

3º PERÍODO	GESTÃO DE EVENTOS		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
<p>Analisar a importância da organização de eventos e sua importância dentro do contexto turístico. Apresenta conceitos, classificações, tipologia, teoria e técnica da organização e planejamento de eventos. Serão abordados elementos teóricos e técnicos dos processos de planejamento e operacionalização de eventos, abordando questões sociais e culturais que permeiam a elaboração de eventos, contudo, o viés mercadológico e administrativo será a ênfase principal desta matéria.</p>			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. GIACAGLIA, Maria Cecília. Gestão estratégica de eventos: teoria, prática, casos, atividades. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 2. ALLEN, Johnny. Organização e gestão de eventos. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2008. 3. ZANELLA, Luiz Carlos. Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2012. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. MATIAS, Marlene. Organização de eventos: procedimentos e técnicas. 5.ed. Barueri, SP: Manole, 2010. 2. GIACAGLIA, Maria Cecília. Organização de eventos: teoria e prática. São Paulo: Cengage Learning, 2003. 3. MELO NETO, Francisco Paulo de. Criatividade em eventos. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2008. 119 p. (Turismo contexto). 4. WAINBERG, Jacques A. Turismo e comunicação: a indústria da diferença. São Paulo: Contexto, 2003. 91 5. CANTON, A. M. Evento: ferramenta de sustentação para organização do terceiro setor. São Paulo: 2002. 			

3º PERÍODO	LÍNGUA ESPANHOLA APLICADA AO TURISMO III		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
A disciplina propõe aos discentes do curso uma reflexão sobre a Língua Espanhola e suas variedades peninsular e americana, tomada em seu uso concreto enquanto produto e condição do pensamento, da cultura, da vida social e da identidade dos povos que a utilizam. Serão oferecidos aos alunos os subsídios necessários para o desenvolvimento da compreensão leitora e auditiva, assim como da expressão escrita e oral. Destaca-se ainda que o desenvolvimento das competências linguísticas e gramaticais em Espanhol como Língua Estrangeira (ELE) dar-se-á a partir de diferentes gêneros discursivos e tipologias textuais, materiais autênticos e contextualizados, a fim de melhor capacitar os futuros profissionais da área para o mercado de trabalho. O programa contempla o estudo dos diferentes meios de transportes: aéreo, ferroviário e aquático; os acontecimentos históricos nos países hispânicos (Espanha e as três culturas; a conquista do paraíso: 1492; as culturas pré-hispânicas: incas, maias e astecas; as guerras de independência na América Latina; a guerra civil espanhola, o franquismo e a transição espanhola à Democracia); os relatos de viagem.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> JUAN, Carmen Rosa de (org.). Temas de Turismo. Madrid: Editorial Edinumen, 2007. SEDYCIAS, João. (Org.). O ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro. São Paulo: Parábola, 2005. SILVA, Cecilia Fonseca da.; SILVA, Luz María Pires da. Español a través de textos: estudio contrastivo para brasileños. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> FANJUL, Adrián (org.). Gramática y práctica de español para brasileños: con respuestas. São Paulo: Moderna, 2005. GODED, Margarita; VARELA, Raquel. Bienvenidos: español para profesionales: turismo y hostelería : nivel 1. Madrid: enClave-ele, 2010. MORENO, Concha e TUTS, Martina. Cinco estrellas - Español para turismo. Madrid: SGEL, 2009. REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: <i>Diccionario de la lengua española</i>, 23.ª ed., [versión 23.8 en línea]. Disponível em: https://dle.rae.es. Acesso em: 13 jan. 2025. THEROUX, Paul. Why we travel. The New York Times, Nova Iorque, 1 de Abril de 2011. Disponível em: https://www.nytimes.com/2011/04/03/travel/03Cover.html. Acesso em: 13 jun. 2024. 			

3º PERÍODO	ESTUDOS DA CULTURA BRASILEIRA		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
A disciplina propõe o estudo dos Conceitos de Cultura, Relativismo Cultural, Interpretação das Culturas, Identidade, Memória etc. A disciplina contempla os debates, dos séculos XIX e XX, sobre a miscigenação racial no Brasil, a suposta valorização do negro e do mestiço na segunda metade do século XX e as manifestações de matriz africana e indígena que são reconhecidas e valorizadas na contemporaneidade. A disciplina contempla, igualmente, o cinema nacional e o funk como manifestações culturais.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. ORTIZ, Renato, 1947-. Cultura brasileira e identidade nacional. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 2. GEERTZ, Clifford, 1926-2006. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC Ed., 2008 3. HALL, Stuart, 1932-2014. A identidade cultural na pós-modernidade. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BURKE, Peter. Cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010. 2. HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 19.ed. São Paulo: Loyola, 2010. 3. GARCÍA CANCLINI, Néstor, Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 4 SCHWARCZ, Lilia Moritz. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos. In: Mal-estar na Cultura. IFCH/UFRGS/ Abril-Novembro de 2010. 5 VIANNA, Hermano, O mistério do samba. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.:Ed. UFRJ, 2010. 			

3º PERÍODO	METODOLOGIA CIENTÍFICA APLICADA AO TURISMO		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
A ciência e o conhecimento dito “científico”. Busca, leitura e organização de referências bibliográficas e documentais. A estrutura de um trabalho acadêmico. Aspectos da introdução de um trabalho acadêmico. O referencial teórico e o debate conceitual de um trabalho acadêmico. Procedimentos metodológicos e tipos de pesquisa. Aspectos característicos de um estudo de caso. A pesquisa documental no campo do turismo. A pesquisa experimental e suas nuances no turismo. Aspectos e princípios básicos da etnografia, da pesquisa participante e da pesquisa-ação no campo do turismo. Instrumentos de coleta de dados aplicados para cada um dos tipos de pesquisa.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
1. CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson/ Prentice Hall, 2007. 2. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 3. SANTOS, João Almeida; PARRA FILHO, Domingos. Metodologia científica. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
1. FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3.ed. São Paulo: Artmed, 2009. 2. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. 3. MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 4. MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. 5. VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em administração. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2015.			

3º PERÍODO	MONTAGEM E ELABORAÇÃO DE ROTEIROS TURÍSTICOS		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	18 h	carga-horária (EXTENSÃO)	18 h
EMENTA			
Mercado Turístico. Produtos turísticos e principais fornecedores do agenciamento. Roteirização turística. Formatação e precificação de pacotes turísticos. Segmentação e mercados emergentes para o agenciamento.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Elaboração de projeto de extensão em parceria com organismos e entidades locais no contexto do agenciamento de viagens para valorização do turismo e da cultura local.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. ABRANJA, N., MAGALHÃES, C. Gestão de agências de viagens e turismo. 2ed. Lisboa: Lidel, 2018. 2. BRAGA, Débora Cordeiro (org.) Agências de Viagens e Turismo: Práticas de Mercado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 3. DANTAS, José Carlos de Sousa. Qualidade do atendimento nas agências de viagens. 2ed. São Paulo: Roca, 2008. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. ATELJEVIC, J.; PAGE, S. Turismo e empreendedorismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 2. MAMEDE, Gladston. Agências, viagens e excursões: regras jurídicas, problemas e soluções. São Paulo: Manole, 2003. 3. PANOSSO NETTO, A., ANSARAH, M. G. dos R. Segmentação de mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas. São Paulo: Manole, 2009. 4. PETROCCHI, Mario; BONA, André Luís Viola. Agências de Turismo: Planejamento e Gestão. São Paulo: Futura, 2003. 5. STIGLIANO, B. V.; CÉSAR, P. A. B. Inventário turístico: primeira etapa da elaboração do plano de desenvolvimento turístico. Campinas, SP: Alínea, 2006. 			

3º PERÍODO		LÍNGUA INGLESA APLICADA AO TURISMO III	
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
<p>Este curso é voltado para pessoas que atuarão na área de Turismo e áreas afins em que as competências em língua inglesa seja necessária. São apresentadas aos alunos e alunas situações do cotidiano de um profissional de turismo por meio do uso de funções comunicativas básicas, motivando o uso das estruturas da língua de maneira reflexiva e contextualizada. Enfatiza-se o aprimoramento da compreensão auditiva e leitora, bem como das habilidades de expressão oral e escrita por meio do uso de materiais autênticos e coerentes com a atuação profissional dos futuros turismólogos. O programa está delineado em torno dos seguintes pontos: Falar sobre a história de cidades e monumentos no passado; Narrar eventos e ações no passado; Fazer um <i>tour</i> guiado; Dar e entender direções; Falar sobre os serviços de um hotel; Fazer comparações; Escrever um e-mail descrevendo um hotel.</p>			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>1. Dicionário Larousse: inglês-português, português-inglês: essencial. 1. ed. São Paulo: Larousse, 2005. 2. DUBICKA, Iwonna; O'KEEFFE, Margaret. English for international tourism: pre-intermediate students' book. Harlow: Longman, 2003. 3. STOTT, Trish; BUCKINGHAM, Angela. At your service: english for the travel and tourist industry. Oxford: Oxford University Press, 2008.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>1. CATUREGLI, Maria Genny. Dicionário inglês-português: turismo, hotelaria e comércio exterior. 4.ed. ampl. e atual. São Paulo: Aleph, 2004. 2. MURPHY, Raymond. Essential grammar in use: a self-study reference and practice book for elementary students of English: with answers. 3rd.ed.. -. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. 3. O'HARA, Francis. Be my guest: English for the hotel industry. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 4. O'MALLEY, J. Michael; CHAMOT, Anna Uhl. Learning strategies in second language acquisition. New York: Cambridge University Press, 1990. 5. SCHUMACHER, Cristina; COSTA, Francisco da. Inglês para turismo e hotelaria: a comunicação essencial para o seu dia-a-dia. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2007.</p>			

4º Período

4º PERÍODO	GESTÃO DE MEIOS DE HOSPEDAGEM II		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
Desenvolvimento de um trabalho integrado de cunho interdisciplinar, inter-relacionando as diferentes disciplinas trabalhadas no período acerca do tema: operacionalização de uma viagem técnica pelos alunos. Todas as etapas de planejamento e execução de uma visita técnica. Escolha do destino, elaboração do roteiro. Definição de valores. Definição do percurso. Definição do meio de hospedagem. Restaurantes. Entretenimento e lazer. Comercialização.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
1. CASTELLI, Geraldo. Administração hoteleira. Educs, 2009 2. PETROCHI, Mario; Hotelaria Planejamento e Gestão. Pearson Prentice Hall, 2007 3. GONÇALVES, Luiz Cláudio- Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem. Aleph, 2001			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
1. CAVASSA, César Ramirez, Hotéis Gerenciamento, Segurança e Manutenção. Roca, 2011 2. CÂNDIDO, Indio. Governança em Hotelaria. Caxias do Sul: Educs.2009 3. BARROWS, W Clyton. Administração no setor de Hospitalidade- Atlas, 2012 4. DAVIES. Cargos em Hotelaria. Caxias do Sul. Educs, 2005.			

4º PERÍODO	FUNDAMENTOS DA GESTÃO DE PROJETOS		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
Projeto: definição, conceitos e tipologia. Aspectos gerais de projetos, suas características, abordagem por fases dos conceitos para projetos. Gestão de projetos. Ciclo de vida de um projeto. Etapas de um projeto. Ferramentas de planejamento e controle dos projetos. Desenvolvimento de projeto na área de turismo.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não aplicável			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
1. BENI, M. C. <i>Análise estrutural do turismo</i> . São Paulo: Ed. Senac, 2008. 2. GIDO, Jack, CLEMENTS, J. <i>Gestão de Projetos</i> . São Paulo. Thonson, 2007. 3. MENEZES, L.C. <i>Gestão de Projetos</i> . São Paulo: Atlas, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
1. ANDRADE, Nelson; BRITO, Paulo Lúcio de; JORGE, Wilson Edson. <i>Hotel: planejamento e projeto</i> . São Paulo: Editora Senac, 2000. 2. DORNELAS, J.C. <i>Empreendedorismo: transformando idéias em negócios</i> . Rio de Janeiro, Elsevier, 2008. 3. SOIFER, Jack. <i>Empreender turismo e ecoturismo</i> . Rio de Janeiro, Qualitymark, 2005. 4. ACERENZA, Miguel Ángel. <i>Administração do turismo: conceituação e organização</i> . Bauru, SP: EDUSC, 2002. 5. POWERS, Tom; BARROWS, Clayton W. <i>Administração no setor de hospitalidade: turismo, hotelaria, restaurante</i> . São Paulo: Atlas, 2004.			

4º PERÍODO	ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	54 h
carga-horária (TEÓRICA)	18 h	carga-horária (EXTENSÃO)	36 h
EMENTA			
Projeto: definição, conceitos e tipologia. Aspectos gerais de projetos, suas características, abordagem por fases dos conceitos para projetos. Gestão de projetos. Ciclo de vida de um projeto. Etapas de um projeto. Ferramentas de planejamento e controle dos projetos. Gestão de projetos na era da globalização. Características de um gerente de projetos. Plano de contingências. Liderança e pensamento estratégico. Desenvolvimento de projeto na área de turismo.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Elaboração de projeto de extensão em parceria com organismos e entidades locais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
1-BENI, M. C. <i>Análise estrutural do turismo</i> . São Paulo: Ed. Senac, 2008. 2-GIDO, Jack, CLEMENTS, J. <i>Gestão de Projetos</i> . São Paulo. Thonson, 2007. 3-MENEZES, L.C. <i>Gestão de Projetos</i> . São Paulo: Atlas, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
1-ANDRADE, Nelson; BRITO, Paulo Lúcio de; JORGE, Wilson Edson. <i>Hotel: planejamento e projeto</i> . São Paulo: Editora Senac, 2000. 2-DORNELAS, J.C. <i>Empreendedorismo: transformando idéias em negócios</i> . Rio de Janeiro, Elsevier, 2008. 3-SOIFER, Jack. <i>Empreender turismo e ecoturismo</i> . Rio de Janeiro, Qualitymark, 2005. 4-PETROCCHI, Mario. <i>Turismo: planejamento e gestão</i> . São Paulo, Futura, 2008.			

4º PERÍODO	GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO I		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	54 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	18 h
EMENTA			
A disciplina possui enfoque teórico a respeito dos processos relacionados ao planejamento e organização do turismo, considerando os impactos econômicos, sociais, ambientais e culturais gerados por esta atividade. Apresenta a estrutura do planejamento turístico sob a ótica do SISTUR (Sistema Turístico), discutindo o papel dos diferentes sujeitos sociais que participam de modo direto ou indireto neste processo.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Elaboração de Projeto de Pesquisa de Demanda Turística em parceria com instituições públicas ou privadas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 13.ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2008. 556p. 2. DIAS, Reinaldo. Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 226 p. 2. BOULLÓN, Roberto C. Planejamento do espaço turístico. Bauru, SP: EDUSC, 2002. 278 p. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. PALHARES, Guilherme Lohmann, 1973-; PANOSSO NETTO, Alexandre, 1973-. Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas. 2.ed.ampl. eatal. São Paulo: Aleph, 2012. 2. DUQUE, Renato Câmara; MENDES, Catarina Lutero. O planejamento turístico e a cartografia. Campinas, SP: Alínea, 2006. 92p. 3. FONTELES, José Osmar. Turismo e impactos socioambientais. São Paulo: Aleph, 2007. 218p. 4. MONTANER MONTEJANO, Jordi. Estrutura do mercado turístico. 2.ed. atual. São Paulo: Roca, 2001. 426p. 5. PETROCCHI, Mario. Turismo: planejamento e gestão. São Paulo, Futura, 2008. 			

4º PERÍODO	ELABORAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
A disciplina propõe o estudo do Projeto de pesquisa científica com o domínio de métodos e técnicas de pesquisa para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, com execução do cronograma definido pelo Colegiado. Elaboração de projeto de pesquisa. Início da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso e Organização de Projeto de Pesquisa: introdução, objetivos, problemática, justificativa, cronograma, metodologia. Levantamento bibliográfico. Redação acadêmica. Análise de Pesquisas Acadêmicas na área do Turismo: monografias, artigos, dissertações e teses.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> DENKER, Ada de Freitas Maneti. Métodos e técnicas e pesquisa em turismo. São Paulo: Futura, 1998. MONTEIRO, Gilson. Guia para elaboração de projetos e trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. São Paulo: Edicon, 2002. REJOWSKI, Miriam. Turismo e Pesquisa Científica. Campinas: Papyrus, 1996. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. Turismo: como aprender, como ensinar. Volume 2. São Paulo: Ed. Senac, 2001. LAGE, Beatriz Helena G., MILONE, Paulo César. Turismo: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000. KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica. Teoria da ciência e prática da pesquisa. 14ed., Petrópolis: Vozes, 1997. 			

4º PERÍODO	LÍNGUA ESPANHOLA APLICADA AO TURISMO IV		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
A disciplina propõe aos discentes do curso uma reflexão sobre a Língua Espanhola e suas variedades peninsular e americana, tomada em seu uso concreto enquanto produto e condição do pensamento, da cultura, da vida social e da identidade dos povos que a utilizam. Serão oferecidos aos alunos os subsídios necessários para o desenvolvimento da compreensão leitora e auditiva, assim como da expressão escrita e oral. Destaca-se ainda que o desenvolvimento das competências linguísticas e gramaticais em Espanhol como Língua Estrangeira (ELE) dar-se-á a partir de diferentes gêneros discursivos e tipologias textuais, materiais autênticos e contextualizados, a fim de melhor capacitar os futuros profissionais da área para o mercado de trabalho. O programa contempla a relação entre turismo, culturas e sociedades, a partir dos conceitos de multiculturalidade, transculturalidade e interculturalidade; A imigração na Europa e na América Latina na contemporaneidade; O racismo, a xenofobia e o antissemitismo; Festa e tradição: as touradas no mundo hispânico; o uso de animais em espetáculos turísticos: <i>Sea World</i> . Ocupa-se igualmente da linguagem e atividade de trabalho (currículo profissional: estudos, idiomas, experiência de trabalho e outros; ocupações do âmbito turístico).			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> JUAN, Carmen Rosa de (org.). Temas de Turismo. Madrid: Editorial Edinumen, 2007. SEDYCIAS, João. (Org.). O ensino do espanhol no Brasil: passado, presente, futuro. São Paulo: Parábola, 2005. SILVA, Cecilia Fonseca da.; SILVA, Luz María Pires da. Español a través de textos: estudio contrastivo para brasileños. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> FANJUL, Adrián (org.). Gramática y práctica de español para brasileños: con respuestas. São Paulo: Moderna, 2005. GODED, Margarita; VARELA, Raquel. Bienvenidos: español para profesionales: turismo y hostelería: nivel 1. Madrid: enClave-ele, 2010. MATTE BON, Francisco. Gramática comunicativa del español. 2.ed. Madrid: Edelsa, 1995. MORENO, Concha e TUTS, Martina. Cinco estrellas - Español para turismo. Madrid: SGEL, 2009. REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: <i>Diccionario de la lengua española</i>, 23.ª ed., [versión 23.8 en línea]. Disponível em: https://dle.rae.es. Acesso em: 13 jan. 2025. 			

4º PERÍODO	PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	54 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	18 h
EMENTA			
A disciplina propõe o estudo dos instrumentos e procedimentos políticos, institucionais e administrativos destinados à conservação do patrimônio cultural. Aborda questões relativas às formas de gestão do patrimônio cultural, regulamentações e normativas, responsabilidades sociais, registro do patrimônio material e imaterial, formas de acesso aos bens culturais. Ressalta como os patrimônios materiais e imateriais afro-brasileiros e indígenas foram percebidos ao longo da história.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
A atividade extensionista que será realizada pelos alunos será a inventariação das manifestações culturais imateriais do Município de Nova Friburgo que ainda não foram registradas pelo IPHAN. Para tanto, será utilizada a metodologia sugerida pelo órgão, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)/IPHAN, ação que permitirá que os discentes entrem em contato direto, interajam e contribuam com membros de comunidades bastante diversas que constituem o Município.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
1. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 2. FUNARI, Pedro Paulo Abreu, 1959-; PINSKY, Jaime (Org.). Turismo e patrimônio cultural. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2011. 3. PIRES, Mário Jorge. Lazer e turismo cultural. 2.ed. São Paulo: Manole, 2002.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
1. CHOAY, Françoise, 1925-. A alegoria do patrimônio. 3.ed. São Paulo: UNESP, 2006. 2. PORTUGUEZ, Anderson Pereira (Org.). Turismo, memória e patrimônio cultural. São Paulo: Roca, 2004. 3. POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente. São Paulo: Estação Liberdade, 2009 4. MENESES, José Newton Coelho. História & turismo cultural. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 5. FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.			

4º PERÍODO	LÍNGUA INGLESA APLICADA AO TURISMO IV		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
Este curso é voltado para pessoas que atuarão na área de Turismo e áreas afins em que as competências em língua inglesa seja necessária. São apresentadas aos alunos e alunas situações do cotidiano de um profissional de turismo por meio do uso de funções comunicativas básicas, motivando o uso das estruturas da língua de maneira reflexiva e contextualizada. Enfatiza-se o aprimoramento da compreensão auditiva e leitora, bem como das habilidades de expressão oral e escrita por meio do uso de materiais autênticos e coerentes com a atuação profissional dos futuros turismólogos. O programa está delineado em torno dos seguintes pontos: Escrever um curriculum e uma carta de apresentação; Participar de um processo seletivo e entrevista de emprego; Falar sobre cruzeiros e serviços em um navio; Fazer um check in; Fazer pedidos e oferecimentos; Dar sugestões, conselhos e recomendações de saúde e segurança; Escrever uma carta de desculpas.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Dicionário Larousse: inglês-português, português-inglês: essencial. 1. ed. São Paulo: Larousse, 2005. 2. DUBICKA, Iwonna; O'KEEFFE, Margaret. English for international tourism: pre-intermediate students' book. Harlow: Longman, 2003. 3. STOTT, Trish; BUCKINGHAM, Angela. At your service: english for the travel and tourist industry. Oxford: Oxford University Press, 2008. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CATUREGLI, Maria Genny. Dicionário inglês-português: turismo, hotelaria e comércio exterior. 4.ed. ampl. e atual. São Paulo: Aleph, 2004. 2. MURPHY, Raymond. Essential grammar in use: a self-study reference and practice book for elementary students of English: with answers. 3rd.ed.. -. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. 3. O'HARA, Francis. Be my guest: English for the hotel industry. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 4. O'MALLEY, J. Michael; CHAMOT, Anna Uhl. Learning strategies in second language acquisition. New York: Cambridge University Press, 1990. 5. SCHUMACHER, Cristina; COSTA, Francisco da. Inglês para turismo e hotelaria: a comunicação essencial para o seu dia-a-dia. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2007. 			

5º Período

5º PERÍODO	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	18 h
EMENTA			
A disciplina integra conhecimentos de característica interdisciplinar entre o binômio Acessibilidade e Turismo. Por meio de uma abordagem filosófica, histórica, conceitual e empírica, habilita o estudante a atender de forma respeitosa e sem preconceitos a turistas – pessoas com deficiência, bem como a planejar e organizar espaços turísticos para usufruto desse público-alvo de maneira autônoma e segura.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Elaboração de projeto de extensão em parceria com organismos e entidades locais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Comp.). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 2. SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos (7a ed.). WVA, 2010. 3. SILVA, J. F. da. Políticas Públicas e Acessibilidade no Turismo. Curitiba: Contentus, 2020. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BARROS, C. M. Acessibilidade: orientações para bares, restaurantes e pousadas. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012. 2. COSTA, M. T. de A. Tecnologia Assistiva. Curitiba: Contentus, 2020. 3. INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION – ISO. Tourism and related services — Accessible tourism for all — Requirements and recommendations. (ISO 21902:2021). ISO, 2021. 4. LAMAS, S. A. "Nada sobre nós, sem nós": o debate sobre acessibilidade no contexto do desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis em destinos costeiros. 2021. 367f. Tese (Doutorado em Turismo) - CCSA, UFRN, Natal, 2021. 5. TESKE, O.; SCHNEIDER, L. A.; FERNANDES, I.; LIPPO, H. & FAGUNDES, S. Sociologia da Acessibilidade. Curitiba: InterSaberes, 2017. 			

5º PERÍODO	INOVAÇÃO E TURISMO		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
Conceito de inovação e como é aplicado no turismo. Tipos de inovação e seus usos turísticos. Evolução conceitual e teórica da inovação. Estratégias de inovação aplicadas ao turismo. Inovação e competitividade no setor turístico.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. DRUCKER, P. Inovação e espírito empreendedor. São Paulo. Pioneira. 1987. 2. HALL, M.; WILLIAMS, A.M. Tourism and Innovation. Routledge. 2008. 3. HJALAGER, A.M. A review of innovation research in tourism. Tourism Management. 31(2010): 1-12 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aires, J. D. M., Costa, C. M. M. da, & Brandão, A. F. F. A. (2022). Rumo a um conceito de inovação no turismo. Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo, 16, 2577. https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2577 2. Aires, J. D. M. (2021). Avaliação de dinâmicas e orientações para a medição da inovação empresarial no turismo. Tese de doutorado, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal. http://hdl.handle.net/10773/31508 3. Aires, J. D. M. (2017). A inovação na perspectiva de diretores de hotéis em Aveiro –Portugal. Revista Turismo Visão e Ação -Eletrônica, 19(3), p. 487-512. 4. Hung, S. C. (2004). Explaining the Process of Innovation: The Dynamic Reconciliation of Action and Structure. Hu-man Relations, 57(11), p. 1479–1497. 			

5º PERÍODO	GESTÃO FINANCEIRA APLICADA À HOTELARIA		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	18 h	carga-horária (EXTENSÃO)	18 h
EMENTA			
<p>A disciplina visa a oferecer aos estudantes uma visão técnica das aplicações e tecnologias orientadas para a gestão financeira no âmbito da hotelaria e do turismo, de modo que elas sejam suficientemente compreendidas como ferramentas fundamentais na promoção da eficiência operacional, no planejamento financeiro e na tomada de decisões estratégicas para a sustentabilidade e lucratividade do setor.</p>			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
<p>Desenvolvimento e articulação de iniciativas de apoio a empreendimentos hoteleiros, turísticos e de lazer, no âmbito local e regional. Poderão ser adotadas iniciativas de capacitação junto de atores estratégicos locais e regionais, tais como associações (comerciais, de produtores rurais etc.), comunidades rurais, em parceria com outras instituições de ensino e entidades públicas e privadas.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. ROSS, Stephen A.; Westerfield, Randolph W.; Jaffe, Jeffrey F. Administração Financeira – São Paulo, Atlas, 2002. 2. CASTELLI, Geraldo. Administração hoteleira. Educs, 2009 3. PETROCHI, Mario; Hotelaria Planejamento e Gestão. Pearson Prentice Hall, 2007. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CÂNDIDO, Indio. Governança em Hotelaria. Caxias do Sul: Educs.2009 2. BARROWS, W Clyton. Administração no setor de Hospitalidade- Atlas, 2012 3. ANDRADE, Nelson et al. Hotel Planejamento e Projetos. Senac, 2004 4. VIEIRA, Elenara Vieira de. Controles em Hotelaria. Caxias do Sul: Educs, 2007 5. ACERENZA, Miguel Ángel. Administração do turismo: conceituação e organização. Bauru, SP: EDUSC, 2002. 			

5º PERÍODO	GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO II		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	54 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	18 h
EMENTA			
A disciplina possui enfoque teórico e prático a respeito das metodologias adotadas nos processos de planejamento e organização do turismo, buscando propiciar ao aluno atividades experimentais acerca destas propostas.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Elaboração de Projeto de Desenvolvimento Público de Turismo em parceria com instituições públicas ou privadas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
1. BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 13.ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2008. 556p. 2. DIAS, Reinaldo. Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 226 p. 2. BOULLÓN, Roberto C. Planejamento do espaço turístico. Bauru, SP: EDUSC, 2002. 278 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
1. PALHARES, Guilherme Lohmann, 1973-; PANOSSO NETTO, Alexandre, 1973-. Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas. 2.ed.ampl. eatal. São Paulo: Aleph, 2012. 2. DUQUE, Renato Câmara; MENDES, Catarina Lutero. O planejamento turístico e a cartografia. Campinas, SP: Alínea, 2006. 92p. 3. FONTELES, José Osmar. Turismo e impactos socioambientais. São Paulo: Aleph, 2007. 218p. 4. MONTANER MONTEJANO, Jordi. Estrutura do mercado turístico. 2.ed. atual. São Paulo: Roca, 2001. 426p. 5. PETROCCHI, Mario. Turismo: planejamento e gestão. São Paulo, Futura, 2008.			

5º PERÍODO	DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
Trabalho de conclusão de curso. Debates e apresentação de TCC.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>1. KÖCHE, José Carlos, 1944. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 28.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 182p., il. ISBN 9788532618047.</p> <p>2. SANTOS, Antonio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 7.ed.rev. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007</p> <p>3. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p. ISBN 9788522451425 (broch.).</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>1.MARCONI, Marina de Andrade, 1923-; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos; pesquisa bibliográfica, projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007. 225 p. Bibliografia: p. 205-211. ISBN 9788522448784 (broch.).</p> <p>2.GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p., il. Bibliografia: p.[181]-184. ISBN 9788522458233 (Broch.).</p> <p>3.MARCONI, Marina de Andrade, 1923.Técnicas de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 277p., il., 24 cm. Bibliografia: p. [257]-277. ISBN 9788522451524 (broch.).</p> <p>4.GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. 107p. ISBN 9788501049650 (broch.).</p> <p>5-DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas. 9.ed. rev. e ampl. São Paulo: Futura, 1998. 335p. ISBN 9788574132181.</p>			

Ementas das Disciplinas Optativas (alguns exemplos)

PERÍODO	TURISMO E GÊNERO: AS MULHERES NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
A disciplina propõe aos discentes do curso de Gestão em Turismo uma reflexão crítica sobre o papel das mulheres na promoção do Turismo no Brasil e no mundo. Analisa as transformações sociais, culturais, políticas e educacionais promovidas pelos movimentos feministas, desde o século XIX, a fim de melhor compreender a presença cada vez maior do público feminino no setor turístico. Considera questões como: o discurso patriarcal sobre a mulher; a educação feminina; a mulher no mercado de trabalho, dando ênfase às profissões exercidas por elas na aviação, nas operadoras de Turismo e em outros segmentos da área; os princípios de empoderamento da mulher; as mulheres que viajam sozinhas; o assédio e a violência contra as viajantes e a exploração sexual das mulheres no Turismo.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. BEAUVOIR, Simone de. El segundo sexo. Los hechos y los mitos. v.1. Madrid: Cátedra; 1998. Disponível em: https://archive.org/details/beauvoir-s.-el-segundo-sexo. Acesso em: 12 fev. 2022. 2. BENI, Mário C. Análise estrutural do turismo. São Paulo: SENAC, 1998. 3. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, 20(2), p.71-99. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667. Acesso em: 12 fev. 2022. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. Brasiliense, 1981. 2. LOUREIRO, Isabela R. A representação feminina na obra cinco estrelas – espanhol para el turismo. In: Oliveira, Leandra Cristina de (org.) <i>et al.</i> Letras pós-humanas: linguística e ensino de línguas como questão. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024. Disponível em: https://ponteseditores.com.br/loja3/pontes-editores-home-2__trashed/linguistica/letras-pos-humanas-linguistica-e-ensino-de-linguas-como-questao-2/. Acesso em: 10 jan. 2025. 3. MINASI, S. M., MAYER, V. F., & SANTOS, G. E. O. Desigualdade de gênero no turismo: a mulher no ambiente profissional no Brasil. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, 16, e-2494. p.1-20, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2494. Acesso em: 20 set. 2023. 4. TIBURI, Márcia. Judith Butler: Feminismo como provocação. Revista Cult, 5 nov. 2013. Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/ Acesso em: 20 set. 2023. 5. MELLO, Ana Clara Rodrigues da Silva. Os relatos de viagem de autoria feminina na difusão do Solo Female Travel. 2023. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologias em Gestão de Turismo) - Centro Federal de Educação tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Nova Friburgo (RJ), 2023., Nova Friburgo, RJ. Disponível em: https://cefetrjbr.sharepoint.com/:b:/s/BIBLIOTECACAMPUSNOVAFRIBURGO/EQJaOq4d4KBMiMkUXEufC00BAe4NKdBiSxMBvnmds9D6Fw?e=yGUU6w. Acesso em: 22 jan. 2025. 			

PERÍODO	HOSPITALIDADE		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
Contextualizar a hospitalidade no turismo contemporâneo, buscando a compreensão de suas teorias, leis e dimensões: social, doméstica, comercial e virtual, através de arcabouço teórico e estudos de caso pertinentes ao tema. Incorporação da hospitalidade nos contextos dialógicos e dialéticos 'espaço x tempo'. Compreender as relações complexas entre anfitrião e convidado. Estabelecer relação entre hospitalidade e turismo nos mais diversos setores.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> 1. CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Hospitalidade. São Paulo: Aleph, 2004. – (Coleção ABC do Turismo). 2. GRINOVER, Lucio. A hospitalidade, a cidade e o turismo. São Paulo: Aleph, 2007. – (Série Turismo) 3. LASCHLEY, Conrad; MORRISON, Alison. Para um entendimento teórico. (Cap. 1). In: Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado. São Paulo: Manole, 2004. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> 1. ALLIS, Thiago. Projetos Urbanos e Turismo em Grandes Cidades. Tese Doutorado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). São Paulo, 2012. 2. CHON, Kye-Sung. Hospitalidade: conceitos e aplicações. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. 3. GRINOVER, Lucio. A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade. Revista Hospitalidade, São Paulo, ano III, n. 2, p. 29-50, 2. sem. 2006. 4. PIMENTEL, Ana Bauberger. Dádiva e hospitalidade no sistema de hospedagem domiciliar. In: BARTHOLO, R. et alii (org) Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras, Rio de Janeiro: Ed Letra e Imagem, 2009. 5. PLENTZ, Renata Soares. Dialética da hospitalidade: caminhos para a humanização. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação Universidade Caxias do Sul. Caxias do Sul – RS, 2007. SEMINTUR (8. Ed). I Hospitalidade em Colóquio: Pesquisa e Ensino. Roda: Conversações sobre hospitalidade. Universidade Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015. 			

PERÍODO	RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
<p>Esta disciplina busca traçar um pensamento sobre os povos africanos, suas regiões e suas matrizes linguísticas. Religiões africanas e Religiões de Matrizes Africanas no Brasil. História e cultura indígena. Saberes ancestrais e tradicionais dos povos originários. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Intelectualidade Negra e Movimento Social Negro. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva. Cotas e justiça social. Turismo aplicado às questões étnico-culturais e históricas regionais.</p>			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>1. SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 2. ORTIZ, Renato, 1947-. Cultura brasileira e identidade nacional. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 3. MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. O Negro no Brasil de Hoje. - São Paulo: Global, 2006.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>1. SCHWARCZ, Lilia Moritz, 1957-; GARCIA, Lúcia (Coord.). De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011. 119 p., il., 19 cm. ISBN 9788561041939 (Broch.). 2. KABENGELE MUNANGA. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. 3.ed. São Paulo: Gaudí Editorial, c2007. 3. PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SERRANO, Gisella de Amorim; PORTO, Amélia. Quilombolas e quilombos: histórias do povo brasileiro. Belo Horizonte: Rona, 2012 4. SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil africano. 1.ed. São Paulo: Ática, 2015. 5. SILVA, André Marcos de Paula e. História e cultura afro-brasileiras. 2. ed. Curitiba-PR: Expoente, 2008.</p>			

PERÍODO	GESTÃO DA CRIATIVIDADE E ENTRETENIMENTO		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
A gestão da inovação. Inovação como processo de gestão. A gestão da criatividade. Os princípios da gestão da liderança. A gestão do entretenimento: estudo de caso “The Walt Disney Company”. A gestão da criatividade: estudo de caso “Pixar Animation Studios e Disney Animation”. Pensamentos para gerenciar uma cultura criativa.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> CATMULL, E. Criatividade S.A.: superando as forças invisíveis que ficam no caminho da verdadeira inspiração. Rio de Janeiro: Rocco, 2014. IGER, R. Onde os sonhos acontecem: meus quinze anos como CEO da The Walt Disney Company. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. TIDD, J., BESSANT, J., PAVITT, K. Gestão da inovação: integração das mudanças tecnológicas, de mercado e organizacionais. Lisboa: Monitor, 2003. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> GLEISER, M. A ilha do conhecimento. Rio de Janeiro: Record, 2014. TERRA, José Cláudio Cyrineu. Gestão da criatividade. Revista de Administração, v. 35, n. 3, p. 38-47, 2000. 			

PERÍODO	LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E TURISMO ACESSÍVEL		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
Respeito à diversidade. LIBRAS e a sua importância para a comunidade surda. A história da inclusão social de Surdos e deficientes auditivos no mundo e no Brasil. Aspectos biológicos da deficiência auditiva. Turismo inclusivo/acessível. LIBRAS: aspectos lexicais e gramaticais.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<ol style="list-style-type: none"> CARVALHO, Rosita Edler. Removendo Barreiras para a Aprendizagem-Educação Inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000. 6.ed. QUADROS, Ronice Müller & KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. SACKS, Oliver. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<ol style="list-style-type: none"> CAMPOS, Sandra R.L.; HARRISON, Kathryn M.P.; LODI, Ana Claudia B.; TESKE, Ottmar (Organizadores). Letramento e Minorias. Porto Alegre: Mediação, 2009. (3.ed.atual.ortog.) GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa. Crenças e Preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. LACERDA, Cristina B.F.; LODI, Ana Claudia B. Uma Escola, Duas Línguas – letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009. (atual.ortog.) CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURÍCIO, Aline Cristina. Novo Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais brasileira (LIBRAS), baseado em linguística e neurociência cognitivas. 2 vol, São Paulo: Edusp, 2009. 			

PERÍODO	TURISMO E TECNOLOGIA		
CÓDIGO		CARGA HORÁRIA (TOTAL)	36 h
carga-horária (TEÓRICA)	36 h	carga-horária (EXTENSÃO)	Não aplicável
EMENTA			
A tecnologia e o turismo. Conceitos básicos de informática. Utilização do computador como ferramenta do profissional de turismo. Informação e conhecimento. Sistemas de informação e tecnologia da informação. Características e estrutura dos principais softwares aplicados ao turismo: Microsoft Office, Mendeley e Google Acadêmico.			
COMPONENTE EXTENSIONISTA			
Não se aplica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. 350 p. COOPER, C. et al. Turismo: princípios e práticas. Porto Alegre: Bookman, 2007. 784 p. MANZANO, J. A. N. G. Guia básico de informática. 1o ed. São Paulo: Editora Érica, 2011. 376 p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
MORRISON, A. M. Marketing de hospitalidade e turismo. São Paulo: Cengage, 2012. 558 p. VELLOSO, F. de C. Informática: conceitos básicos. 7o ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 407 p.			